

Escola do Campo

TERRITÓRIO DE VIVER E
APRENDER COM A COMUNIDADE

Maria Aparecida Afonso Oliveira
Magda Martins Macêdo
Maria Auxiliadora Amaral S. Gomes
(Organizadoras)



série
POPULARIZAÇÃO
DO CONHECIMENTO

Escola do Campo

TERRITÓRIO DE VIVER E
APRENDER COM A COMUNIDADE





Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo



Escola do Campo

TERRITÓRIO DE VIVER E
APRENDER COM A COMUNIDADE

Maria Aparecida Afonso Oliveira
Magda Martins Macêdo
Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes
(Organizadoras)

Adriana Carvalho Soares
Éryka Jovânia Pereira
Filomena Luciene Cordeiro Reis
Flaviane Alves dos Santos
Héllen Fernandes Santos
Júnea Tatiane Damasceno Oliveira
Magda Martins Macêdo
Maria Aparecida Afonso Oliveira
Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes
Mary Aparecida de Alencar Durães
Pietra Costa Seuaciuc
Victor Alexandre de Oliveira Freitas
(Autores)



EDITORA
Unimontes



Laura Fahel
Projeto gráfico, capa e diagramação

Roberta Letícia Pereira Marques
Ilustração

Ciro Carlos Antunes
Ana Márcia Ruas de Aquino
Revisão linguística

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora geral

Ana Márcia Ruas de Aquino
Editora-assistente

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Maria Gabriela de Souza
Luana Pereira Santos
Equipe Editorial

Este livro foi selecionado por edital e submetido a parecer duplo-cego.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Escola do campo: território de viver e aprender com a comunidade
[livro eletrônico] / organizadoras Maria Aparecida Afonso Oliveira,
Magda Martins Macêdo, Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes.
-- Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2025. -- (Popularização
do conhecimento ; 1)

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7739-771-6

1. Educação no campo 2. Escolas - Brasil 3. Prática pedagógica
I. Oliveira, Maria Aparecida Afonso. II. Macêdo, Magda Martins.
III. Gomes, Maria Auxiliadora Amaral Silveira. IV. Série.

25-312261.0

CDD-370.91734

Índices para catálogo sistemático:

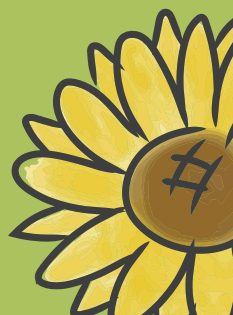
1. Educação do campo 370.91734

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.
www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



ABC da Educação do Campo

Amgos e companheiros,
Bem-vindo a todos que vêm
Criando alternativas,
Doando tudo que tem,
Educando nossos jovens,
Formando adultos também.

Geralmente em nosso país,
Hoje, só se fala em capital.
Independente dos riscos
Julgando tudo normal
Levando a coisa em risco
Manipulando tudo sem moral.

Nós todos temos propostas
Organizando a nossa gente

Pois somos conhecedores
Quemos seguir pra frente
Revendo as nossas escolas
Sendo um ensino diferente.

Teremos muitas pessoas
Unidas nesta campanha
Vamos mudar o ensino
Sendo o povo o que ganha
Mesmo os desvalorizados,
Mas são eles que arranham.

A Educação do Campo
É tema dos companheiros,
Saber lidar com a terra
Em todos os rincões brasileiros
Defendemos todos os biomas
E o nosso povo guerreiro.

Oscarino Aguiar Cordeiro
(Agricultor-Poeta, diretor do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Porteirinha,
Norte de Minas Gerais).

Apresentação

Dessa história nós os sujeitos
Lutamos pela vida, pelo que é de direito
As nossas marcas se espalham pelo chão
A nossa escola, ela vem do coração
(Canção “Construtores do Futuro”, Santos, 2022)

CARAS(OS) LEITORAS(ES),

A epígrafe, parte da canção de Gilvan Santos (2022), revela o sentimento de pertencimento, luta e resistência dos sujeitos que constroem sua história a partir do cotidiano, das vivências e da ancestralidade. É nesse contexto que este trabalho se insere, buscando compreender os sentidos atribuídos à educação e às práticas docentes em territórios campestinos.

Assim, o livro paradidático *Escola do campo: território de viver e aprender com a comunidade* foi elaborado para Escolas do Campo do Norte de Minas Gerais como um material de apoio às ações educativas dos professores e gestores escolares, com temáticas relacionadas à Educação do Campo e propostas de atividades a serem desenvolvidas nas salas de aulas e em outros espaços formativos. Acreditamos que possa ser utilizado, em especial, nas turmas dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território, Escola, Agroecologia (LabÉdoCampo Semiárido Mineiro), responsável pela organização deste trabalho, foi criado em 2014, na Unimontes, no Departamento de Educação, e está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PRE). Integra a *Articulação por uma Educação do Campo, Indígena e Quilombola* no Semiárido Mineiro. Seu trabalho orienta-se pela perspectiva epistemológica, política e práxica dessas modalidades da educação brasileira.

A construção deste material, além de ser compromisso social e formativo do LabÉdoCampo, é a continuação da elaboração coletiva do livro paradidático *Opará e Jequi – os saberes dos vales* (concluído em 2017), que foi organizado por um grupo de professores e acadêmicos da Unimontes, educadores regionais e populações tradicionais: geraizeiros, quilombolas, vazanteiros, movimentos sociais do campo e entidades não governamentais. O trabalho foi



realizado após convite da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) em parceria com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), para participação em oficinas de produção de materiais paradidáticos.

O LabÉdoCampo se assume como um espaço de formação, discussão e produção epistemológica e política, voltado para o fortalecimento e a legitimidade da Educação do Campo, Indígena e Quilombola. Suas ações desenvolvidas reafirmam seu empenho e compromisso acadêmico e didático-pedagógico com a realidade dos povos camponeses. Assim, o presente livro visa fortalecer os profissionais das Escolas do Campo, bem como suas comunidades escolares, para que tenham acesso aos conhecimentos relevantes sobre Educação do Campo e práticas pedagógicas contextualizadas.

O objetivo central do LabÉdoCampo é consolidar um espaço de formação humana, política e profissional, voltado para docentes, acadêmicos, professores das Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, educadores populares, lideranças comunitárias e outros profissionais atuantes no campo.

O LabÉdoCampo busca promover uma aproximação entre a Unimontes, como universidade pública e gratuita, e as comunidades camponesas, os movimentos sociais, sindicais e seus respectivos parceiros. Sua metodologia baseia-se nos princípios participativo, dialógico, temático, descolonizador e libertador, inspirada nas concepções históricas e práticas epistêmico-político-pedagógicas que são materializadas na Educação Popular, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Alternância e Agroecologia. Dessa forma, o LabÉdoCampo intenciona o fortalecimento da implementação de políticas públicas educacionais nos territórios dos povos e comunidades camponesas regionais.

Assim, este livro paradidático foi uma construção dialógica coletiva do grupo de docentes e discentes, especialmente do LabÉdoCampo Semiárido Mineiro/Unimontes.

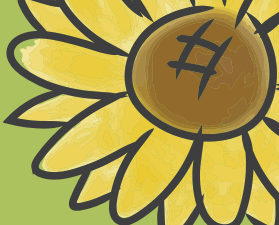
Magda Martins Macêdo

Maria Aparecida Afonso Oliveira

Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes

Organizadoras





Sumário

INTRODUÇÃO 11

1

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA DO CAMPO – PRINCÍPIOS E DIREITOS 13

Introdução 13

Princípios da Educação do Campo 14

Terra, territórios e populações do campo 15

Escola do Campo: direito e não esmola 16

Caminhos para a transformação da escola 18

Dialogando com o tema gerador: A Educação do Campo e a Escola do Campo – princípios e direitos 21

2

EXPERIÊNCIAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO 23

Introdução 23

Pedagogia da Alternância e Escola Família Agrícola 23

Registros de intercâmbios realizados em Escolas Família Agrícolas no Norte de Minas Gerais 25

Escolas do Campo estaduais e municipais 26

Dialogando com o tema gerador: Experiências escolares na Educação do Campo 31

PRÁXIS PEDAGÓGICAS PARA ESCOLAS DO CAMPO – NORTE DE MINAS GERAIS 33

Introdução 33

3

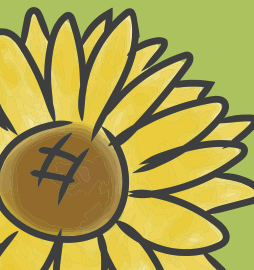
Educação do Campo no Município de Buritizeiro-MG 33

Plano da práxis pedagógica: Tema gerador Conhecendo a minha comunidade 34

Proposta interdisciplinar com as áreas de conhecimento 35

Registros da práxis realizada em Escolas do Campo de Buritizeiro (2022) 40

Dialogando com o tema gerador: Práxis pedagógicas para Escolas do Campo – Norte de Minas Gerais 43





4

O ESTUDO DO MEIO E A IMPORTÂNCIA DAS ÁGUAS PARA A VIDA NA COMUNIDADE CAMPONESA 45

Introdução 45

Conceito e objetivos 45

Contextualização 47

Desenvolvimento das atividades 48

Dialogando com o tema gerador: O Estudo do Meio e a importância das águas para a vida na comunidade camponesa 55

5

AGROECOLOGIA X AGRONEGÓCIO 57

Introdução 57

Contextualização 58

O estudo sobre agroecologia e agronegócio 62

Dialogando com o tema gerador: Agroecologia x agronegócio 69

6

CONHECIMENTOS MEDICINAIS: SABERES E FAZERES DE CURA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO 71

Introdução 71

Contextualização 71

Técnicas de cura e rituais 73

Práxis: Horta medicinal na escola 79

Reflexões sobre os saberes e fazeres de curas medicinais 82

Dialogando com o tema gerador: Conhecimentos medicinais: saberes e fazeres de cura na educação do campo 85

7

O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO – DESAFIOS E LUTAS 87

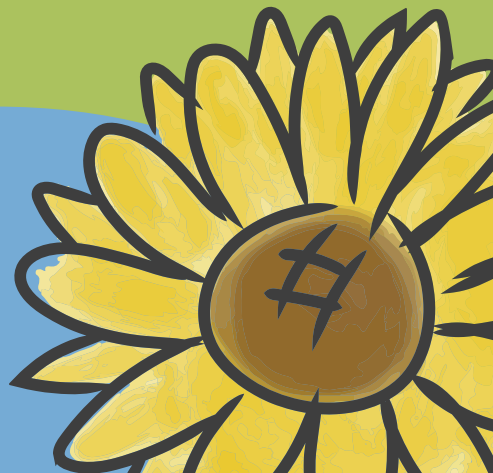
DEZ motivos para o não fechamento de Escolas do Campo 89

Propostas para impedir o fechamento de Escolas do Campo 91

Dialogando com o tema gerador: O fechamento das Escolas do Campo – desafios e lutas 93

REFERÊNCIAS 95

ANEXOS 98



Introdução

A Educação do Campo, forjada pela mobilização de diversos sujeitos coletivos ao longo dos últimos 27 anos, inclui toda uma diversidade que constitui a vida social na terra, nas águas e nas florestas: indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária. Pensar em inclusão e diversidade exige, cada vez mais, o cultivo e fortalecimento das nossas ações de mobilização e luta por escola, terra e dignidade no campo.

Importa destacar que a Educação do Campo é uma luta coletiva por políticas públicas interligadas aos interesses da classe trabalhadora camponesa. Logo, não é subordinada à determinação do mercado e do capital e, assim, constitui-se, nessa perspectiva de emancipação dos sujeitos que dela necessitam e que têm consciência dos seus próprios direitos.

Essa luta é fundamental para garantir a presença contínua da escola pública nas comunidades camponesas, buscando não apenas o acesso à educação, mas também à construção de um projeto político-pedagógico que reflita as necessidades e diversidades do campo (Caldart, 2023).

Almeja-se que este livro paradidático sirva como um instrumento que contribua para o fortalecimento da luta em favor da Educação do Campo como direito e condição básica para o exercício da cidadania dos povos que vivem no e do campo. Desse modo, nossa intenção é provocar processos reflexivos e dar visibilidade à necessidade do investimento em políticas públicas que materializem o direito a uma educação comprometida com o respeito à diversidade, especificidades e anseios dos povos camponeses. Além disso, o livro visa fornecer aos professores, estudantes, gestores, comunidades do campo e universitários um material informativo e de apoio às práxis pedagógicas na sala de aula e em outros territórios educativos.

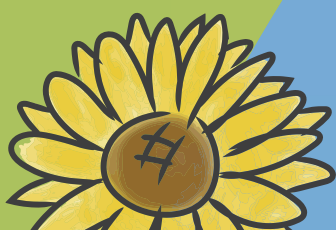
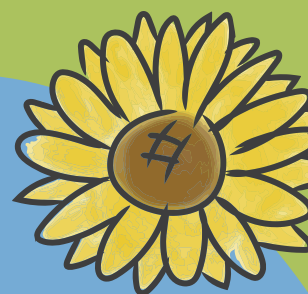
Ao final de cada capítulo, apresenta-se, ao/à leitor(a), uma página em branco, intitulada *Dialogando com o tema gerador*, para que, como partícipe, possa refletir e registrar, da maneira que desejar, reflexões acerca dos temas estudados. Para além das palavras, na concepção de Freire (2009), entende-se que os temas geradores são objetos de conhecimentos que deverão ser decodificados e concebidos pelos aprendizes. Os temas geradores contribuem para despertar a consciência crítica a partir de temas significativos, tornando-se



central para a Educação do Campo, que luta contra a exclusão e busca a transformação e justiça social, sobretudo na educação ofertada aos povos campestinos. Diante disso, considera relevante que o/a leitor(a), após a leitura de cada tema, tenha um espaço para registrar suas concepções e vivências, confirmando e/ou ressignificando o conteúdo apresentado.

Justifica-se, portanto, esta obra, para suprir uma demanda imediata, funcionando como ferramenta pedagógica auxiliar, uma vez que não há materiais didáticos específicos e contextualizados para Escolas do Campo, já que o *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Campo* foi extinto em 2017.

Destaca-se, em tempo, uma relevante iniciativa: a divulgação do *Edital PNLD Literário Equidade*, em dezembro de 2024, com o objetivo de aquisição de livros literários visando fortalecer a equidade educacional em contextos escolares do ensino fundamental e médio, da educação de jovens e adultos, além de bibliotecas públicas e comunitárias. O edital abrange as categorias temáticas: indígena, quilombola, relações étnico-raciais, direitos humanos, populações do campo, das águas e das florestas, educação especial e educação bilíngue para surdos.



A Educação do Campo e a Escola do Campo – Princípios e Direitos

Maria Aparecida Afonso Oliveira

Flaviane Alves dos Santos

Pietra Costa Seuaciuc

Eu quero uma Escola do Campo, onde esteja o símbolo da nossa semente, que seja como a nossa casa, que não seja como a casa alheia (Canção “Construtores do Futuro”, Santos, 2022).

INTRODUÇÃO

Para a compreensão dos princípios e direitos que envolvem a Educação do Campo e a escola campesina, é pertinente conhecer as legislações específicas que asseguram a educação como um direito dos povos do campo e política do Estado. A prática educativa voltada à efetivação e garantia da Educação do Campo considera a diversidade das populações campesinas, suas tradições e pluralidade social e, sobretudo, os próprios povos como protagonistas de seus saberes e aprendizados. Nesse sentido, este capítulo aborda a luta pela dignidade e pelo direito ao espaço de vida, moradia, sustento e educação, que é a terra, para os povos e comunidades tradicionais do campo. Além disso, trata a Escola do Campo como lugar próprio para a formação plena dos estudantes e emancipação dos sujeitos, sob a perspectiva de que a escola é um bem comum e possui grande potencial de contribuir para uma educação transformadora.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O trecho da canção citada na epígrafe reforça a ideia de que a Educação do Campo deve ser construída a partir das raízes, dos saberes e das necessidades do próprio povo camponês. Uma escola que não deve ser imposta de fora, como algo estranho ou distante, mas pensada com e para a comunidade. Essa reivindicação reafirma que a educação é um direito constitucional, não uma concessão ou mera esmola do Estado, mas, sim, um instrumento de dignidade, pertencimento e transformação social.

O Decreto nº. 7.352/2010 (Anexo A), que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, é o documento que legitima a Educação do Campo como política de Estado, bem como a obrigatoriedade do Estado em promover intervenções a partir das especificidades necessárias ao cumprimento e garantia de universalidade no atendimento à educação dos povos do campo. O Artigo 2º – Dos princípios da Educação do Campo – reitera o respeito à diversidade do campo, em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero e de raça e etnia:

Figura 1: Princípios da Educação do Campo



Fonte: Elaboração própria (2024).

Em síntese, os cinco princípios da Educação do Campo, estabelecidos no referido Decreto, orientam uma prática educativa que reconhece e valoriza a diversidade social, cultural e econômica das populações do campo. Além disso, asseguram o direito à equidade no acesso e na permanência na escola, definem o respeito às especificidades locais e promovem o diálogo entre os saberes tradicionais e científicos. Esses princípios destacam, também, a importância do desenvolvimento sustentável, incentivando práticas que respeitem o meio ambiente e fortaleçam a autonomia das comunidades rurais. Por fim, ressaltam a participação ativa das comunidades na construção e gestão dos processos educativos, em busca da garantia de uma educação que se comprometa com a realidade e com os projetos de vida camponeses.

TERRA, TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES DO CAMPO

O direito à terra e territórios é uma das lutas dos povos e comunidades tradicionais do campo. Existem, no Brasil, 26 grupos reconhecidos oficialmente e ainda há outros que não foram incluídos na legislação.

Para efeitos da Resolução SEE MG nº 2.820 (Anexo C), de 11 de dezembro de 2015 (Minas Gerais, 2015), em seu Art. 2º, entende-se por:

I- POPULAÇÕES DO CAMPO: os agricultores familiares, os extrativistas, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros, pescadores artesanais, integrantes do movimento dos atingidos por barragens, apanhadores de sempre viva [sic], faiscadores e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.





Os povos indígenas são os primeiros do Brasil, considerados os donos da terra e fazem parte dos povos tradicionais. Ao longo do tempo, outros povos foram agregados. Indígenas e quilombolas têm o direito à terra resguardado pela Constituição Federal de 1988, resultado da mobilização dos movimentos sociais.

Considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si, diversos povos são reconhecidos tradicionais: ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, geraizeiros, vazanteiros, entre outros. Tais comunidades fazem uso dos recursos naturais, não apenas para seu sustento, mas também para manter a reprodução da vida – cultural, social e religiosa. Para Fernandes (2012, p. 749), “o território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência”.

Diante das belezas e riquezas existentes no campo, necessita-se pautar os projetos antagônicos e em disputa nesse território, a exemplo do agronegócio e da agricultura camponesa. Para a agricultura familiar camponesa, a terra é lugar de moradia, de produção e construção da cultura; já para o agronegócio, a terra é apenas um lugar de exploração de bens naturais (produção de mercadorias), do negócio. São modelos de desenvolvimento que impactam no direito de viver com dignidade no campo (Fernandes, 2012).

ESCOLA DO CAMPO: DIREITO E NÃO ESMOLA

A educação e a Escola do Campo como direitos têm respaldo desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394 (Brasil, 1996), que define a educação escolar como um direito do cidadão e um dever do Estado. Portanto, fazem parte do processo educativo nos marcos normativos do País, integrando diversas modalidades e níveis de educação.

Em relação à definição da escola como “do campo”, a Resolução SEE MG nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015 (Minas Gerais, 2015), determina seu conceito como:



II- ESCOLA DO CAMPO: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou aquela situada em área urbana, desde que atenda, predominantemente, às populações do campo.

§ 1º Serão consideradas do campo as turmas anexas e/ou localizadas nos segundos endereços vinculados às escolas com sede em área urbana (sede de município) que funcionem nas condições especificadas no inciso II, do art. 2º.

§ 2º As escolas do campo, as turmas anexas e/ou localizadas nos segundos endereços de escolas com sede em área urbana (sede do município), deverão elaborar seu projeto político pedagógico na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, especificada nas resoluções instituídas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

No âmbito da Escola do Campo, destaca-se, ainda, a importância de se constituir como uma escola que reconheça os sujeitos do campo como protagonistas e não como sujeitos passivos ou marginalizados. Tratados enquanto sujeitos de direitos, reforça-se o compromisso de que a educação básica deva garantir não apenas o acesso ao ensino, mas também o respeito à dignidade, à cultura e à trajetória de vida desses educandos. A Escola do Campo, portanto, deve ir além do conteúdo formal: precisa considerar o contexto social, político e histórico das comunidades, valorizando suas experiências e contribuindo para a formação crítica e emancipadora de sujeitos capazes de intervir e transformar a realidade em que vivem (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 23).

Ademais, no texto *Escolas do Campo e construtores do futuro*, de Caldart (2023), a canção *Construtores do futuro*, citada em vários trechos deste livro, é utilizada como metáfora para refletir sobre o papel da Escola do Campo: formar pessoas conscientes de sua capacidade de construir um futuro melhor. Assim, a autora propõe que a escola deve ser um espaço para o desenvolvimento de uma formação crítica e transformadora, que questiona as direções da educação tradicional que, muitas vezes, servem aos interesses do capitalismo e do agronegócio.

Acerca dessa formação para as Escolas do Campo, destaca Molina (2012):

[...] a Escola do Campo, pensada como parte de um projeto maior de educação da classe trabalhadora, se propõe a construir uma prática educativa que efetivamente fortaleça os camponeses para as lutas principais, no bojo da constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão do projeto capitalista em seus territórios (Molina, 2012, p. 328).

Desse modo, a construção da identidade da Escola do Campo contrapõe-se, sobretudo, ao modelo de escola historicamente desenvolvido, pautado em uma sociedade urbanocêntrica, etnocêntrica, em que, por exemplo, o capitalismo estabelece os interesses de um projeto de sociedade, classe e etnia, sem considerar toda a diversidade dos povos camponeses e sua existência histórico-cultural.

CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA

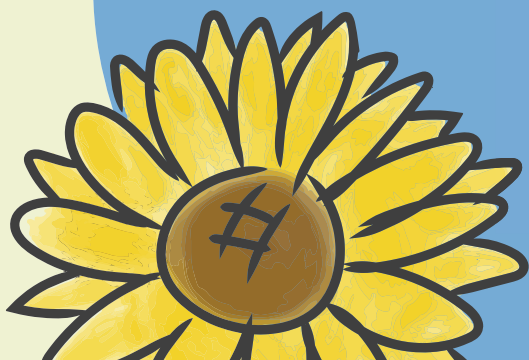
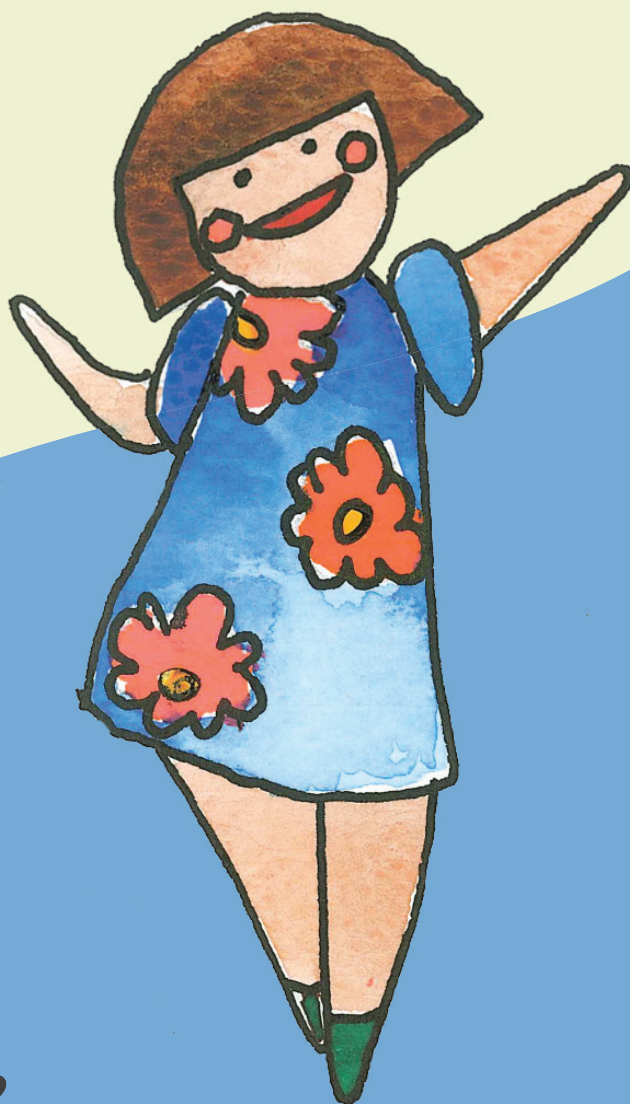
Caldart (2023) reflete sobre a importância de uma Escola do Campo que não seja uma mera instituição estatal ou privada, mas, sim, um bem social coletivo, por meio do qual as finalidades pedagógicas e sociais são construídas de forma colaborativa. Assim, para a estudiosa:

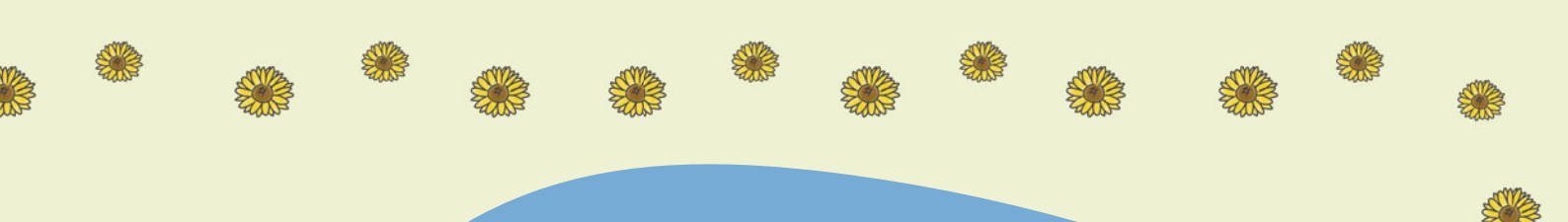
Há muitas escolas que continuam com traços de sua constituição institucional histórica de origem, ou seja, como um lugar próprio àqueles que não vivem do próprio trabalho (classes proprietárias dos meios de produção) e que pode ficar apartada das questões da realidade social ou das estruturas da vida produtiva, ainda que estas mesmas escolas sejam hoje permanentemente cobradas pela sociedade para atender, em seu projeto formativo, as exigências do mundo da produção (capitalista). A questão da transformação da escola pode então ser formulada nos termos de uma adequação maior do projeto educativo ou do formato da instituição às demandas de formação para a reprodução do capital e do ser humano que sustenta sua lógica (Caldart, 2023, p. 2).

Neste sentido, a escola deve alinhar-se ao projeto histórico da classe trabalhadora, priorizando ações humanistas e socialistas. Sua transformação deve partir das condições existentes, de modo que engaje os estudantes

e educadores nas atividades escolares e comunitárias. O projeto educativo necessita ser pautado em matrizes formadoras relacionadas ao trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história, a partir de que a escola promova a formação integral, articulando teoria e prática. Caldart (2023, p. 67, grifos da autora) reflete que, “na escola, a tarefa de acolher é então de *receber bem* crianças, jovens, adultos, idosos, de modo que *sintam, percebam*, a escola como um ambiente em que podem *ser o que são*, possam mostrar de onde vêm”.

Partindo dessa dinâmica, o ambiente escolar deve ser intencionalmente educativo, com uma organização que fomente a participação ativa de todos e todas. Assim, é preciso construir relações de gestão coletiva e democrática, a fim de romper com estruturas hierárquicas tradicionais. A transformação educacional requer uma prática pedagógica coletiva e contínua, porque envolve compromisso social e político, visando promover uma formação que ultrapassa o ensino tradicional, preparando os estudantes para atuar na transformação da sociedade em que vive.





PARA SABER MAIS, ACESSE

1 Documentário: Sonhos no chão, sementes da educação

O curta-documentário *Sonhos no chão, sementes da educação* apresenta depoimentos de educandos, educandas e representantes do setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes expõem o valor e a potência da educação do campo em meio a um contexto de resistência, após o fechamento da escola do acampamento.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iT1kP7jTO0E>.

Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

2 Livro: Educação do campo – políticas e práticas

O livro apresenta uma visão abrangente sobre a educação do campo no Brasil, destacando sua história e evolução como política pública.

Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rpy48/pdf/santos-9786586213201.pdf>.

Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

3 Site e TV: Fórum Nacional da Educação do Campo – FONEC

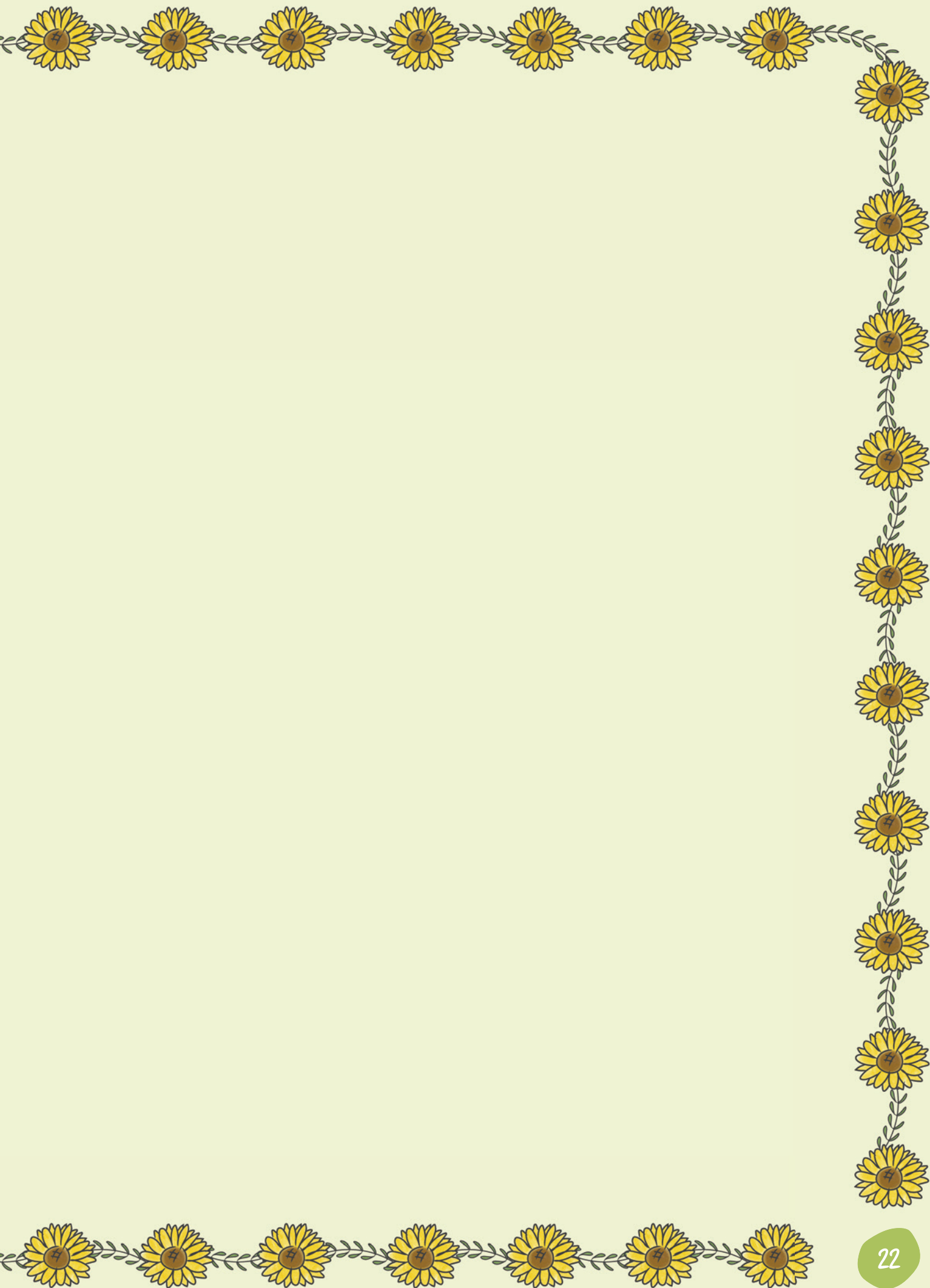
O Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC) caracteriza-se como uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que o compõem, pautados pelo princípio da autonomia em relação ao Estado.

Disponível em: <https://fonec.org/> e <https://www.youtube.com/TVFONEC>.

Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA
DO CAMPO – PRINCÍPIOS E DIREITOS



Experiências Escolares na Educação do Campo

Magda Martins Macêdo

Adriana Carvalho Soares

Hellen Fernandes Santos

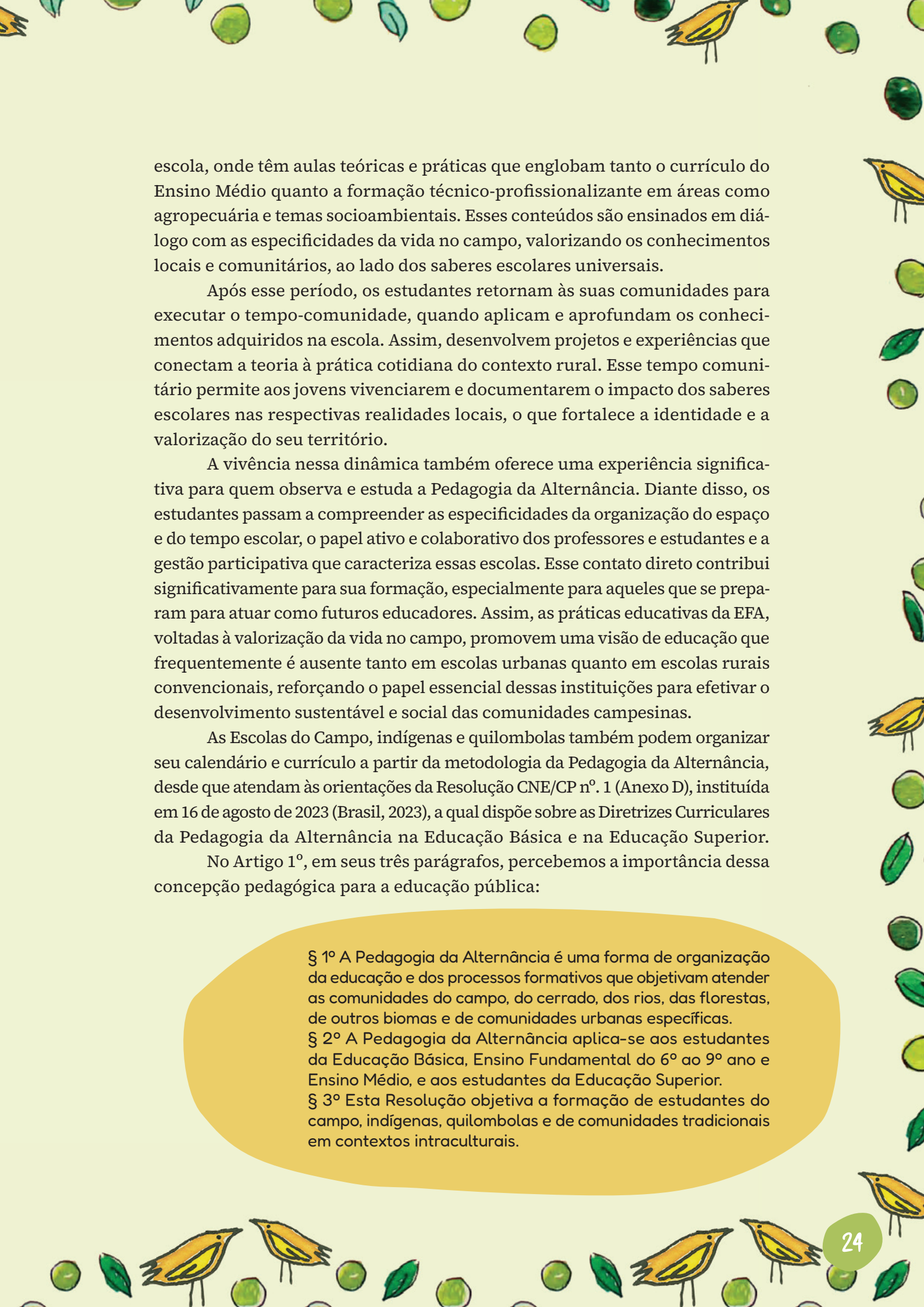
Victor Alexandre de Oliveira Freitas

INTRODUÇÃO

Este capítulo reúne reflexões, diretrizes legais e experiências que reforçam o compromisso com uma educação que reconhece e fortalece as identidades do campo, havendo o relato de experiências escolares na Educação do Campo, as quais revelam a potência de metodologias que respeitam os saberes, tempos e modos de vida das comunidades rurais. Além disso, é descrito como a Pedagogia da Alternância, adotada em Escolas Famílias Agrícolas e em outros contextos, articula teoria e prática por meio da alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, favorecendo uma formação integral, crítica e contextualizada. Por fim, o capítulo apresenta iniciativas, a exemplo do município de Buritizeiro-MG, que demonstram como práticas pedagógicas baseadas em Educação Popular, Pedagogia do Oprimido e Alternância podem promover transformação social, protagonismo e valorização do território.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

A Pedagogia da Alternância configura-se como uma abordagem educacional inovadora, caracterizada pela alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, que se complementam na formação integral do estudante. Essa abordagem, nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), proporciona uma metodologia educativa inovadora, que integra o ensino formal à realidade de vida dos estudantes no campo. Essa metodologia é caracterizada pela divisão do aprendizado em dois tempos complementares: o tempo-escola e o tempo-comunidade. No tempo-escola, os estudantes passam cerca de 15 dias na



escola, onde têm aulas teóricas e práticas que englobam tanto o currículo do Ensino Médio quanto a formação técnico-profissionalizante em áreas como agropecuária e temas socioambientais. Esses conteúdos são ensinados em diálogo com as especificidades da vida no campo, valorizando os conhecimentos locais e comunitários, ao lado dos saberes escolares universais.

Após esse período, os estudantes retornam às suas comunidades para executar o tempo-comunidade, quando aplicam e aprofundam os conhecimentos adquiridos na escola. Assim, desenvolvem projetos e experiências que conectam a teoria à prática cotidiana do contexto rural. Esse tempo comunitário permite aos jovens vivenciarem e documentarem o impacto dos saberes escolares nas respectivas realidades locais, o que fortalece a identidade e a valorização do seu território.

A vivência nessa dinâmica também oferece uma experiência significativa para quem observa e estuda a Pedagogia da Alternância. Diante disso, os estudantes passam a compreender as especificidades da organização do espaço e do tempo escolar, o papel ativo e colaborativo dos professores e estudantes e a gestão participativa que caracteriza essas escolas. Esse contato direto contribui significativamente para sua formação, especialmente para aqueles que se preparam para atuar como futuros educadores. Assim, as práticas educativas da EFA, voltadas à valorização da vida no campo, promovem uma visão de educação que frequentemente é ausente tanto em escolas urbanas quanto em escolas rurais convencionais, reforçando o papel essencial dessas instituições para efetivar o desenvolvimento sustentável e social das comunidades campesinas.

As Escolas do Campo, indígenas e quilombolas também podem organizar seu calendário e currículo a partir da metodologia da Pedagogia da Alternância, desde que atendam às orientações da Resolução CNE/CP nº. 1 (Anexo D), instituída em 16 de agosto de 2023 (Brasil, 2023), a qual dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

No Artigo 1º, em seus três parágrafos, percebemos a importância dessa concepção pedagógica para a educação pública:

§ 1º A Pedagogia da Alternância é uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas.

§ 2º A Pedagogia da Alternância aplica-se aos estudantes da Educação Básica, Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, e aos estudantes da Educação Superior.

§ 3º Esta Resolução objetiva a formação de estudantes do campo, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais em contextos intraculturais.

Dessa maneira, essa Resolução respalda as inúmeras experiências escolares tanto na Educação Básica quanto nas universidades, que têm utilizado a alternância, seus princípios e estratégias didático-metodológicas, ao considerarem o contexto das comunidades atendidas, de acordo com seu Artigo 2º (Brasil, 2023), quanto às “especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade”.

Assim, vislumbra-se uma ação educativa que considere a multiplicidade de contextos em que vivem essas comunidades: desde as formas de produção — agricultura familiar, extrativismo, pesca — até os modos de viver e organizar a vida comunitária. Com isso, a mencionada Resolução reafirma que a Educação do Campo deve combater modelos urbanos padronizados, mas se estruturar a partir dos tempos, das demandas e dos ritmos específicos de cada território. Em síntese, reforça-se que a Pedagogia da Alternância se constitui como um projeto educativo contextualizado e emancipatório, em que a escola deve ser permeada pelas biodiversidades humanas e ambientais das regiões que atende, concebendo um território de valor, pertencimento e transformação para os sujeitos do campo.

REGISTROS DE INTERCÂMBIOS REALIZADOS EM ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

A seguir, serão apresentados registros de atividades em Escolas Famílias Agrícolas (EFA) localizadas nas cidades norte-mineiras de Taiobeiras e de São Francisco.

Figura 2: EFA Nova Esperança – Taiobeiras-MG



Fonte: Acervo do LabÉdoCampo/Unimontes (2023).

Figura 3: EFA Tabocal – São Francisco-MG



Fonte: Acervo do LabÉdoCampo/Unimontes (2024).

ESCOLAS DO CAMPO ESTADUAIS E MUNICIPAIS

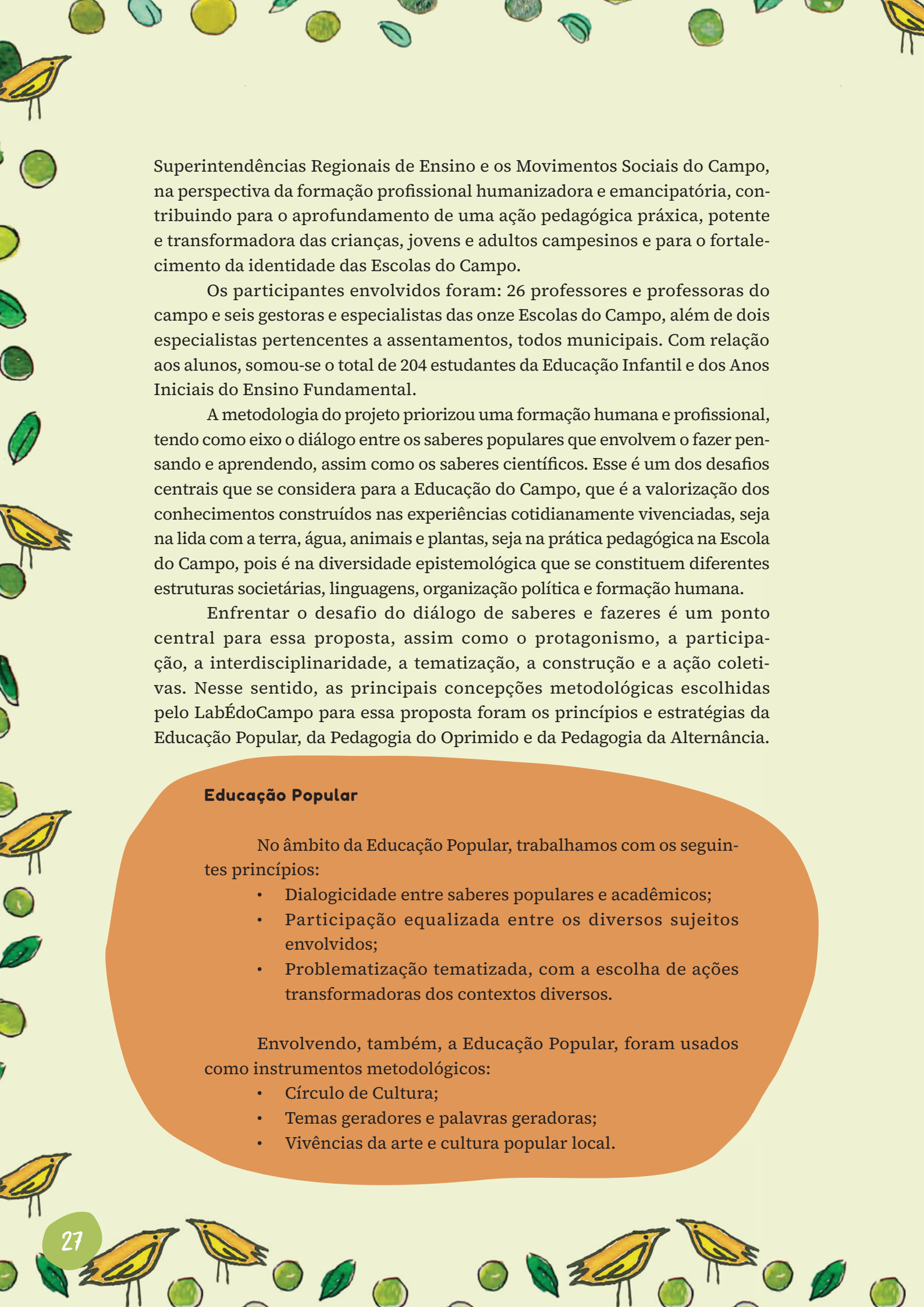
A LDBEN 9.394 (Brasil, 1996) indica que os municípios têm como prioridade o atendimento à Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2021, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) informou que, no Brasil, temos 178 mil escolas, que atendem 46,6 milhões de estudantes. Em área rural, temos 53,5 mil escolas e, dessas, 47,6 mil são escolas públicas municipais, o que representa 88,9% do total de Escolas do Campo brasileiras. Ou seja, temos 5,4 milhões de crianças e jovens do campo matriculados nessas instituições, o que representa mais de 10% das matrículas nacionais. Desse modo, ressalta-se, então, que as escolas públicas municipais perfazem a grande maioria das Escolas do Campo no Brasil.

Um exemplo expressivo da realidade dessas Escolas do Campo municipais foi uma relevante experiência desenvolvida no município de Buritizeiro, localizada no Norte de Minas Gerais, e que atende os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

A experiência é fruto do projeto É DO CAMPO – Formação Continuada em Educação do Campo para Professores e Profissionais da Educação que atuam nas Escolas do Campo. O município de Buritizeiro, no Semiárido Mineiro, por meio do LabÉdoCampo Semiárido Mineiro/Unimontes, em parceria essencialmente com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Buritizeiro, no ano de 2022, desenvolveu essa experiência.

O objetivo proposto foi realizar tempos de Formação Continuada para Professores e Profissionais da Educação que atuam nas Escolas do Campo municipais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação,



Superintendências Regionais de Ensino e os Movimentos Sociais do Campo, na perspectiva da formação profissional humanizadora e emancipatória, contribuindo para o aprofundamento de uma ação pedagógica práxica, potente e transformadora das crianças, jovens e adultos campesinos e para o fortalecimento da identidade das Escolas do Campo.

Os participantes envolvidos foram: 26 professores e professoras do campo e seis gestoras e especialistas das onze Escolas do Campo, além de dois especialistas pertencentes a assentamentos, todos municipais. Com relação aos alunos, somou-se o total de 204 estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A metodologia do projeto priorizou uma formação humana e profissional, tendo como eixo o diálogo entre os saberes populares que envolvem o fazer pensando e aprendendo, assim como os saberes científicos. Esse é um dos desafios centrais que se considera para a Educação do Campo, que é a valorização dos conhecimentos construídos nas experiências cotidianamente vivenciadas, seja na lida com a terra, água, animais e plantas, seja na prática pedagógica na Escola do Campo, pois é na diversidade epistemológica que se constituem diferentes estruturas societárias, linguagens, organização política e formação humana.

Enfrentar o desafio do diálogo de saberes e fazeres é um ponto central para essa proposta, assim como o protagonismo, a participação, a interdisciplinaridade, a tematização, a construção e a ação coletivas. Nesse sentido, as principais concepções metodológicas escolhidas pelo LabÉdoCampo para essa proposta foram os princípios e estratégias da Educação Popular, da Pedagogia do Oprimido e da Pedagogia da Alternância.

Educação Popular

No âmbito da Educação Popular, trabalhamos com os seguintes princípios:

- Dialogicidade entre saberes populares e acadêmicos;
- Participação equalizada entre os diversos sujeitos envolvidos;
- Problematização tematizada, com a escolha de ações transformadoras dos contextos diversos.

Envolvendo, também, a Educação Popular, foram usados como instrumentos metodológicos:

- Círculo de Cultura;
- Temas geradores e palavras geradoras;
- Vivências da arte e cultura popular local.

Pedagogia do Oprimido

Em relação aos princípios da Pedagogia do Oprimido, trabalhamos com:

- Educação como práxis;
- Superação da condição do oprimido em busca de *ser mais*;
- Processo de conscientização e libertação.

Ainda seguindo as estratégias da Pedagogia do Oprimido, foram usados os seguintes instrumentos metodológicos:

- Educação como prática da liberdade;
- Leitura crítica do mundo;
- Transformação efetiva da realidade concreta.

Pedagogia da Alternância

Em se tratando das metodologias da Pedagogia da Alternância, trabalhamos com os princípios:

- Alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade: período de aprendizagem, com um tempo vivenciado na escola e outro na comunidade;
- Vínculos com seu território de origem, respeitando as temporalidades da vida e do trabalho com a terra;
- Tempo-formação e o tempo-práxis.

Os instrumentos metodológicos usados na Pedagogia da Alternância foram:

- Plano da práxis pedagógica;
- Caderno da Realidade docente;
- Colocação em comum.





PARA SABER MAIS, ACESSE

A fim de ampliar os conhecimentos sobre as práticas e fundamentos abordados neste capítulo, sugerimos materiais complementares que possibilitam aprofundar os conceitos discutidos e que são exemplos concretos de aplicação da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo. São eles:

1 Vídeo: Educação do Campo e Pedagogia da Alternância – Rede FAEBrasil

Neste vídeo, educadores e estudantes discutem a importância da Educação do Campo e da alternância como prática pedagógica, evidenciando sua relação com o território e a valorização dos saberes locais.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UamZktR3-9I>. Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

2 Site: AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas

Reúne informações sobre as EFAs de Minas Gerais, incluindo notícias, eventos formativos e conteúdos sobre o fortalecimento da Educação do Campo a partir da Pedagogia da Alternância no Estado.

Disponível em: <https://amefa.wordpress.com>. Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

3 Documento: Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023

Apresenta as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância, fundamentais para a implementação da metodologia nas redes de ensino.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-cne-cp-2023>. Acesso em: 13 ago. 2025.

.....

DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
EXPERIÊNCIAS ESCOLARES NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO



Práxis Pedagógicas para Escolas do Campo - Norte de Minas Gerais

Magda Martins Macêdo
Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes

INTRODUÇÃO

O texto a seguir apresenta uma experiência formativa, desenvolvida em 2022, no município de Buritizeiro/MG, por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e o LabÉdoCampo/Unimontes, voltada à valorização da Educação do Campo. A formação visou fortalecer a identidade camponesa e promover a participação ativa das comunidades na construção do currículo escolar, por meio de metodologias contextualizadas, interdisciplinares e amparadas na realidade local. Nesse contexto, descreve-se uma das práticas pedagógicas desenvolvidas com o tema gerador *Conhecendo a minha comunidade*, destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o qual culminou em ações integradoras entre escola e comunidade, com conteúdos organizados por áreas do conhecimento, pautando o diálogo entre saberes e a transformação social a partir da realidade vivida.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BURITIZEIRO-MG

Em 2022, a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) do município de Buritizeiro-MG, realizou, em parceria com o LabÉdoCampo/Unimontes, uma formação contextualizada para seus professores e gestores das Escolas

do Campo, em que, a partir de uma metodologia planejada coletivamente com docentes e coordenação do LabÉdoCampo, foram realizadas diversas práticas pedagógicas nas escolas, evidenciando-se a importância de valorização do contexto camponês nas salas de aulas e em outros espaços formativos.

Assim, a proposta de Formação Continuada buscou atender aos anseios da gestão do município, ao ter como uma das principais metas o fortalecimento das comunidades camponesas para a participação democrática na proposta pedagógica da Educação do Campo, de forma que os sujeitos camponeses, crianças, jovens e adultos, sintam-se pertencentes e incentivados a participar de uma Escola do Campo transformada e que valorize o saber e o fazer de todos na construção do currículo e sua prática pedagógica.

Nesse processo formativo, desenvolveu-se um **Plano da prática pedagógica** para as escolas do município, um dos temas como referência para realização de sua prática pedagógica, conforme é apresentado a seguir.

PLANO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: TEMA GERADOR CONHECENDO A MINHA COMUNIDADE¹

Etapas de escolaridade: 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental

Duração: 2 meses

Atividade geradora

Desenhar, em sala de aula, o mapa de sua comunidade, com a legenda das águas, fauna e flora, espaços comunitários etc., e apresentá-lo para a turma.

Outras atividades

- Entrevistar os moradores mais antigos para saber sobre a história da sua comunidade;
- Mapear curadores, mestres da cultura, parteiras, professoras e professores, artistas, violeiras(os), luthiers etc.;
- Identificar agricultoras e agricultores, biscoiteiras, doceiras e doceiros, artesãs e artesãos etc.;
- Listar espaços de esporte, de lazer e celebrações, sagrados;
- Pesquisar os espaços de produção agrícola, listando os produtores;
- Fazer um levantamento da organização e participação política.

.....
¹ Elaborado pelo LabÉdoCampo/Unimontes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Buritizeiro-MG.

Atividades de culminância (sugestões)

- Teatro sobre as histórias das comunidades/assentamentos;
- Encontro de Saúde e Medicina Tradicional;
- Celebrações de Cultura Popular;
- Feira da Agricultura e Alimentação da Terra;
- Conversa sobre a relação Escola e Comunidade e Educação do Campo;
- Conversa com as associações comunitárias e outros movimentos sociais sobre os problemas da(s) comunidade(s);
- Oficina de troca de sementes crioulas dos assentamentos/comunidades;
- Sorteio de mudas;
- Palestra sobre Agroecologia, Sistema Agroflorestal, com participação das comunidades do entorno;
- Exposição dos textos, cartazes, frases produzidas, desenhos, pinturas (com toá colorido), colagens com sementes crioulas.

PROPOSTA INTERDISCIPLINAR COM AS ÁREAS DE CONHE- CIMENTO

Conteúdos de Língua Portuguesa

- Leitura e interpretação de textos que circulam em campos da vida social;
- Participação nas atividades orais – finalidades da interação oral;
- Leitura e compreensão de textos literários narrativos, de maior extensão, e de crônicas;
- Produção de texto: gênero textual publicitário;
- Identificação das partes que compõem o enredo da história. Palavras de ligação (coesão);
- Meu, minha, meus, minhas, teu, tua, teus, tuas, seu, sua, seus, suas, nosso, nossa, nossos, nossas, vosso, vossa, vossos, vossas;
- Leitura e interpretação de texto teatral;
- Linguagem e construção de texto teatral;
- Leitura e interpretação de poema - recursos do poema - sentido real e sentido figurado.

Conteúdos de Matemática

- Medida de tempo: dias da semana, meses do ano; uso do calendário;
- Medidas padronizadas; Medidas não padronizadas;
- Ideias da divisão: repartir igualmente; medida (quantos cabem?); estratégias para efetuar uma divisão;
- Relacionar os conhecimentos adquiridos com o cotidiano (palmos, balaios, passos, polegadas);

- Dividir objetos e conjuntos de coisas em partes iguais, em duas partes iguais, em terça e quarta partes iguais; ideia da quarta parte como metade de um meio;
- Multiplicação e divisão: operações inversas; metade e terça parte;
- Resolução de situações-problemas de divisão associada à ideia de metade;
- Divisão com números naturais; divisão exata e divisão não exata; divisão por número de 2 algarismos;
- Representação de resolução de problemas utilizando o raciocínio combinatório;
- Elaboração de situações-problema;
- Números decimais: comparação de números decimais; composição de números decimais; ordenação de números decimais;
- Conceito de arredondamento de números decimais. Igualdades e desigualdades entre números decimais;
- A ideia de porcentagem; conhecimentos sobre percentual de uma quantidade em relação a outra; compreensão da relação entre algumas porcentagens e suas frações irredutíveis;
- Estratégias de cálculo de porcentagem.

Conteúdos de Artes

- Patrimônio Cultural: material (objetos, monumentos etc.) e imaterial (danças, festas etc.);
- As matrizes indígena, africana e europeia no Brasil e suas contribuições para o patrimônio material e imaterial;
- Brinquedos e brincadeiras das tradições familiares e populares;
- Elementos constitutivos da música (ritmo);
- Características dos variados instrumentos musicais;
- Criação de objetos sonoros com materiais alternativos;
- O som das coisas;
- Paisagens e sons;
- Processos de criação: pintura, colagem, modelagem, entre outras;
- Apresentação para os pares, exposições;
- Formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.);
- A duração dos sons. Os elementos básicos das artes visuais (linha, ponto, cor e forma) na representação das partituras convencionais;
- Jogos de improvisação: criação teatral por meio de cenas, narrativas, gestos e ações presentes no cotidiano. Expressões teatrais em outras matrizes culturais e as improvisações.

Conteúdos de História

- Formação da sociedade brasileira;
- Os fluxos migratórios para o Brasil ao longo da História (indígenas, portugueses, africanos, italianos, japoneses etc.);
- Herança cultural desses povos para a sociedade brasileira (língua, valores, costumes etc.);
- A multiplicidade étnica da sociedade brasileira;
- Mudanças e permanências ocorridas depois do processo migratório e as relações sociais de seu lugar de vivência;
- As diferentes formas de registros da História (oral, escrita, pictografia, imagética, eletrônica, musical etc.);
- Os efeitos das fontes históricas na vida política, social e cultural da sociedade.

Conteúdos de Geografia

- Paisagens mineiras (local);
- Diversidade cultural mineira (local);
- Atividades extrativas da natureza, como os produtos vegetais (frutas, legumes, cereais), animais (carnes em geral) e minerais (água);
- As atividades extrativas e o reconhecimento dos problemas ambientais oriundos da produção e da extração;
- Água/recurso natural: ciclo, importância para a vida no planeta (e comunidade local);
- Água e as atividades econômicas (agropecuária e indústria);
- Água: problemas ambientais e formas de conservação e preservação;
- Tratamento e destino da água utilizada em diferentes atividades (residencial, industrial, comercial);
- Problema ambiental: lixo – formas de tratamento (comunidade local);
- A produção industrial no cotidiano do município e do Brasil;
- Transformação da matéria-prima em produção de bens e alimentos: o papel das fábricas, indústrias, a produção em geral. O papel das redes de transportes e comunicação para a integração entre cidades e campo, em vários lugares do mundo;
- As transformações dos meios de transporte e comunicação ao longo do tempo;
- As desigualdades de acesso à tecnologia, à produção e ao consumo no Brasil.

Conteúdos de Ciências

- Escalas de tempo;
- Períodos diários (manhã, tarde e noite);
- Sucessão de dias, semanas, meses e ano;
- Estações do ano;
- Sol como fonte de luz e calor; projeção das sombras;
- Posições do sol em diferentes horários do dia. Utilidades do solo. Técnicas de manejo do solo e sua importância para a agricultura e para a vida;
- Movimentos cíclicos da Lua e da Terra. O Uso dos calendários em diferentes culturas;
- O lixo como fator de degradação ambiental e suas consequências;
- Formas de recuperação dos espaços degradados e a reutilização dos materiais do lixo;
- Descarte do lixo e a importância da sua seleção;
- Reciclagem.

Conteúdos de Educação Física

- Danças, exploração dos espaços populares locais e regionais: gestos, espaços, ritmo, vestimentas, origem e história;
- Cantigas de rodas e suas representações;
- Elementos constitutivos das danças populares do Brasil, na comunidade e no mundo, e das danças de matriz indígena e africana (lazer, celebrações e rituais);
- Ginástica geral: as coreografias contam histórias;
- Movimentos ginásticos representados em lendas, mitos e elementos do folclore. Proposição de coreografias simples e elaboradas;
- Corpo e movimento: estrutura corporal (ossos, articulações, músculos, coração, pulmões, cérebro e sistema nervoso);
- Corpo e estrutura corporal: medidas de segurança nas práticas esportivas e cotidianas;
- Identidade cultural do povo brasileiro: jogos e brincadeiras;
- Jogos e brincadeiras como patrimônio cultural;
- Jogos e brincadeiras pelas regiões brasileiras. Ser humano, ambiente físico e movimento;
- Espaços públicos e práticas esportivas e de lazer;
- Diferentes manifestações culturais da prática corporal;
- Danças e práticas corporais como manifestações culturais;
- Danças e práticas corporais: preconceitos e direitos;
- Leis (Direitos Humanos, Estatuto do Índio, da Igualdade Racial) e as manifestações culturais (danças e práticas corporais).

Conteúdos de Ensino Religioso

- Respeito à individualidade;
- Qualidades humanas, reconhecimento das próprias características e das dos outros;
- Estudo dos alimentos, na diversidade cultural e religiosa;
- Desperdício de alimentos X fome. Alimentos considerados sagrados em diferentes culturas;
- Respeito aos hábitos, usos e costumes alimentares;
- Os diferentes tipos de espaço e território onde se manifestam as crenças e tradições;
- Ritos de iniciação e de passagem, em diferentes tradições e grupos religiosos;
- Representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquitetura, esculturas, ícones, símbolos, imagens);
- O Estatuto do Idoso: o papel no idoso no resgate das memórias.

Técnicas e recursos humanos e físicos

- Aprendendo com a comunidade;
- Troca de saberes com a família;
- Entrevistas com os mais velhos, lideranças etc.;
- Aprendizagem baseada em situações-problemas;
- Estudo do meio;
- Círculos de Cultura;
- Pesquisa de Campo;
- Músicas, documentários, poesias;
- Materiais didáticos diversos: papéis coloridos (tarjetas);
- Folhas secas, sementes, toá;
- Biblioteca (livros, cartilhas);
- Outros espaços pedagógicos: escola, ambiente, rios, lagoas, riachos, árvores antigas, plantações, criação de pequenos animais, currais, casa de farinha, comunidades do entorno.

Avaliação processual

Entende-se, aqui, que parte das atividades desenvolvidas podem servir como processo avaliativo, numa perspectiva de processo coletivo de construção dos conhecimentos.

REGISTROS DA PRÁXIS REALIZADA EM ESCOLAS DO CAMPO DE BURITIZEIRO (2022)

A seguir, serão apresentados registros de práxis realizada na cidade norte-mineira de Buritizeiro.

Figura 4: Escolas do Campo – Buritizeiro-MG



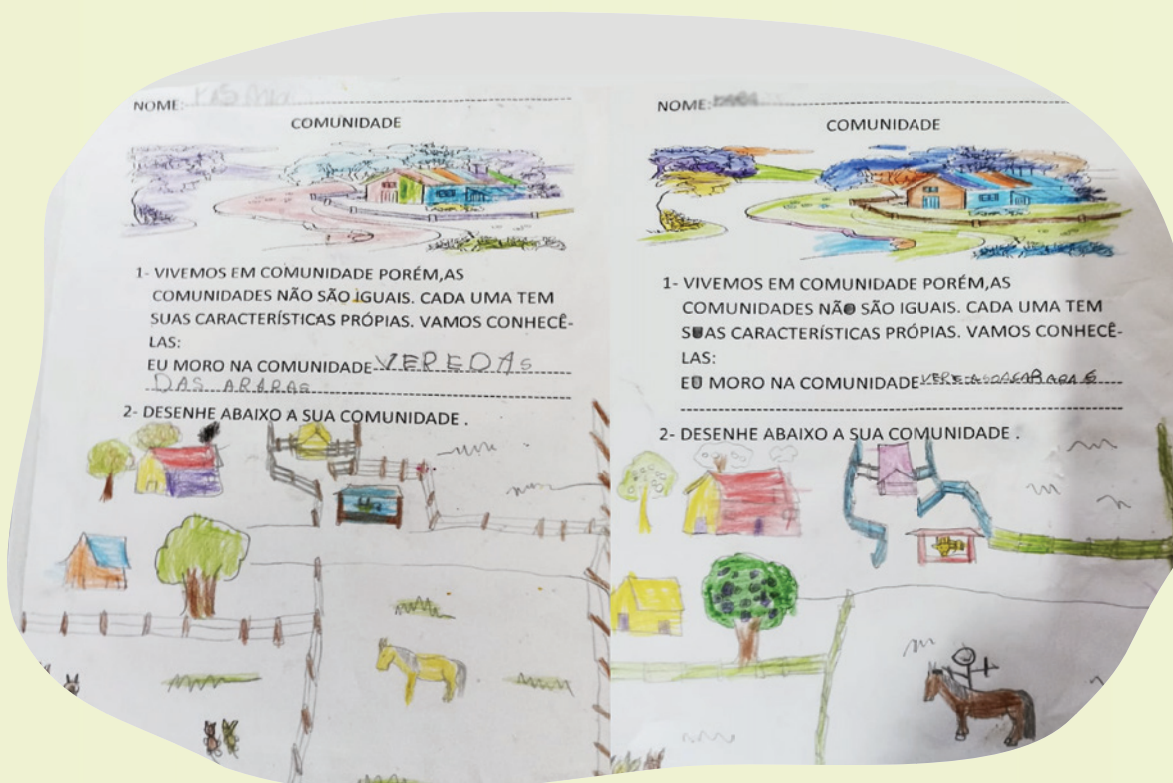
Fonte: Acervo do LabÉdoCampo/Unimontes (2022).

Figura 5: Atividades de culminância – Buritizeiro-MG



Fonte: Acervo do LabÉdoCampo/Unimontes (2022).

Figura 6: Avaliação processual – Buritizeiro-MG



Fonte: Acervo do LabÉdoCampo/Unimontes (2022).



PARA SABER MAIS, ACESSE

1 Vídeo: Formação de professores LabÉdoCampo/Unimontes

O vídeo relata a experiência formativa, realizada com educadores e gestores de Escolas do Campo, no município de Buritizeiro-MG.

Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1n0Cl4a_YJ1DjJhBaZXwHcHSFVEdR72IX/view?usp=sharing.

Acesso em: 13 ago. 2025.

2 Vídeo: 4 experiências em Educação do Campo – Escola da Terra Capixaba

Em destaque, quatro experiências em Escolas do Campo que revelam a potência do saber tradicional, na educação, e a importância do projeto Escola da Terra Capixaba.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xh148knerto>. Acesso em: 13 ago. 2025.

3 Vídeo: Equidade Racial na Educação Básica – Educação Escolar Quilombola

O vídeo apresenta experiências e reflexões sobre práticas pedagógicas voltadas à educação escolar quilombola, destacando a valorização dos saberes ancestrais, das lutas territoriais e das identidades negras.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjOqIHEl9kw>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ESCOLAS
DO CAMPO – NORTE DE MINAS GERAIS



O Estudo do Meio e a Importância das Águas para a Vida na Comunidade Camponesa

Maria Aparecida Afonso Oliveira

INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe a realização de um Estudo do Meio, com foco na temática da água em comunidades camponesas, destacando a importância desse recurso para a vida, a saúde, a produção agrícola, a cultura local e a sustentabilidade ambiental. Apresenta a metodologia do Estudo do Meio como prática pedagógica interdisciplinar, voltada à investigação da realidade local, por meio da observação, diálogo e análise crítica. O texto propõe, ainda, caminhos para fortalecer a consciência ambiental e o protagonismo estudantil na transformação socioambiental.

CONCEITO E OBJETIVOS

O Estudo do Meio é compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar a estudantes e professores o contato direto com determinada realidade – um meio rural ou urbano – que se decida investigar e/ou problematizar. Nessa perspectiva, a metodologia visa proporcionar ao estudante desenvolver um “[...] olhar crítico e investigativo sobre uma aparente naturalidade do viver social” (Lopes *et al.*, 2009, p.176), sendo o “meio”, nesse contexto, um local estudado pela comunidade escolar por intermédio da imersão orientada.

O objetivo dessa imersão é buscar aspectos do lugar investigado. Para isso, os participantes devem observar e dialogar, a fim de identificar questões importantes sobre o espaço, tais como: historicidade, desafios, potencialidades, relação com a vida da comunidade e dos estudantes.



Além de ensinar os conteúdos, o Estudo do Meio permite aos estudantes identificar e produzir novos conhecimentos. Por isso, é uma maneira de entrar em contato com os enredamentos de um determinado território e/ou espaço geográfico. Assim, tal metodologia exige um diálogo e uma observação analítica e problematizadora do mundo, capaz de desvelar diversas dimensões do local estudado.

O Estudo do Meio é, portanto, uma atividade capaz de trazer à tona uma determinada realidade, da qual os estudantes e professores envolvidos no projeto são parte, pois estudar o meio onde se vive e interage é estudar a realidade de toda a comunidade escolar.

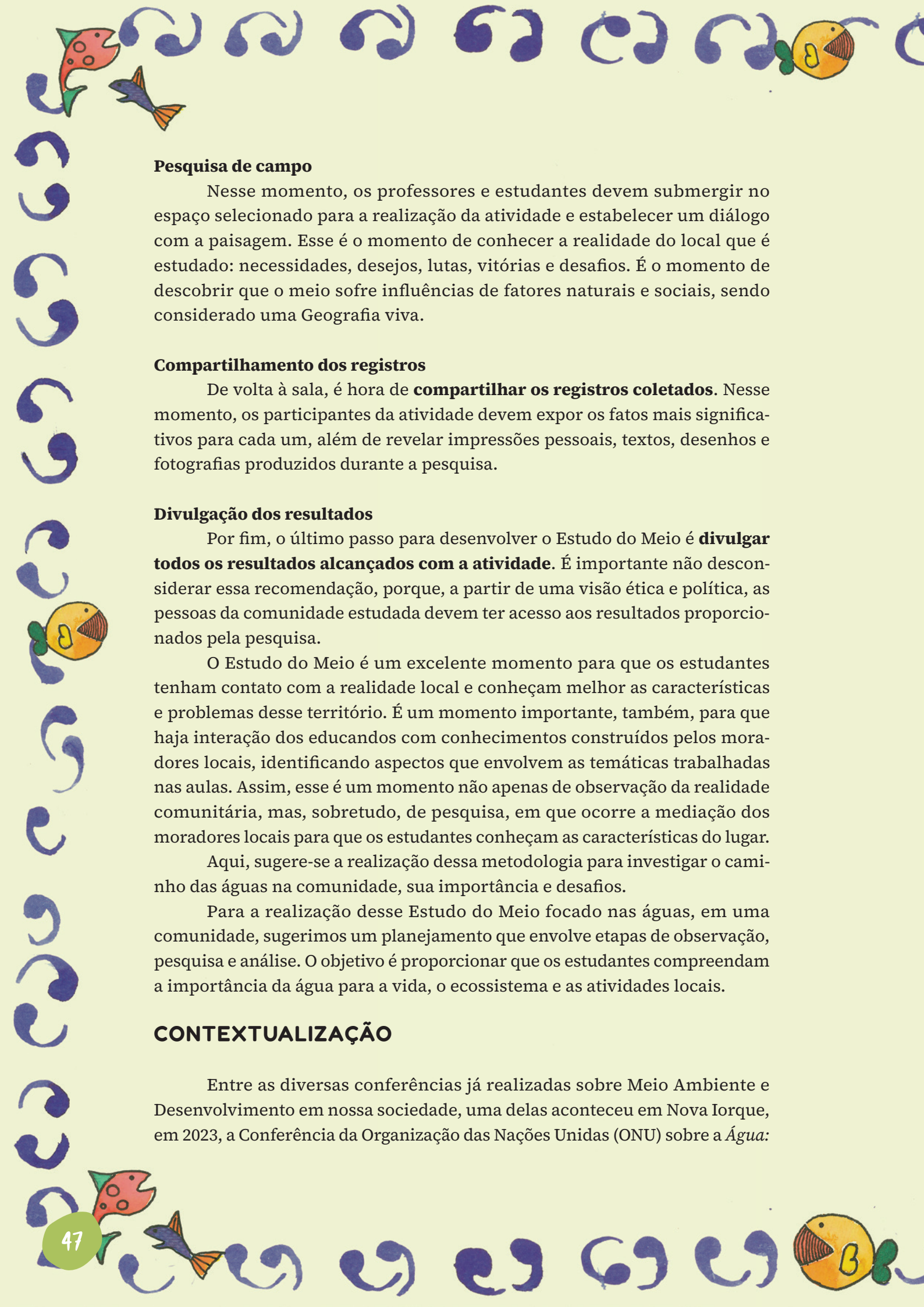
A partir dos saberes compartilhados pelos grupos que se encontram no espaço estudado, essa metodologia **possibilita desenvolver maior consciência social**. E, com um **olhar mais crítico e investigativo** perante a realidade, os estudantes podem questionar suas vivências sociais, **transformando-se em protagonistas no próprio processo de aprendizagem**.

Passo a passo para realizar o Estudo do Meio no campo:

- Planejar;
- Mobilizar sujeitos sociais;
- Definir os objetivos específicos e gerais da atividade, que devem levar em consideração o local escolhido como foco do estudo.

Objetivos específicos de um Estudo do Meio:

- Consolidação de uma metodologia interdisciplinar;
 - Verificação de testemunhos em tempos e espaços distintos;
 - Levantamento dos sujeitos sociais que serão entrevistados pelos participantes;
 - Observações necessárias para a produção de anotações, fotografias, desenhos e filmes;
 - Compartilhamento das diferentes visões alcançadas pelos sujeitos sociais envolvidos no projeto;
 - Coleta de dados e informações específicas sobre o local em questão, como a relação com outros espaços;
 - Aplicação de conteúdos disciplinares e interdisciplinares na programação;
 - Produção de instrumentos para avaliação;
 - Criação de recursos didáticos a partir das informações coletadas;
 - Divulgação dos resultados;
 - Possíveis ações de intervenção, a partir dos estudos possibilitados.
- 



Pesquisa de campo

Nesse momento, os professores e estudantes devem submergir no espaço selecionado para a realização da atividade e estabelecer um diálogo com a paisagem. Esse é o momento de conhecer a realidade do local que é estudado: necessidades, desejos, lutas, vitórias e desafios. É o momento de descobrir que o meio sofre influências de fatores naturais e sociais, sendo considerado uma Geografia viva.

Compartilhamento dos registros

De volta à sala, é hora de **compartilhar os registros coletados**. Nesse momento, os participantes da atividade devem expor os fatos mais significativos para cada um, além de revelar impressões pessoais, textos, desenhos e fotografias produzidos durante a pesquisa.

Divulgação dos resultados

Por fim, o último passo para desenvolver o Estudo do Meio é **divulgar todos os resultados alcançados com a atividade**. É importante não desconsiderar essa recomendação, porque, a partir de uma visão ética e política, as pessoas da comunidade estudada devem ter acesso aos resultados proporcionados pela pesquisa.

O Estudo do Meio é um excelente momento para que os estudantes tenham contato com a realidade local e conheçam melhor as características e problemas desse território. É um momento importante, também, para que haja interação dos educandos com conhecimentos construídos pelos moradores locais, identificando aspectos que envolvem as temáticas trabalhadas nas aulas. Assim, esse é um momento não apenas de observação da realidade comunitária, mas, sobretudo, de pesquisa, em que ocorre a mediação dos moradores locais para que os estudantes conheçam as características do lugar.

Aqui, sugere-se a realização dessa metodologia para investigar o caminho das águas na comunidade, sua importância e desafios.

Para a realização desse Estudo do Meio focado nas águas, em uma comunidade, sugerimos um planejamento que envolve etapas de observação, pesquisa e análise. O objetivo é proporcionar que os estudantes compreendam a importância da água para a vida, o ecossistema e as atividades locais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre as diversas conferências já realizadas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em nossa sociedade, uma delas aconteceu em Nova Iorque, em 2023, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Água:



acelerando ação para futuro sustentável, em que o debate buscou acelerar a atuação conjunta para alcançar os objetivos e metas internacionais acordados sobre o tema, incluindo os que estão presentes na Agenda 2030 para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destaca-se, entre os resultados dessa Conferência, o lançamento da Agenda de Ação da Água, que representa compromettimentos voluntários de todos os níveis, abrangendo governos, instituições e comunidades locais.

Por meio da Década de Ação pela Água 2018-2028, a comunidade global compromete-se a promover a luta pela água, dinamizando programas e projetos existentes e inspirando ações hídricas para alcançar essa agenda até 2030, em particular o ODS 6, que pretende: “garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos”².

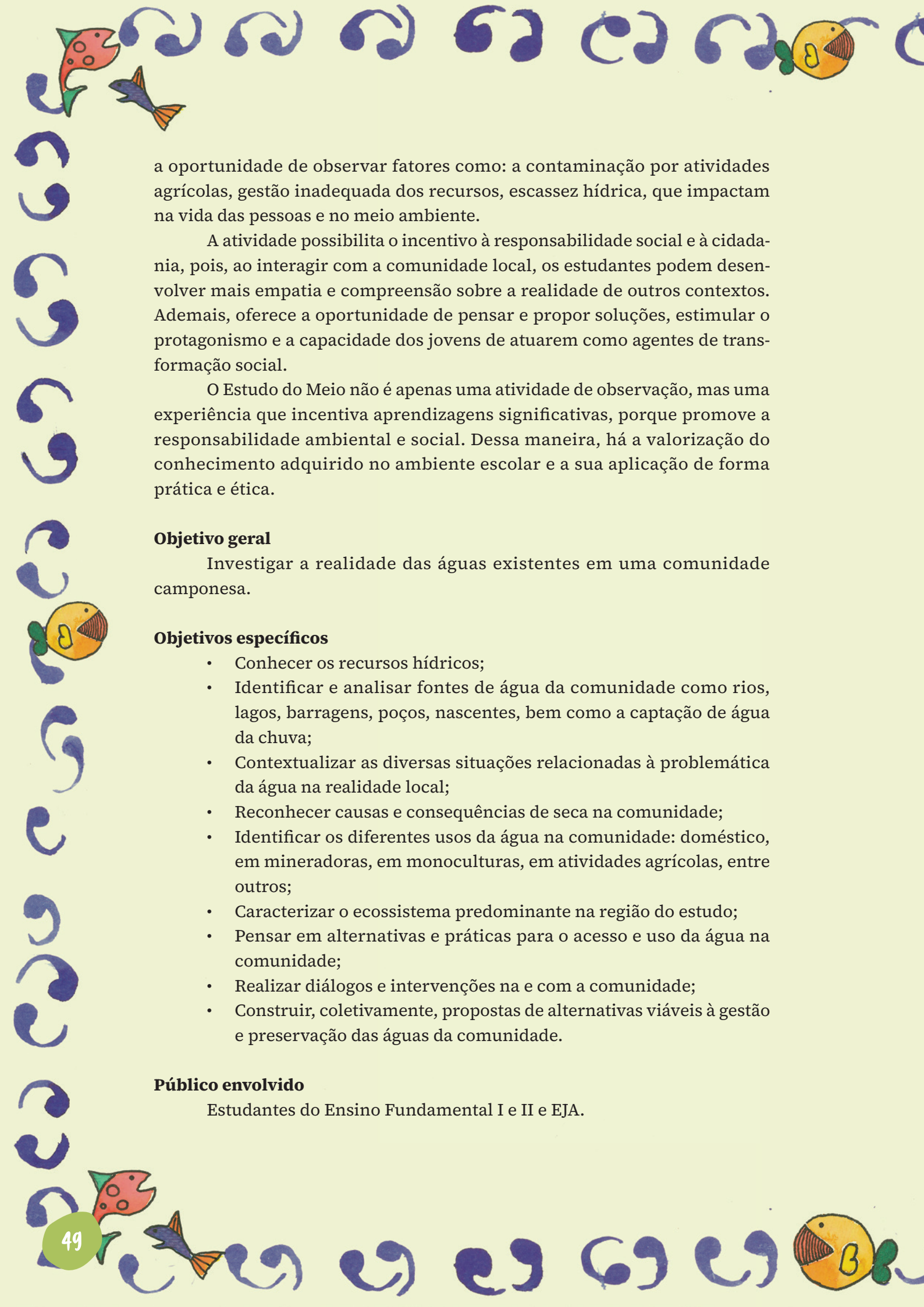
Essas ações vêm confirmar como a gestão sustentável da água é imprescindível. Não dá para pensar a vida sem água, que é o recurso natural mais importante que existe no planeta, sendo fundamental sua preservação. A água é essencial para as comunidades do campo, pois garante a saúde e a qualidade de vida, preserva o meio ambiente e fortalece a cultura local. Sua disponibilidade e qualidade influenciam diretamente a segurança alimentar e o bem-estar dos habitantes, além de serem importantes à conservação de ecossistemas. Assim, a gestão adequada dos recursos hídricos permite que essas comunidades sejam mais resilientes e autônomas.

Justificativa

A justificativa para a realização deste Estudo do Meio baseia-se na relevância de integrar a teoria e a prática, de modo que proporcionem aos estudantes e comunidade escolar uma compreensão mais profunda e contextualizada dos conteúdos estudados em sala de aula. Esse estudo permitirá que os sujeitos envolvidos compreendam, na prática, o ciclo da água, sua importância para a biodiversidade e a vida humana, bem como os desafios específicos enfrentados pelas populações camponesas em relação ao acesso, qualidade e gestão dos recursos hídricos.

Além disso, uma visita de campo contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e questionadora. Em muitas comunidades rurais, o acesso à água de boa qualidade é um desafio que influencia diretamente a saúde, a produção agrícola, as condições de vida das pessoas, além das atividades cotidianas nas escolas. Ao analisar a realidade, os estudantes têm

.....
² Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-action-decade/>. Acesso em: 10 nov. 2024.



a oportunidade de observar fatores como: a contaminação por atividades agrícolas, gestão inadequada dos recursos, escassez hídrica, que impactam na vida das pessoas e no meio ambiente.

A atividade possibilita o incentivo à responsabilidade social e à cidadania, pois, ao interagir com a comunidade local, os estudantes podem desenvolver mais empatia e compreensão sobre a realidade de outros contextos. Ademais, oferece a oportunidade de pensar e propor soluções, estimular o protagonismo e a capacidade dos jovens de atuarem como agentes de transformação social.

O Estudo do Meio não é apenas uma atividade de observação, mas uma experiência que incentiva aprendizagens significativas, porque promove a responsabilidade ambiental e social. Dessa maneira, há a valorização do conhecimento adquirido no ambiente escolar e a sua aplicação de forma prática e ética.

Objetivo geral

Investigar a realidade das águas existentes em uma comunidade camponesa.

Objetivos específicos

- Conhecer os recursos hídricos;
- Identificar e analisar fontes de água da comunidade como rios, lagos, barragens, poços, nascentes, bem como a captação de água da chuva;
- Contextualizar as diversas situações relacionadas à problemática da água na realidade local;
- Reconhecer causas e consequências de seca na comunidade;
- Identificar os diferentes usos da água na comunidade: doméstico, em mineradoras, em monoculturas, em atividades agrícolas, entre outros;
- Caracterizar o ecossistema predominante na região do estudo;
- Pensar em alternativas e práticas para o acesso e uso da água na comunidade;
- Realizar diálogos e intervenções na e com a comunidade;
- Construir, coletivamente, propostas de alternativas viáveis à gestão e preservação das águas da comunidade.

Público envolvido

Estudantes do Ensino Fundamental I e II e EJA.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

1. Preparação em sala de aula (1 a 2 aulas)

- Introdução sobre o ciclo da água e sua importância para o meio ambiente;
- Discussão sobre fontes de água locais, usos e desafios enfrentados pela comunidade;
- Pesquisa prévia sobre contaminação da água e formas de preservação dos recursos hídricos;
- Definição de perguntas e objetivos para visita a campo.

2. Visita à comunidade (Estudo do Meio)

- Na organização do Estudo do Meio com estudantes, é importante atentar-se para:
- A organização do meio de transporte;
- A escolha da comunidade a ser visitada;
- A definição do tempo de duração da visita;
- O acordo com os moradores sobre a acolhida na comunidade (locais a serem visitados, pessoas que vão contribuir na apresentação à comunidade, lanches etc.);
- A apresentação aos educandos da ficha de sistematização dos conhecimentos;
- O convite aos demais educadores e gestores da escola para participar da atividade;
- A definição sobre acordos coletivos durante a visita;
- A orientação aos educandos quanto à escolha de calçados e vestuários adequados, no caso de caminhadas sob o sol etc.;
- A orientação aos educandos de que eles deverão observar atentamente o local de visitação e descrever as principais características e desafios relacionados à água, presentes na referida comunidade;
- A disponibilização aos estudantes de uma ficha de sistematização.

Atividades durante a visita

- Observação e coleta de amostras: visita a fontes de água (rios, nascentes, poços). Análise visual e coleta de amostras para observar características físicas como cor e odor;
- Entrevistas com moradores: conversa com a população local para entender o uso da água (agricultura, consumo doméstico, entre outros) e os problemas enfrentados (escassez, contaminação);
- Análise da infraestrutura: visita aos locais de captação e

armazenamento, sistemas de irrigação e esgoto, para que os estudantes observem as práticas de gestão da água;

- Registro fotográfico e em diário de campo: incentivar os estudantes a tirar fotos e fazer anotações do que observam, incluindo práticas de uso e possíveis focos de poluição.
- É importante que a visita também seja registrada por meio de mapas, desenhos e/ou filmagens etc.

Modelo de ficha de sistematização para estudantes e demais participantes da atividade:

Ficha de sistematização da pesquisa durante imersão no contexto estudado	
Local: _____	
Nome: _____	
Elementos do contexto	Problematização do contexto

3. Discussão, análise e problematizações pós-visita (2 aulas)

- Apresentação dos resultados: exibição das amostras e análise dos dados coletados, discutindo possíveis contaminações e fatores de risco à saúde e ao meio ambiente;
- Propostas de melhoria: em grupos, os estudantes podem pensar em soluções de baixo custo para melhorar a gestão da água na comunidade, como sistemas de captação de água da chuva, campanhas de conscientização, entre outros;
- Produção de relatórios ou maquetes: os estudantes podem criar relatórios, maquetes ou apresentações em relação às suas observações e propostas após a ida a campo.

Conclusão e avaliação

- Debate em sala: discutir o impacto da experiência e o que aprenderam sobre a importância das águas para a vida na comunidade;
- Reflexão sobre sustentabilidade: incentivar os estudantes a pensarem em formas de aplicar práticas de conservação nas próprias vidas;

- 
- Retorno: permitir que os estudantes deem sugestões e avaliem a atividade, ajudando a melhorar futuros Estudos do Meio;
 - Avaliação sobre a atividade: perguntar se o estudante gostou do Estudo do Meio e solicitar que comente aspectos positivos e negativos;
 - Observação sobre a visita: pedir a opinião do estudante sobre a saída a campo, se a visita contribuiu para sua aprendizagem e de que maneira se deu essa contribuição.

A partir das atividades realizadas na comunidade e das coletas de informações, deve-se organizar com os estudantes a sistematização dos trabalhos desenvolvidos, ao mesmo tempo em que se deve dialogar sobre suas aprendizagens durante a visita à comunidade, bem como sobre os novos conhecimentos adquiridos.

Pode-se, ainda, organizar um encontro de socialização com a comunidade, para apresentar os resultados dos trabalhos. Nessa etapa, convide outros professores e gestores da escola que não estiveram presentes no desenvolvimento da proposta. Também é importante convidar representantes de organizações sociais, movimentos populares, bem como do poder público, a fim de que se possa contribuir com o debate e construir parcerias, visando que colaborem com propostas de intervenção para a transformação do contexto socioambiental local e/ou regional.

Recursos necessários

- Materiais de coleta de água (frascos, etiquetas);
- Câmeras fotográficas ou celulares;
- Fichas de entrevista/sistematização e material para anotações (caderno de campo);
- Mapas locais, se possível;
- Presença de moradores(as) para guiar a visita.

Dicas

- Combine, com antecedência, com a comunidade local, para garantir a participação dos moradores;
- Verifique se há necessidade de transporte;
- Explique aos estudantes a importância do respeito ao meio ambiente, bem como da ética, ao fazer entrevistas;
- Utilize diversas fontes de pesquisa para debater o tema: cartilhas, documentários, e estabeleça comparações entre a realidade da comunidade visitada e outras realidades regionais e nacionais;

- Proporcione supervisão constante durante a visita, garantindo a segurança dos envolvidos.

Esse planejamento oferece uma abordagem prática e reflexiva sobre as águas do campo, permitindo ampliar a consciência ambiental dos envolvidos e estimular a interação e engajamento na comunidade, de modo que se fortaleça a relação com a escola.





PARA SABER MAIS, ACESSE

1 Site: AS.PTA – Agricultura familiar e agroecologia

Neste site, encontram-se informações acerca do Semiárido Brasileiro, bem como um vídeo com relato de famílias agricultoras da Paraíba sobre como vêm otimizando os caminhos que a água percorre, seja por suas terras, seja por suas comunidades.

Disponível em: <https://aspta.org.br/2011/07/28/caminho-das-aguas/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

.....

2 Vídeo: Água é floresta – Série caminho das águas – Ep.3

Neste vídeo do YouTube, relata-se experiência de recuperação da Mata Atlântica através do plantio de florestas em pé, de recuperação de nascentes e de tratamentos alternativos da água.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ce7rC46Ks2U>. Acesso em: 14 ago. 2025.

.....

3 Documentário: Caminho das Águas

O documentário Caminho das Águas foi publicado em 2015, sob coordenação da Embrapa. Descreve a importância do uso sustentável da água, apresenta experiências bem-sucedidas de gestão hídrica e relata como a energia e as práticas de irrigação foram capazes de modificar as realidades e impactar diretamente as vivências de diversas comunidades brasileiras.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bMeM9TByxxo>. Acesso em: 14 ago. 2025.

.....

DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
O ESTUDO DO MEIO E A IMPORTÂNCIA
DAS ÁGUAS PARA A VIDA NA
COMUNIDADE CAMPONESA



Agroecologia x Agronegócio

Mary Aparecida de Alencar Durães
Filomena Luciene Cordeiro Reis

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, iremos abordar os conceitos de agronegócio e de agroecologia. Para isso, mostraremos imagens diversas, sugestões de filmes, documentários e dos locais onde podemos perceber a atuação e as ações movidas por esses conceitos. A agroecologia, por exemplo, pode estar bem perto da gente — e a gente pode fazer parte desse contexto. Já o agronegócio, também está muito próximo de nós. Devemos, entretanto, ter um olhar crítico e entender cada um desses conceitos, principalmente o que, na prática, eles podem trazer de bom e de ruim para o meio ambiente e, consequentemente, para as nossas vidas.

Assim, a fim de compreendermos esses conceitos, iremos estudar, nesse momento, o papel fundamental da agroecologia e do agronegócio, na vida concreta, por meio de nossa experiência diária.

Figura 7: A importância da agroecologia



Fonte: Lima (2016).



CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade começa com estas perguntas:

Já ouviram as palavras agroecologia e agronegócio alguma vez?
Ouviram de quem?
Onde?
Quando?
Por quê?
Para quê?

Com a finalidade de compreender estes termos – agroecologia e agronegócio – vamos procurar conhecer os seus sentidos, pois é importante conhecer os significados das palavras. Elas abarcam conceitos na sua materialidade, ou seja, na vida concreta, por meio da nossa existência diária.

Começemos com a palavra agroecologia:

Sabem o que significa esta palavra, agroecologia?
Vamos analisá-la a partir da sua concepção etimológica?

A palavra agroecologia deriva do latim *agru*, cujo significado é “terra cultivada ou cultivável”. A palavra ecologia tem origem grega. É formada pela união das palavras *oikos*, que significa casa, e *logos*, saber, estudar ou conhecer. A aceção do termo agroecologia, a partir da junção dos significados das palavras que o compõem, na sua origem, implica conhecer ou estudar a terra, nossa casa, para cultivá-la (Leff, 2002).

A agroecologia propõe cuidar da nossa casa, atitude fundamental para que esta permaneça em bom estado e, consequentemente viabilize vida saudável e abundante.

Altieri (1989) foi o primeiro pensador/cientista a definir agroecologia, remetendo-se à ideia do uso da ciência para uma agricultura alternativa. A agroecologia é a ciência ou a disciplina científica cujos princípios, conceitos e metodologias objetivam estudar agroecossistemas, visando implantar e desenvolver estilos de agricultura com sustentabilidade.

Agroecossistema é uma nova palavra que merece uma explicação para a compreensão da agroecologia. Agroecossistema é um sistema que envolve a interação entre seres vivos como, por exemplo, animais, plantas



e microrganismos, com fatores geológicos, atmosféricos e meteorológicos, transformado pela ação e influência de homens e mulheres (Altieri, 1989).

As diferenças entre o agronegócio ou a agricultura capitalista e a agricultura camponesa também revelam diferentes formas de uso dos territórios: enquanto, para o campesinato, a terra é lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura, para o agronegócio, a terra é somente um lugar de produção de mercadorias, do negócio.

Essas são características essenciais para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial, os quais, por isso, criam territórios distintos. Território camponês é um conceito importante para entender a sua existência. Inseparáveis, são destruídos e recriados pela expansão capitalista, mas também se fazem na secular luta pela terra, por meio da qual o camponês luta para ser ele mesmo (Dias, 2021).

Nesse momento, pode-se fazer uma nova pergunta:

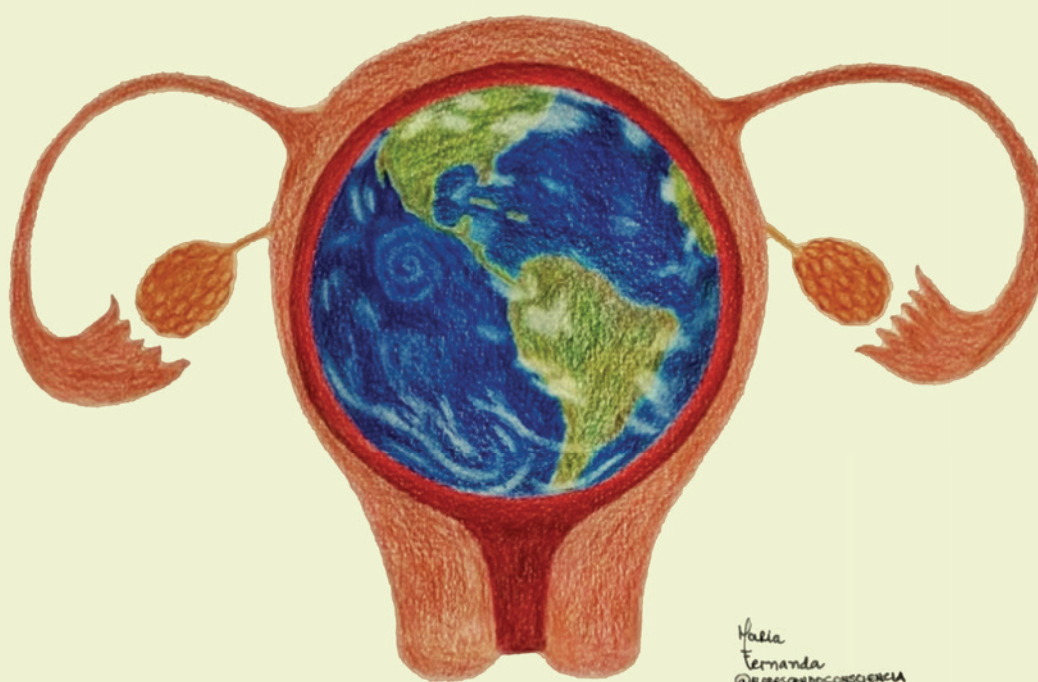
E, vocês já pensaram em como fazer para praticar agroecologia?

Há algumas reflexões por trás desse entendimento acerca da agroecologia:

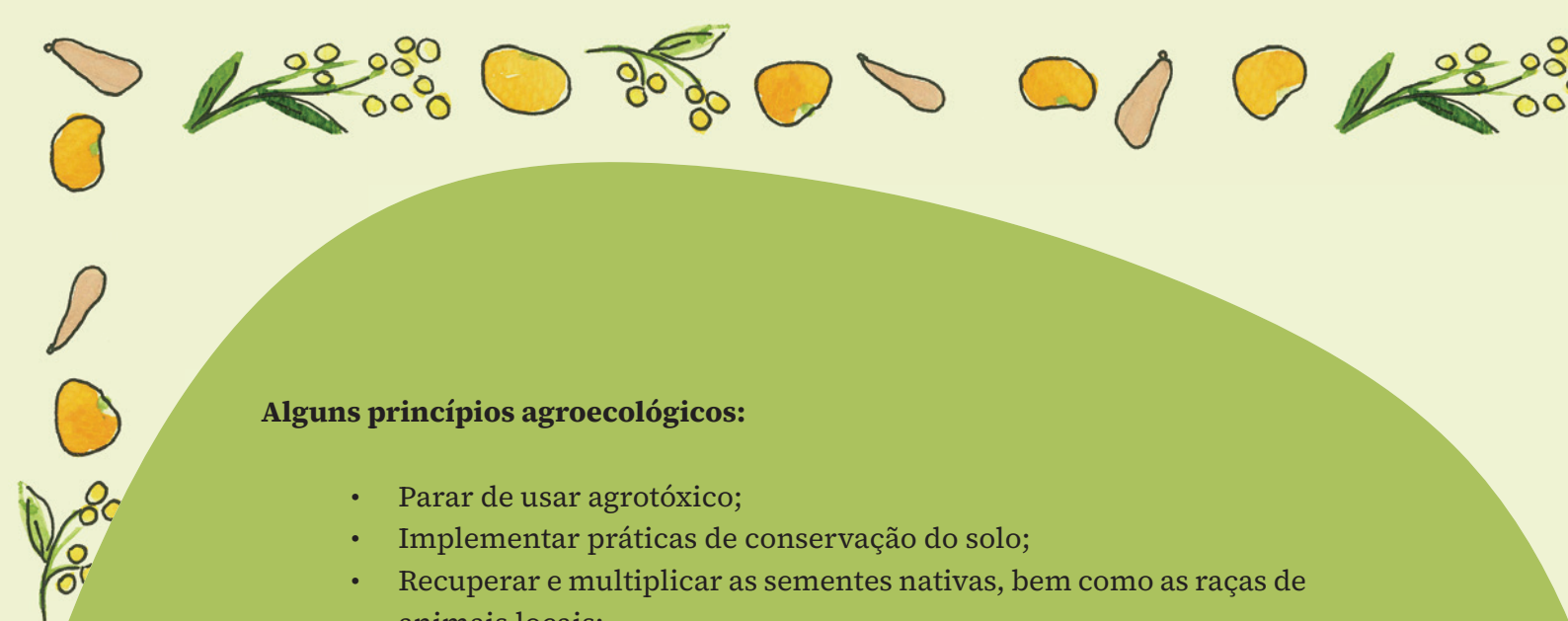
- Respeitar e cuidar da Mãe Terra;
- Produzir sem agrotóxicos, produzir alimentos saudáveis e cuidar da nossa saúde, da saúde de nossas famílias e da população em geral;
- Construir um modelo de produção que seja coerente com nossa luta e nosso discurso;
- Ser um componente essencial na construção da soberania alimentar;
- Permitir-se ser mais resiliente diante das mudanças climáticas, produzir com menos água e ajudar a esfriar o planeta;
- Enfrentar diretamente o capital no campo (parando de comprar seus insumos e de usar seu modelo de produção);
- Responder a uma forte demanda, a partir das mulheres e da juventude;
- Reduzir a dependência do crédito e dos insumos comprados, reduzir os custos de produção e o endividamento, melhorar o lucro líquido da produção;

- Construir autonomia (parcial) em relação às forças do mercado;
- Não competir com o jogo do agronegócio no campo e com suas regras, ou, melhor ainda, virar o jogo, tornando-o mais favorável a nós, os camponeses;
- Buscar a (re)construção de uma cultura do campo, uma cultura de resistência, de luta e de autonomia;
- Reduzir a rotina no trabalho agrícola, reforçar o uso da inteligência e da criatividade e desenvolver um ambiente mais agradável de trabalho na agricultura;
- Oferecer mais oportunidades para a juventude permanecer no campo;
- Reduzir o peso do patriarcado dentro da família camponesa, pois, enquanto a monocultura convencional reforça a autoridade do homem na produção familiar, a diversificação agroecológica pode descentralizar as funções e áreas de tomada de decisões produtivas, e até a renda de todos os membros da família.

Figura 8: Mãe Terra



Fonte: Magalhães (2019).



Alguns princípios agroecológicos:

- Parar de usar agrotóxico;
- Implementar práticas de conservação do solo;
- Recuperar e multiplicar as sementes nativas, bem como as raças de animais locais;
- Maximizar a matéria orgânica e a vida do solo;
- Projetar o sistema para maximizar a reciclagem de nutrientes;
- Eliminar a monocultura e diversificar o agroecossistema;
- Integrar as culturas, as árvores e os animais no mesmo sistema, com culturas consorciadas, sistemas agroflorestais (SAFs) e sistemas agrossilvipastoris;
- Conservar, coletar e armazenar a água no agroecossistema;
- Fortalecer o tecido de organização social como meio de cultura para a agroecologia;
- Promover a ação coletiva, a emulação agroecológica e o efeito multiplicador, por meio de processos intencionais.





O ESTUDO SOBRE AGROECOLOGIA E AGRONEGÓCIO

A agroecologia não se baseia em receitas, e sim em princípios, que são aplicados de forma diferente nas distintas realidades. Mas não basta escolher a agroecologia, não basta decidir que, por meio dela, promova-se uma melhor matriz produtiva para a agricultura camponesa, não basta saber fazer agroecologia no plano técnico. O modelo convencional da agricultura industrial, baseado em monoculturas e insumos agroquímicos, tem raízes profundas, mesmo entre o campesinato.

São décadas de propaganda comercial, assistência técnica convencional, requisitos de programas de crédito, e o sistema educacional, em todos os seus níveis, fez com que o modelo convencional parecesse ideal e até mesmo desejável. No entanto, essas mesmas forças têm gerado quase um consenso de que a alternativa agroecológica é uma fantasia, uma ilusão, impossível na prática. Tudo isso é muita coisa para se vencer com meros discursos. Também não é suficiente – embora seja necessário – ter práticas agrícolas técnicas e ecológicas que funcionem bem, em termos produtivos e econômicos.

Na verdade, em quase todas as regiões do mundo, já existem, de maneira abundante, boas alternativas agroecológicas, domínio técnico de como fazer compostagem e biopreparações, opções de culturas consorciadas, sementes adaptadas à seca, adubos verdes, curvas de nível, integração de plantas e animais, sistemas agroflorestais etc. O problema é que poucas pessoas realmente usam essas alternativas, ainda que tenham sido cientificamente comprovadas como sendo superiores.

Na maioria dos casos, o real gargalo não é a disponibilidade de alternativas, mas, sim, a falta de um processo social para impulsionar sua adoção. E, como veremos, o que mais convence um camponês de que uma alternativa funciona, de fato, é visitar outro camponês igual a ele, que a usa com sucesso. Isso deve ser levado em consideração em qualquer processo social de promoção agroecológica: escalamento, massificação ou territorialização da agroecologia.

Para disputar o projeto territorial do capital no campo, temos que levar a agroecologia camponesa e popular a uma escala territorial, como parte de nosso projeto de reforma agrária popular. Alcançar grande escala em agroecologia, conseguir sua massificação ou territorialização, significa que, em vez de ser praticada por poucas famílias, em um território pequeno, seja praticada por muitas famílias, em um território grande. Esse é o objetivo.

É importante pensar em construção deliberada e sistemática dos processos sociais de transformação agroecológica, sendo válido ressaltar que esses processos são complexos, pois há muitos fatores na realização da ampla adoção da agroecologia pelo campesinato, no entanto a complexidade pode ser levada em conta no projeto de um processo intencionado.

Para a transformação no campo, crianças e jovens são muito importantes na construção da territorialidade da agroecologia, portanto, formá-los com uma visão diferente e com esse conhecimento pode ter diferentes efeitos multiplicadores no território. Por exemplo, eles representam um ponto de entrada em quase todas as famílias camponesas, uma maneira de gerar questionamentos sobre o modelo de produção que adotam. Nesse sentido, a escola deve assumir o desafio de difundir a agroecologia entre as crianças, jovens, mães e pais de família, e na sociedade em geral, no entorno de seu território.

No sertão norte-mineiro, verificamos essa interação nas práticas dos povos indígenas, quilombolas, vazanteiros, apanhadores de flor, caatingueiros, geraizeiros, tuxás, vacarianos, vazanteiros e veredeiros (Anaya; Espírito-Santo, 2014), o que nos leva a questionar:

Já ouviram falar desses povos?
Como eles vivem?
Qual é a sua relação com a terra, a natureza e as pessoas a sua volta?
O que fazem para viver?
Como fazem?
Quais os resultados?
Há entraves, embates, conflitos e tensões?

Acerca desses questionamentos, um exercício interessante é que sejam vistas as figuras a seguir e se comentem com os colegas suas apreensões e, ao final, seja escrito o que cada figura expressa:

Figura 9: Comunidade Galheiros, Diamantina-MG (2021)



Fonte: Gehren (2023).

**Figura 10: Quilombo de Vargem do Inhaí,
Diamantina-MG (2021)**



Fonte: Gehren (2023).

**Figura 11: Comunidade Geraizeira Cabeceira
de Macaúba, Novorizonte-MG (2021)**



Fonte: Gehren (2023).

**Figura 12: Comunidade Vacariana
Tamboril, Fruta de Leite-MG (2021)**



Fonte: Gehren (2023).



Após essa abordagem sobre agroecologia, o assunto passa a ser o agronegócio, com as seguintes perguntas aos estudantes:

**Qual o significado desse termo?
E sua materialidade, na vida de cada pessoa?**

A palavra agronegócio apresenta-se como recente, no vocabulário atual, vinculando-se à ideia de *agribusiness*, tendo sido criada por John Davis e Ray Goldberg, na década de 1950, no entanto o termo ganhou popularidade somente nos anos de 1970 (Leite e Medeiros, 2012).

O agronegócio consiste em um conjunto de atividades econômicas derivadas da produção agrícola e de seu comércio, tendo como objetivos o processamento, distribuição, comercialização e consumo dos produtos agropecuários. Seu objetivo principal consiste no processo geral para alcançar o consumidor final.

Entretanto, apesar de apresentar diferenças, o agronegócio conecta-se à agropecuária, aliando comércio e indústria para dinamizar a produção no campo (Curado, 2023). Também perpassa “os caminhos da análise da modernização da agricultura brasileira”, diferente da proposta da agroecologia, que visa à sustentabilidade (Leite; Medeiros, 2012, p. 79).

Novas perguntas devem ser feitas:

**O que vocês já ouviram falar sobre o agronegócio?
Quais as suas vantagens e desvantagens?
Como lidar com as proposições do agronegócio, nos dias atuais,
com tantos debates acerca das questões ambientais?
Quais as inquietações que vocês têm sobre esse assunto?**



Vamos conversar sobre isso, a partir das imagens a seguir:

Figura 13: Maquinários para a produção no campo



Figura 14: Tecnologia para a produção no campo



Fonte: Curado (2023).

O estudo sobre agroecologia e agronegócio possibilita inferir muitas noções acerca do campo, apontando diferenças, adversidades, desequilíbrios e tensões sociais, pois a terra, pensada para todos, mostra realidades desiguais que afrontam a harmonia social.

Veja a Figura 15, a seguir, reflita e produza um pequeno texto sobre o que compreenderam acerca de agroecologia e agronegócio:

Figura 15: Agroecologia e agronegócio



Fonte: Curado (2023).

O caminho da agroecologia:

A agroecologia viabiliza o direito à vida, conforme proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo 3º: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Organização das Nações Unidas, 1948).

Em relação ao direito à vida, constatamos a inserção dos direitos à saúde e à alimentação, muitas vezes desconsiderados pelos governos nas suas instâncias municipal, estadual e federal. No Brasil, verificamos haver pessoas sem comida à mesa, embora o direito a ter comida, em especial para fazer, no mínimo, três refeições ao dia, deva ser garantido a todo cidadão do mundo.

Verificamos, na mesa dos brasileiros, alimentos ultra processados e irrigados com agrotóxicos. Os cuidados com a produção da nossa alimentação não caminham para o bem-estar das pessoas e do planeta Terra. Ao contrário, acontece, para uma maior produção de bens, o envenenamento das terras e águas, acrescido do desmatamento e injustiças sociais.

A alimentação saudável é importante para promover uma vida benéfica e, desse modo, a agroecologia é fundamental para que ocorra, de fato, uma existência de qualidade aos seres humanos.

A agroecologia é imprescindível para o desenvolvimento rural sustentável, pois acrescenta conhecimento científico e saber tradicional. Essa junção de conhecimentos gera vida e garante justiça social.

Santos, Souza e Costa (2020) apresentam a agroecologia como perspectiva contra hegemônica, porque é uma forma de resistência e luta dos trabalhadores rurais, sobretudo daqueles que se encontram em assentamentos. As ações coletivas materializam realidades para a existência de qualidade das pessoas que lutam para se estabelecerem em terras improdutivas e “sem dono”, culminando em conquistas possíveis, a partir de muitos embates, conflitos e tensões no meio rural.

Para complementar essa proposta, foi levada à turma a possibilidade de assistir ao *Cinema comentado*, conforme se segue:

Vamos nos entreter, aprendendo?

Para uma melhor compreensão do assunto aqui trabalhado, a agroecologia, assistam ao vídeo *Agroecologia é destaque no Ciência é Tudo* (TV Brasil, 2020)³ e conversem com os colegas, amigos, familiares etc. sobre o que foi nele comentado.

.....
3 O link para assistir ao vídeo é este: <https://www.youtube.com/watch?v=FajlJZnn-BJl&t=41s>. Acesso em: 20 ago. 2025.



PARA SABER MAIS, ACESSE

1 Documentário: O veneno está na mesa

A ideia do filme é mostrar como a população vem se alimentando mal e perigosamente, por causa de um modelo agrário perverso, baseado no agronegócio, e com alto consumo de agrotóxicos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

2 Documentário: O veneno está na mesa II

O Veneno está na Mesa II apresenta alternativas viáveis para a produção de alimentos saudáveis, que respeitam a natureza, os trabalhadores rurais e os consumidores. Além disso, mostra como os grandes conglomerados de empresas, concentrados em poucas mãos, detêm lucros exorbitantes com o alimento, enquanto trabalhadores rurais, populações próximas a plantações e consumidores sofrem as consequências do uso de agrotóxicos acima dos índices recomendáveis.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4&t=501s>. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

3 Documentário: Guardiões da Terra – Agroecologia em evolução

O documentário delinea um histórico da evolução do movimento agroecológico no Brasil. A partir de entrevistas com acadêmicos, produtores rurais, militantes e estudiosos, o filme ilustra os principais momentos da agroecologia brasileira, desde seu surgimento, como resposta ao crescente processo de mecanização do campo, no País, a partir da década de 1970, até sua consolidação como ciência, movimento político e prática.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1WMktpu_SKo. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

4 Vídeo: Agroecologia nas escolas – educar para além da sala de aula

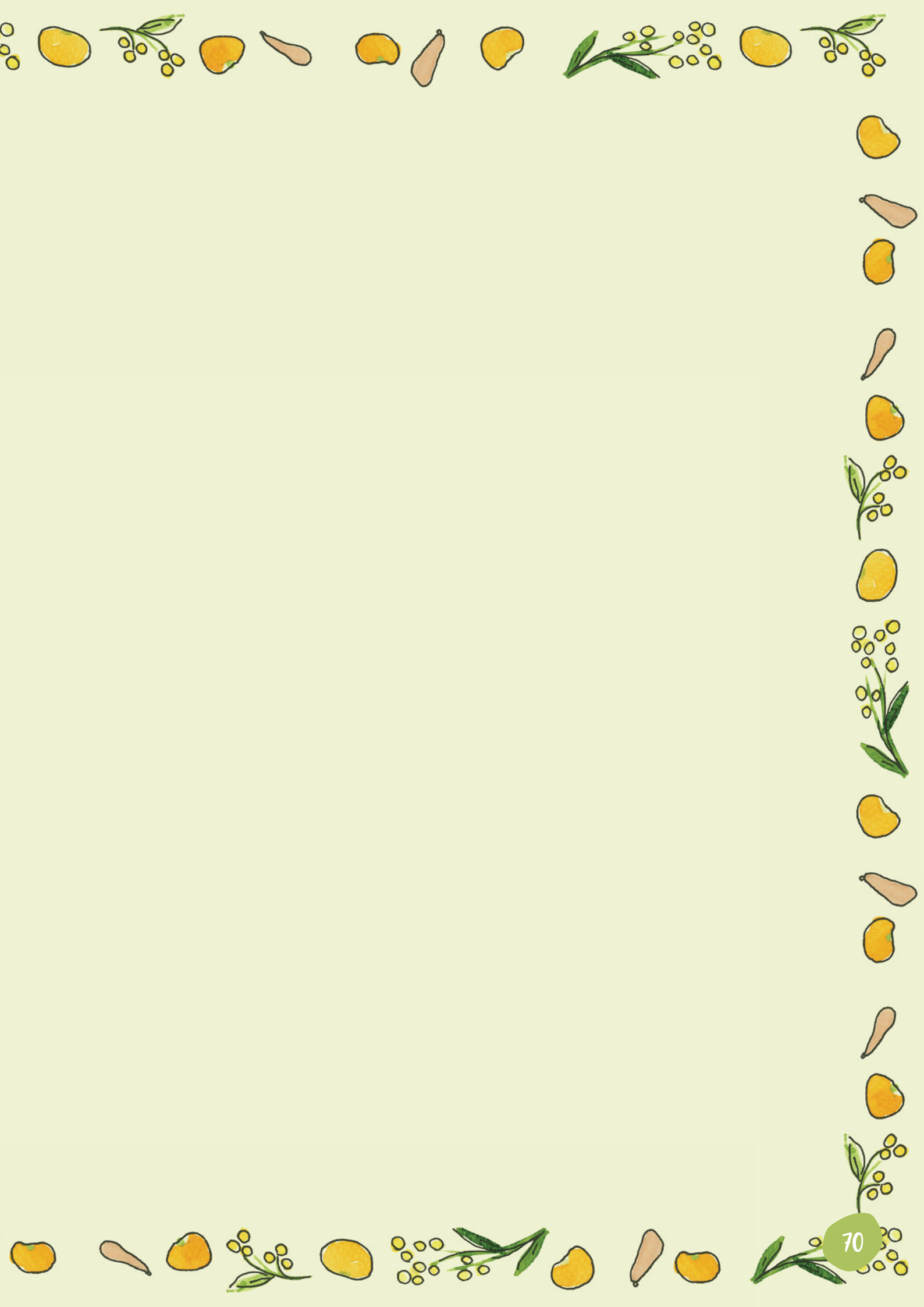
O vídeo aborda a importância da educação agroecológica como resposta aos desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade e pelo planeta. A partir de relatos e reflexões de educadores, destaca-se a agroecologia como prática integradora entre natureza, cultura e conhecimento, propondo uma educação crítica, participativa e voltada para o bem-viver.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s0HJWVN-GfU>. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
AGROECOLOGIA X AGRONEGÓCIO





Conhecimentos Medicinais: Saberes e fazeres de Cura na Educação do Campo

Éryka Jovânia Pereira
Júnea Tatiane Damasceno Oliveira

INTRODUÇÃO

Este capítulo retrata que os conhecimentos medicinais tradicionais, também chamados de saberes e fazeres de cura, representam um conjunto de práticas ancestrais, construídas por comunidades indígenas, quilombolas e rurais, ao longo de gerações, com base na observação da natureza, no uso de plantas medicinais e em rituais que envolvem espiritualidade, cuidado e respeito ao corpo e ao meio ambiente. São saberes que valorizam a relação entre o curador e a pessoa cuidada, integrando aspectos físicos, emocionais e espirituais no processo de cura, muitas vezes à margem do saber médico-científico, mas reconhecidos como patrimônio cultural imaterial que contribui para a diversidade de abordagens em saúde e bem-estar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os conhecimentos medicinais e saberes de cura são essenciais na Educação do Campo, cujas práticas de saúde tradicionais são preservadas e transmitidas entre gerações. Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo incorpora esses saberes, valorizando o aprendizado das propriedades curativas das plantas medicinais, técnicas de preparo e formas de uso, que refletem



uma forte conexão com a natureza e o ambiente ao redor. Essa prática educativa é importante não só para preservar as tradições culturais, mas também para promover um estilo de vida saudável e sustentável, essencial nas comunidades rurais.

Na perspectiva da Educação do Campo, o saber medicinal é construído com base nas experiências e observações de moradores que conhecem o território, o solo, as plantas e suas propriedades curativas (Santos; Carvalho, 2006). É comum que esses conhecimentos sejam transmitidos de forma oral ou prática, nas famílias e comunidades. Plantas como arnica, erva-de-santa-maria e boldo são amplamente conhecidas e utilizadas no tratamento de feridas, problemas digestivos e fortalecimento da imunidade. A Educação do Campo inclui essas práticas nos conteúdos escolares, promovendo o respeito à natureza e o reconhecimento de saberes que complementam a medicina científica (Freire, 1996).

A valorização dos saberes de cura tem papel importante na identidade cultural e na autonomia das comunidades rurais. De acordo com Arroyo (2012), a educação pode documentar, analisar e compartilhar essas práticas, criando um ambiente em que o conhecimento popular se mescla com o conteúdo escolar. Esse processo ajuda a fortalecer o respeito pelas tradições locais, mantendo vivos os costumes e promovendo um sentimento de pertencimento entre estudantes. A formação educativa no campo, assim, vai além dos conteúdos acadêmicos, valorizando a história e os saberes locais. Conforme destaca Lima (2011, p. 45):

As práticas de cura e o uso de plantas medicinais são elementos-chave na sustentabilidade das comunidades rurais. A Educação do Campo permite que esses conhecimentos tradicionais sejam transmitidos para as novas gerações, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a manutenção da saúde local, sem a dependência de remédios industrializados que impactam o ecossistema e enfraquecem a autonomia das comunidades.

De acordo com Lima (2011):

Essas práticas medicinais também incentivam a sustentabilidade, já que o uso de plantas medicinais e as técnicas de cura natural reduzem a dependência de medicamentos industrializados e diminuem o impacto ambiental (Lima, 2011). A Educação do Campo ensina não só a identificação das plantas, mas também métodos de cultivo sustentável, garantindo que os recursos estejam disponíveis às futuras gerações. A prática de hortas comunitárias ou escolares é um exemplo de como o aprendizado é aplicado de forma prática e sustentável, unindo teoria e prática em prol da saúde e do meio ambiente (Lima, 2011, p. 45).

Por fim, a incorporação dos saberes medicinais na Educação do Campo promove uma visão integral da saúde e do bem-estar. Ao aprender sobre as plantas medicinais e as práticas de cura, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais ampla da saúde, que inclui o autocuidado, o respeito pela natureza e o cuidado perante a comunidade (Brandão, 2002). Essa abordagem é fundamental para evidenciar a formação de cidadãos conscientes e saudáveis, que valorizam tanto o saber popular quanto o científico, sendo capazes de aplicar esses conhecimentos em benefício próprio e das comunidades em que vivem.

TÉCNICAS DE CURA E RITUAIS

Os saberes e fazeres de cura dos povos do campo, também conhecidos como medicina popular, são tradições ricas, transmitidas oralmente de geração em geração. Esses conhecimentos envolvem o uso de plantas medicinais, técnicas de cura específicas e rituais que simbolizam uma profunda ligação com a natureza e com a cultura local, refletindo uma compreensão holística da saúde e da doença. Além do tratamento físico, esses métodos valorizam aspectos espirituais e emocionais, oferecendo um suporte integral ao indivíduo e à comunidade.

De acordo com Alves (2000, p. 342), “os saberes populares de cura não apenas tratam o corpo, mas também a alma, sendo transmitidos através de gerações como uma herança cultural valiosa”. Essa transmissão de conhecimento ocorre principalmente por meio das conversas entre familiares, rezadeiras e curandeiros locais, que passam adiante suas práticas, com base na observação e na experiência, muitas vezes fora do contexto formal da medicina científica. Esses saberes populares resistem ao tempo e ao espaço, por isso são fundamentais na preservação de identidades culturais, especialmente em áreas rurais onde o acesso à medicina convencional é limitado.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos dessas práticas e as plantas medicinais mais utilizadas.



Arnica brasileira

O uso da arnica para aliviar dores musculares e reduzir hematomas é um exemplo comum em diversas comunidades rurais (Santos, 2006). Essa planta é preparada por meio de infusões ou compressas, aplicadas diretamente sobre a pele, e representa uma forma de terapia acessível e sustentável. O conhecimento sobre o uso da arnica e de outras plantas medicinais, como o boldo, para problemas digestivos, é passado adiante pelos mais velhos, assegurando que tais práticas sejam preservadas e aplicadas de forma segura (Caldart, 2004).

O uso de plantas medicinais como arnica, para dores musculares, contusões, torções, redução de hematomas, inchaços e inflamações, representa a profundidade e a relevância dos saberes tradicionais preservados pelas comunidades rurais. Essas práticas, passadas de geração em geração, não apenas garantem o acesso a tratamentos naturais e acessíveis, mas reforçam a identidade cultural e a conexão com o ambiente natural.

Segundo Santos (2006), a arnica (*Arnica montana*), conhecida pelas propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, é um exemplo significativo desses conhecimentos populares. Em situações de lesões ou traumas físicos, as compressas de arnica são uma alternativa comum e eficaz aos medicamentos industrializados, promovendo alívio de maneira sustentável e acessível. A preservação desse conhecimento na rotina comunitária fortalece a autonomia rural, ao oferecer tratamentos seguros, ao mesmo tempo em que protege a biodiversidade local e promove práticas de autocuidado conectadas à cultura e aos recursos naturais locais.

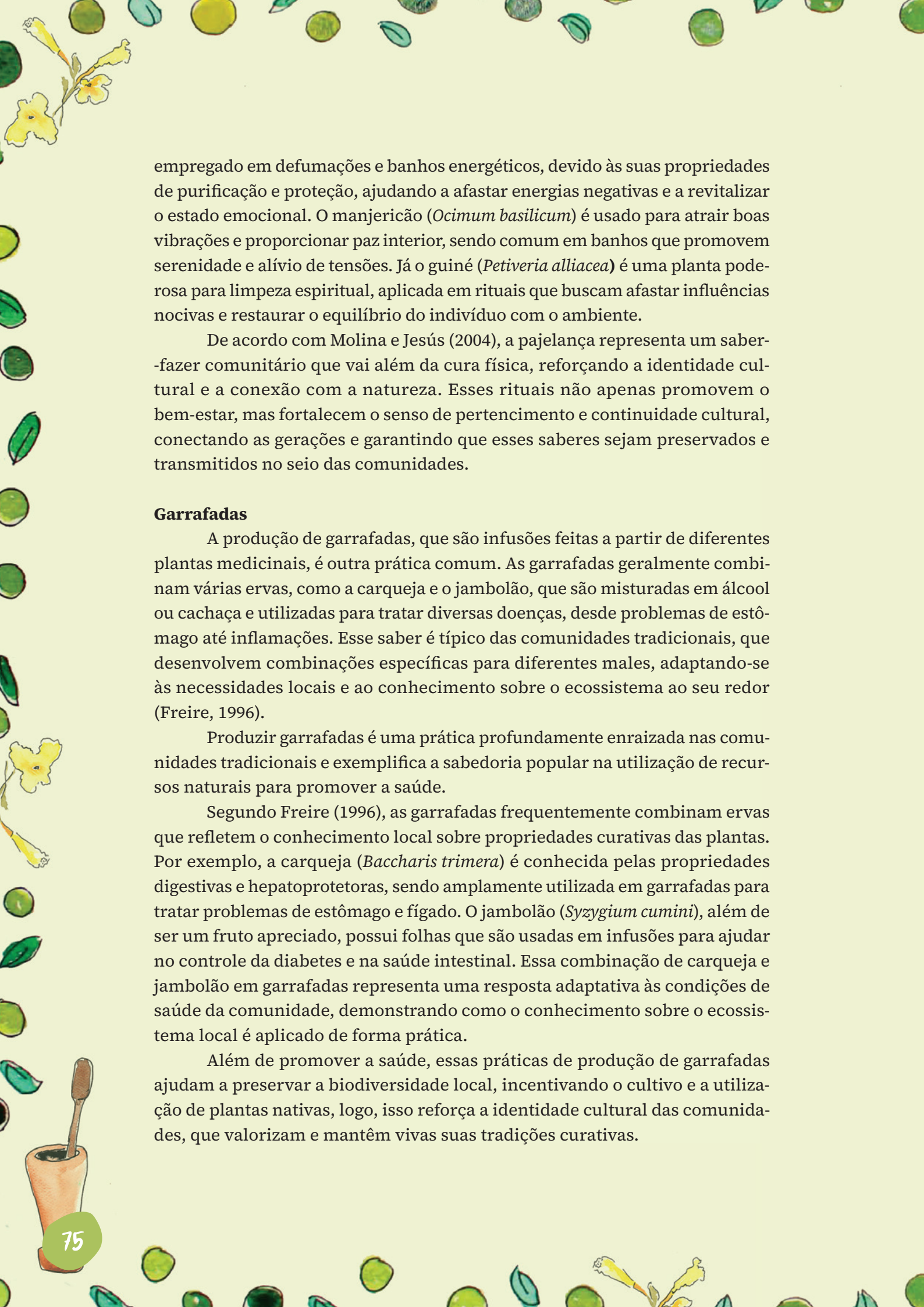
Pajelança

As pajelanças e os rituais com ervas são práticas ancestrais das comunidades indígenas e afro-brasileiras, que incluem o uso de plantas como alecrim, manjerição e guiné, conhecidas por suas propriedades de limpeza energética e espiritual (Brandão, 2002). Esses rituais, conduzidos por figuras de liderança espiritual, têm o objetivo de harmonizar a saúde física e espiritual dos indivíduos, conectando-os à natureza e às suas raízes culturais. A pajelança representa um saber-fazer comunitário e espiritual que auxilia na saúde mental e emocional dos membros dessas comunidades (Molina; Jesús, 2004).

As pajelanças e os rituais com ervas, praticados nas comunidades indígenas e afro-brasileiras, refletem um conhecimento ancestral que integra aspectos físicos, espirituais e culturais na busca pela saúde e bem-estar.

Cada planta utilizada carrega um simbolismo e uma função específicos, que contribuem para a harmonização energética e emocional dos participantes. Segundo Brandão (2002), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*) é frequentemente





empregado em defumações e banhos energéticos, devido às suas propriedades de purificação e proteção, ajudando a afastar energias negativas e a revitalizar o estado emocional. O manjerição (*Ocimum basilicum*) é usado para atrair boas vibrações e proporcionar paz interior, sendo comum em banhos que promovem serenidade e alívio de tensões. Já o guiné (*Petiveria alliacea*) é uma planta poderosa para limpeza espiritual, aplicada em rituais que buscam afastar influências nocivas e restaurar o equilíbrio do indivíduo com o ambiente.

De acordo com Molina e Jesús (2004), a pajelança representa um saber-fazer comunitário que vai além da cura física, reforçando a identidade cultural e a conexão com a natureza. Esses rituais não apenas promovem o bem-estar, mas fortalecem o senso de pertencimento e continuidade cultural, conectando as gerações e garantindo que esses saberes sejam preservados e transmitidos no seio das comunidades.

Garrafadas

A produção de garrafadas, que são infusões feitas a partir de diferentes plantas medicinais, é outra prática comum. As garrafadas geralmente combinam várias ervas, como a carqueja e o jambolão, que são misturadas em álcool ou cachaça e utilizadas para tratar diversas doenças, desde problemas de estômago até inflamações. Esse saber é típico das comunidades tradicionais, que desenvolvem combinações específicas para diferentes males, adaptando-se às necessidades locais e ao conhecimento sobre o ecossistema ao seu redor (Freire, 1996).

Produzir garrafadas é uma prática profundamente enraizada nas comunidades tradicionais e exemplifica a sabedoria popular na utilização de recursos naturais para promover a saúde.

Segundo Freire (1996), as garrafadas frequentemente combinam ervas que refletem o conhecimento local sobre propriedades curativas das plantas. Por exemplo, a carqueja (*Baccharis trimera*) é conhecida pelas propriedades digestivas e hepatoprotetoras, sendo amplamente utilizada em garrafadas para tratar problemas de estômago e fígado. O jambolão (*Syzygium cumini*), além de ser um fruto apreciado, possui folhas que são usadas em infusões para ajudar no controle da diabetes e na saúde intestinal. Essa combinação de carqueja e jambolão em garrafadas representa uma resposta adaptativa às condições de saúde da comunidade, demonstrando como o conhecimento sobre o ecossistema local é aplicado de forma prática.

Além de promover a saúde, essas práticas de produção de garrafadas ajudam a preservar a biodiversidade local, incentivando o cultivo e a utilização de plantas nativas, logo, isso reforça a identidade cultural das comunidades, que valorizam e mantêm vivas suas tradições curativas.

Banhos de ervas

Figura 16: O mais famoso banho de ervas da umbanda



Fonte: <https://www.casaluzdearuanda.com.br/post/o-mais-famoso-banho-de-ervas-da-umbanda>. Acesso em: 12 nov. 2024.

O uso de banhos de ervas é uma prática terapêutica e de bem-estar, em que plantas como camomila e eucalipto são utilizadas para aliviar sintomas de estresse, insônia e ansiedade. A prática do banho de ervas, muito comum entre as mulheres das comunidades rurais, visa não apenas à cura física, mas também ao relaxamento e ao bem-estar mental, valorizando o autocuidado como parte integrante da saúde (Cunha, 2010). Esses banhos são preparados de acordo com ensinamentos passados de geração em geração, que indicam as melhores combinações e tempos de aplicação para cada sintoma.

Aplicação de argila

Figura 17: Argila para cura



Fonte: Disponível em: <https://afloresta.com.br/produtos/geoterapia-argila/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

A aplicação de argila ou barro em feridas e inflamações também é um saber de cura amplamente utilizado nos campos e quilombos. As comunidades aplicam a argila como forma de reduzir a inflamação, melhorar a cicatrização e aliviar dores (Silva, 2008). Esse saber é fundamentado na observação da natureza e nos conhecimentos sobre propriedades minerais da terra, integrando práticas sustentáveis e acessíveis à rotina de cuidado comunitário. Além de ser utilizada na cura física, a aplicação de argila é vista como uma forma de conexão com a terra, reafirmando os laços culturais e identitários com o ambiente natural.

A aplicação de argila como prática de cura remete a um conhecimento ancestral que perpassa diversas culturas e regiões, refletindo a relação íntima entre as comunidades e o meio ambiente. Esse saber é não apenas uma técnica de tratamento, mas também uma manifestação cultural que preserva tradições e conhecimentos locais. A argila, rica em minerais como silício, alumínio e ferro, possui propriedades que favorecem a desintoxicação do organismo e a regeneração da pele, sendo utilizada em diversas formas, como cataplasmas ou compressas (Silva, 2008). Além da eficácia terapêutica, o uso da argila simboliza a conexão com a terra e a valorização dos recursos naturais, incentivando uma abordagem de saúde que prioriza práticas sustentáveis e o respeito ao ecossistema.

Esse vínculo com a natureza promove um senso de identidade e pertencimento entre os membros da comunidade, reafirmando a importância de saberes que, ao longo do tempo, tornaram-se essenciais para a manutenção da saúde e do bem-estar coletivo. A prática da aplicação de argila, portanto, transcende o ato curativo, funcionando como um elo entre passado e presente, entre o indivíduo e a comunidade, entre a saúde e a natureza.

Uso de ervas

Figura 18: Ervas medicinais



Fonte: Disponível em: <https://blog.plantei.com.br/21-plantas-medicinais-para-ter-em-sua-casa/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

O uso da erva-de-santa-maria (*Chenopodium ambrosioides*) é uma prática tradicional significativa nas comunidades rurais, reconhecida, especialmente, pelo potencial no tratamento de parasitoses intestinais. Essa erva é comumente consumida na forma de chá, preparado a partir de suas folhas, e é valorizada por suas propriedades antiparasitárias e digestivas, oferecendo uma alternativa natural e acessível para promover a saúde intestinal. Além do uso medicinal, a erva-de-santa-maria desempenha um papel importante em rituais de limpeza e purificação do ambiente, sendo especialmente valorizada em comunidades quilombolas e indígenas, onde práticas de cura estão intimamente ligadas à cultura e à espiritualidade (Arroyo, 2012).

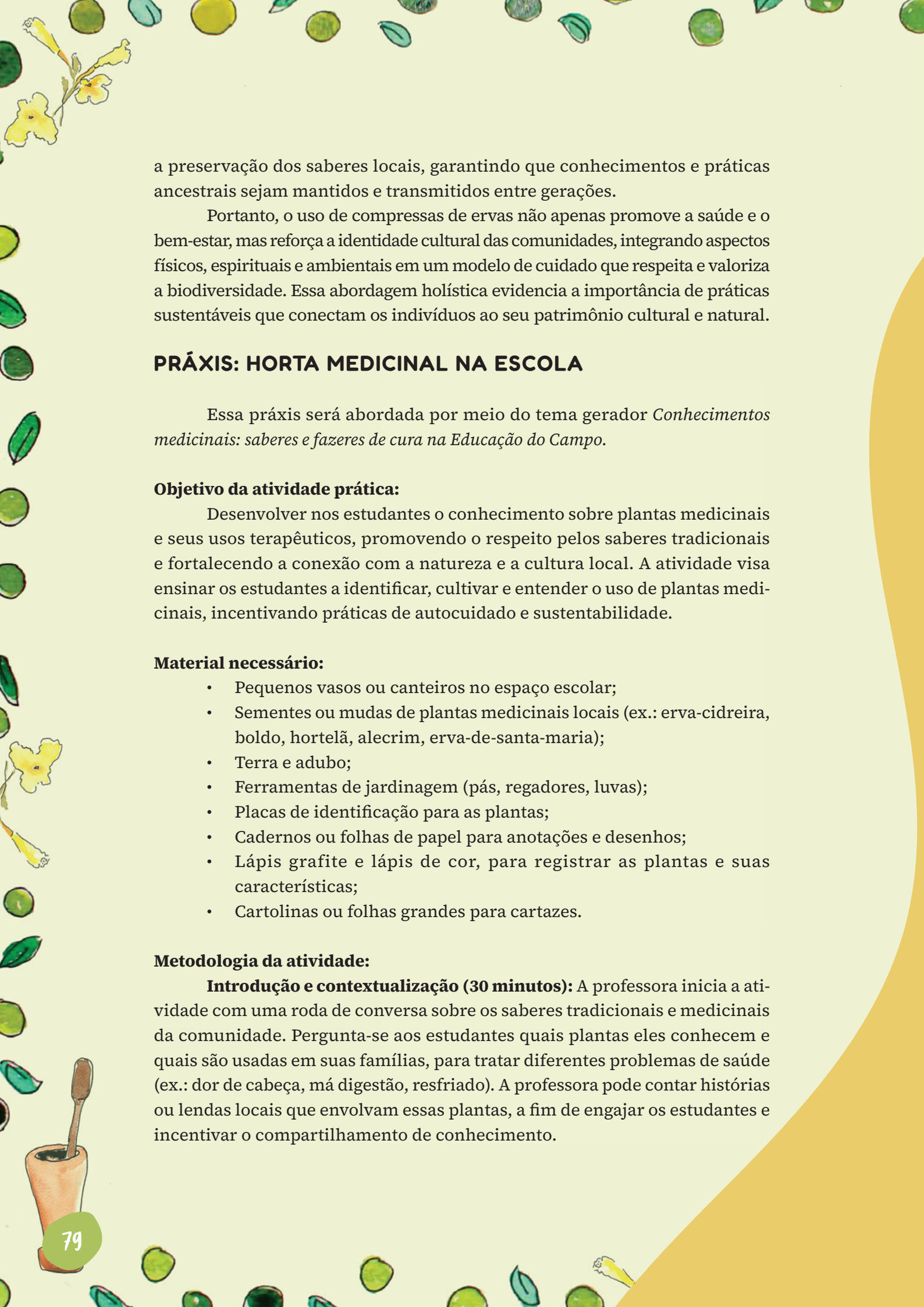
Essas tradições de uso da erva-de-santa-maria refletem uma visão holística de saúde, na qual o equilíbrio entre corpo, mente e ambiente é considerado fundamental para o bem-estar. Ao integrar a cura física com a purificação espiritual e ambiental, essas práticas enfatizam a importância de um estilo de vida que respeita e valoriza as interconexões entre seres humanos e natureza. Esse entendimento permite que as comunidades mantenham suas tradições e conhecimentos, promovendo não apenas a saúde individual, mas também o fortalecimento de laços comunitários e a preservação da identidade cultural. O uso da erva-de-santa-maria, portanto, não se limita a um tratamento específico, mas se insere em um contexto mais amplo de práticas de cuidado que sustentam a saúde integral e a harmonia com o ambiente.

Compressas com ervas

O uso de compressas de ervas representa uma prática terapêutica rica em saberes botânicos e tradições curativas. Compostas por plantas como hortelã (*Mentha spp.*), calêndula (*Calendula officinalis*) e gengibre (*Zingiber officinale*), essas compressas são preparadas com base nas propriedades medicinais específicas de cada erva, que são eficazes no tratamento de uma variedade de condições, incluindo dores, inflamações e problemas dermatológicos.

Para a elaboração das compressas, as folhas ou flores são frequentemente maceradas em água quente, processo que visa extrair os princípios ativos das plantas. A calêndula, por exemplo, é amplamente reconhecida pelas propriedades anti-inflamatórias e cicatrizantes, sendo uma escolha comum em tratamentos de feridas e irritações cutâneas (López, 2010). A hortelã, por sua vez, é valorizada pelo efeito refrescante, sendo utilizada para alívio de dores musculares e cefaleias.

Entretanto, a prática das compressas de ervas vai além do simples tratamento físico. Ela representa um elo profundo entre os praticantes e a natureza, fundamental para muitas comunidades que veem o uso de plantas como uma extensão de sua relação com o meio ambiente e suas tradições culturais. Essa conexão não apenas favorece o cuidado individual, mas contribui para haver



a preservação dos saberes locais, garantindo que conhecimentos e práticas ancestrais sejam mantidos e transmitidos entre gerações.

Portanto, o uso de compressas de ervas não apenas promove a saúde e o bem-estar, mas reforça a identidade cultural das comunidades, integrando aspectos físicos, espirituais e ambientais em um modelo de cuidado que respeita e valoriza a biodiversidade. Essa abordagem holística evidencia a importância de práticas sustentáveis que conectam os indivíduos ao seu patrimônio cultural e natural.

PRÁXIS: HORTA MEDICINAL NA ESCOLA

Essa práxis será abordada por meio do tema gerador *Conhecimentos medicinais: saberes e fazeres de cura na Educação do Campo*.

Objetivo da atividade prática:

Desenvolver nos estudantes o conhecimento sobre plantas medicinais e seus usos terapêuticos, promovendo o respeito pelos saberes tradicionais e fortalecendo a conexão com a natureza e a cultura local. A atividade visa ensinar os estudantes a identificar, cultivar e entender o uso de plantas medicinais, incentivando práticas de autocuidado e sustentabilidade.

Material necessário:

- Pequenos vasos ou canteiros no espaço escolar;
- Sementes ou mudas de plantas medicinais locais (ex.: erva-cidreira, boldo, hortelã, alecrim, erva-de-santa-maria);
- Terra e adubo;
- Ferramentas de jardinagem (pás, regadores, luvas);
- Placas de identificação para as plantas;
- Cadernos ou folhas de papel para anotações e desenhos;
- Lápis grafite e lápis de cor, para registrar as plantas e suas características;
- Cartolinas ou folhas grandes para cartazes.

Metodologia da atividade:

Introdução e contextualização (30 minutos): A professora inicia a atividade com uma roda de conversa sobre os saberes tradicionais e medicinais da comunidade. Pergunta-se aos estudantes quais plantas eles conhecem e quais são usadas em suas famílias, para tratar diferentes problemas de saúde (ex.: dor de cabeça, má digestão, resfriado). A professora pode contar histórias ou lendas locais que envolvam essas plantas, a fim de engajar os estudantes e incentivar o compartilhamento de conhecimento.

Sugestão de poema para realizar leitura durante a roda de conversa:

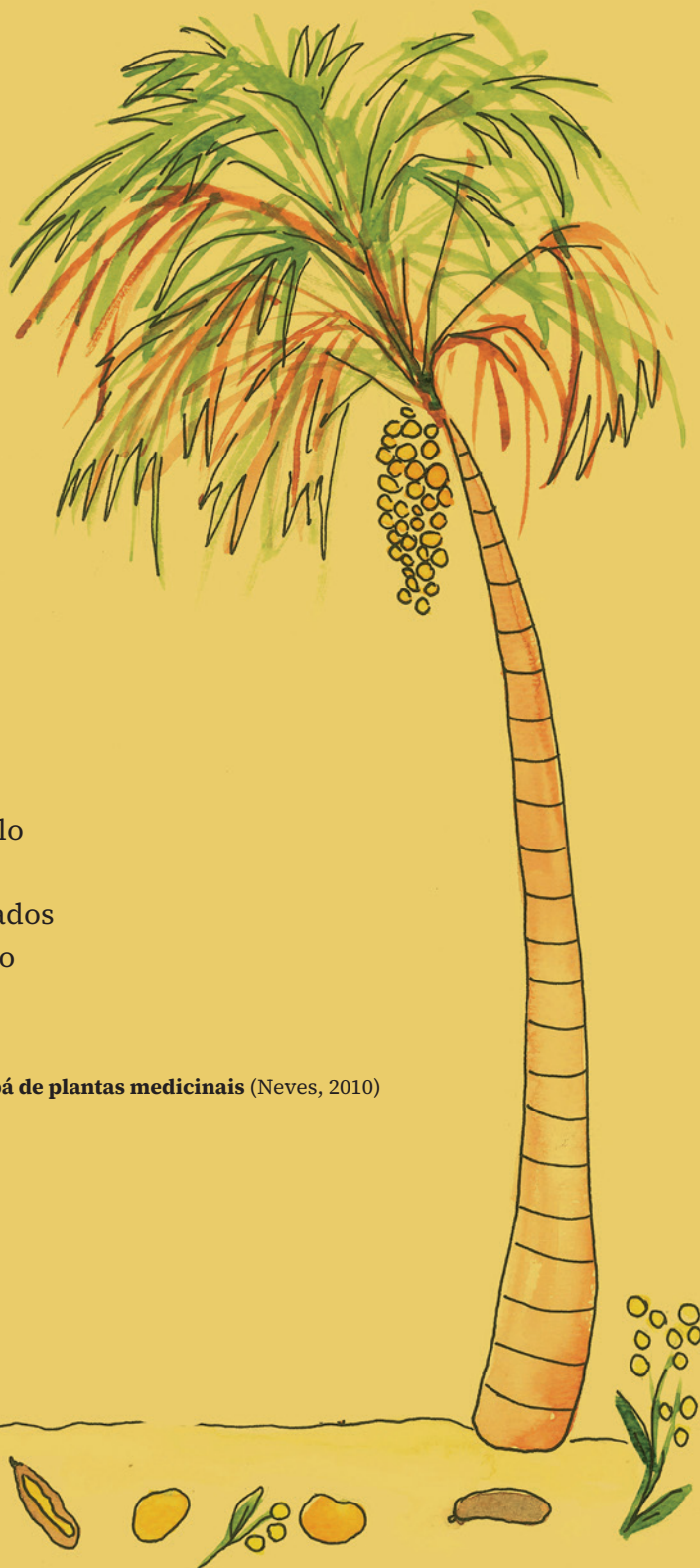
AS PLANTAS MEDICINAIS

As plantas medicinais
Combatem doenças e dores
Só temos de conhecer
Seus verdadeiros valores
Quem entende desta arte
Descreve parte por parte
Para explicar aos leitores

Tudo o que Deus criou
Já nasce com seu valor
Não sou contra farmácia
Nem hospital nem doutor
Mas se existissem as reservas
Das matas com suas ervas
Não havia tanta dor
Vamos procurar conhecer

As plantas medicinais
Seguindo um pouco do exemplo
Que deram os nossos pais
Pra ver se sobram alguns trocados
Pois só com remédio comprado
A gente não aguenta mais!

Rosenir Gonçalves Neves – Livro Xacriabá de plantas medicinais (Neves, 2010)





Montagem da horta medicinal (1 hora): em grupo, os estudantes vão para o espaço onde a horta será construída. Cada estudante pode plantar uma muda ou semente, com a orientação da professora. Durante o plantio, a professora explica as necessidades de cada planta (luz, água, solo adequado) e como cuidar delas, ensinando também técnicas básicas de cultivo. As plantas são identificadas com nomes escritos nas placas, para que os estudantes saibam reconhecer cada uma.

Registro e pesquisa (30 minutos): após o plantio, os estudantes se dividem em grupos para pesquisar sobre as plantas escolhidas. A pesquisa pode incluir informações como nome popular, nome científico, uso medicinal, formas de preparo e cuidados. Cada grupo registra suas descobertas em um caderno de campo, incluindo desenhos das plantas. Esse material servirá para que os estudantes elaborem um cartaz sobre cada planta.

Compartilhamento de saberes (30 minutos): após a pesquisa, cada grupo apresenta suas descobertas sobre a planta que investigou, explicando aos colegas para que serve, como se usa e os cuidados no consumo. Os cartazes são fixados próximos à horta, criando uma pequena exposição dos saberes medicinais na escola.

Cuidados e observação da horta (ao longo do semestre): os estudantes ficam responsáveis pela manutenção da horta, regando e cuidando das plantas. Esse processo estimula o senso de responsabilidade e o cuidado com o meio ambiente. Periodicamente, a professora pode organizar visitas à horta para observar o crescimento das plantas e discutir seu uso.

Avaliação e reflexão: ao final do semestre, os estudantes discutem o que aprenderam sobre as plantas medicinais e como esse conhecimento é aplicado em casa ou na comunidade. A professora pode pedir que escrevam uma pequena reflexão sobre o valor dos saberes tradicionais na saúde e no bem-estar.

Resultados esperados

- Ao final da atividade, os estudantes terão desenvolvido:
- Conhecimento sobre algumas plantas medicinais e seus usos;
- Valorização dos saberes tradicionais e do conhecimento local;
- Habilidades básicas de cultivo e cuidado com plantas; e,
- Autonomia e responsabilidade com o espaço comum da horta.

REFLEXÕES SOBRE OS SABERES E FAZERES DE CURAS MEDICINAIS

As práticas de uso de plantas medicinais como erva-de-santa-maria (*Chenopodium ambrosioides*), arnica (*Arnica montana*) e a aplicação de argila exemplificam a rica herança cultural e o conhecimento profundo acumulado pelas comunidades rurais e tradicionais, ao longo do tempo. Essas tradições, frequentemente transmitidas oralmente, refletem uma observação atenta da natureza e uma compreensão intuitiva das propriedades curativas das plantas e dos recursos naturais disponíveis.

Essas práticas não apenas atendem a necessidades específicas de saúde, mas também desempenham um papel crucial na coesão social e no fortalecimento da identidade comunitária. Rituais de cura como pajelança integram aspectos espirituais e físicos, ressaltando a importância de um equilíbrio entre bem-estar individual e saúde coletiva. De acordo com Molina e Jesús (2004), essa interconexão entre saúde física e espiritualidade é fundamental para reforçar os laços sociais e preservar as tradições culturais.

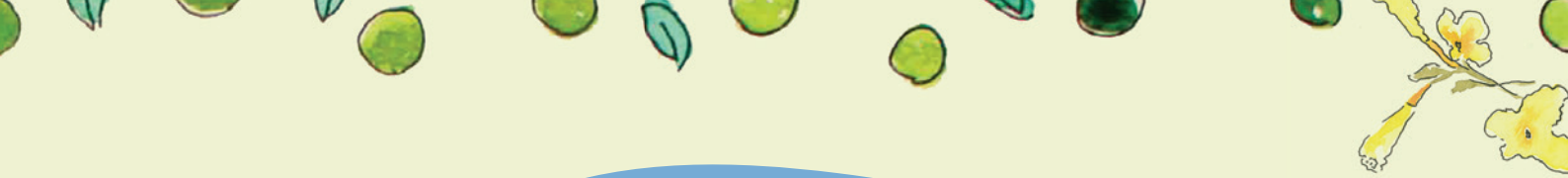
Além disso, a sustentabilidade dessas práticas é um aspecto significativo. O uso de plantas nativas e a valorização dos recursos naturais promovem a conservação da biodiversidade e incentivam estilos de vida que respeitam os ciclos naturais. Comunidades que mantêm essas tradições atuam como guardiãs de conhecimentos que, em um mundo cada vez mais industrializado, oferecem alternativas viáveis e sustentáveis aos medicamentos convencionais. Por exemplo, a combinação de carqueja (*Baccharis trimera*) e jambolão (*Syzygium cumini*) em garrafadas ilustra o conhecimento local sobre as propriedades curativas, evidenciando uma resposta adaptativa às necessidades de saúde da comunidade e a relevância dos saberes populares na promoção do bem-estar (Freire, 1996).

A diversidade de práticas, como a produção de garrafadas e a realização de banhos de ervas, não apenas aborda questões de saúde, mas representa uma forma de resistência cultural. Essas comunidades reafirmam sua autonomia em relação a sistemas de saúde hegemônicos, buscando alternativas que valorizam suas tradições e conhecimentos. O uso da erva-de-santa-maria, por exemplo, se insere em um contexto mais amplo de cuidados que sustentam a saúde integral e a harmonia com o meio ambiente (Arroyo, 2012).

Assim, é crucial considerar a importância do diálogo intercultural e da promoção de políticas públicas que reconheçam e integrem esses saberes às práticas de saúde. A valorização das curas tradicionais não apenas contribui para um modelo de saúde mais inclusivo e respeitoso das diversas culturas, mas também representa um passo importante na construção de sociedades

mais justas e equilibradas. Integrar saberes tradicionais e científicos na formulação de políticas públicas de saúde pode enriquecer os cuidados oferecidos à população, de modo que venha a promover um entendimento mais holístico da saúde e do bem-estar.





PARA SABER MAIS, ACESSE

1 Vídeo: Benzedores e conhecedores de ervas medicinais – Rui de Paula

O vídeo traz relatos pessoais sobre remédios caseiros e saberes tradicionais adquiridos ao longo da vida, no convívio com a natureza e com os mais velhos. Mostra a vivência no campo, o uso de ervas medicinais, práticas de benzi-mento e a transmissão oral desses conhecimentos.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t3dOFnbB_Q8. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

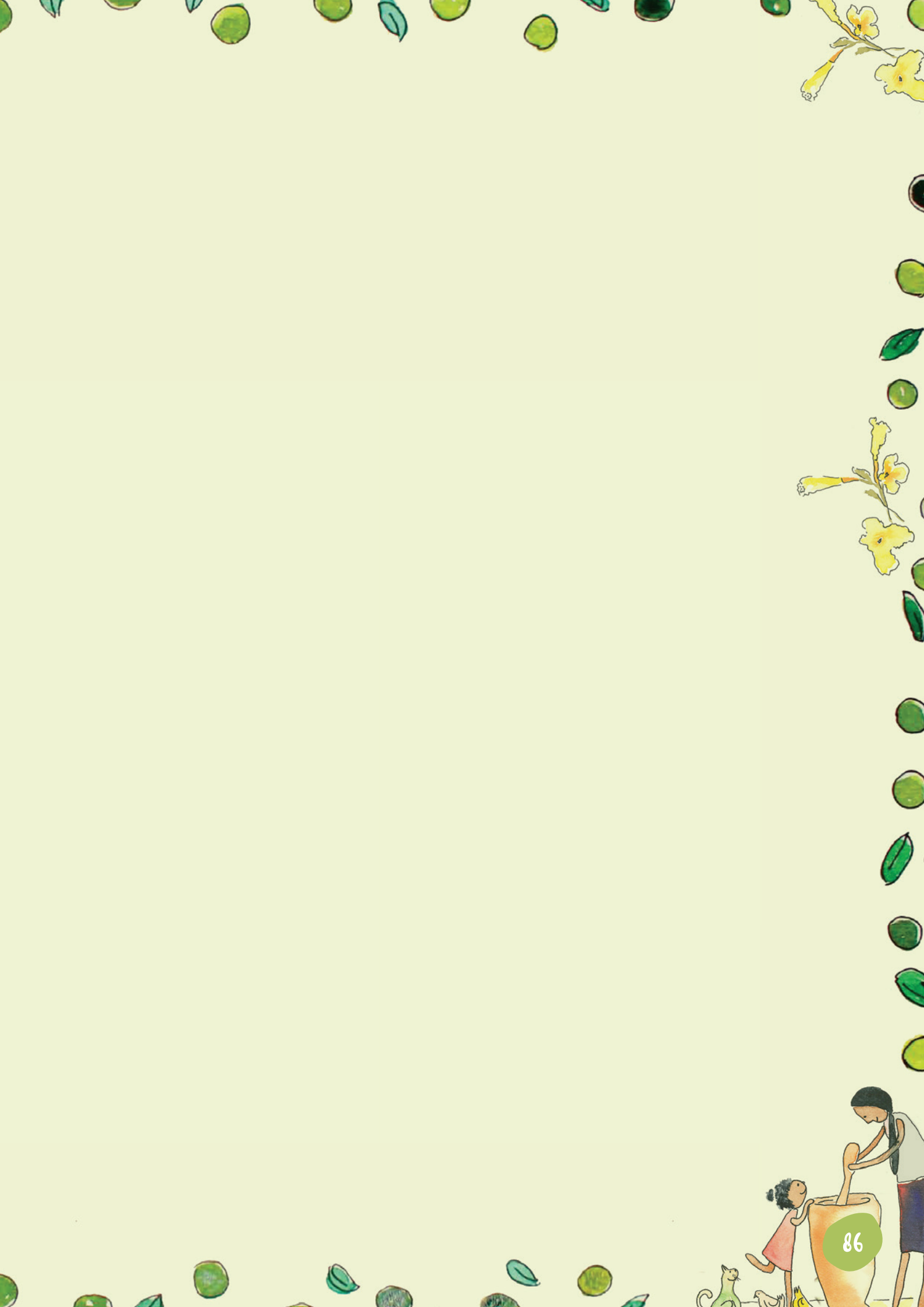
2 Vídeo: Remédio do mato

O vídeo destaca uma mostra de conhecimentos indígenas em saúde, organi-zado por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em parceria com o Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Governo do Estado de São Paulo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QT0YuIH4K7g>. Acesso em: 20 ago. 2025.

.....

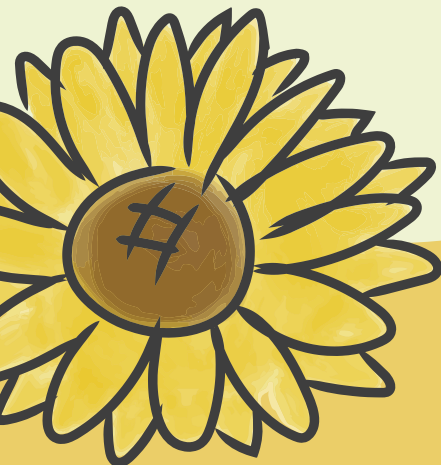
DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
CONHECIMENTOS MEDICINAIS:
SABERES E FAZERES DE CURA NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO





O Fechamento das Escolas do Campo – Desafios e Lutas

Maria Aparecida Afonso Oliveira



Fechar Escola é Crime
Canção/Poema

Quando se fecha uma escola
O conhecimento chora
Ignorância fica em primeiro lugar
Vai se alastrando como praga em plantação
Vai separando a arte da educação.

Fechar escola é crime
Vamos gritar
É do Estado essa responsabilidade
É uma conquista, é um direito adquirido
A sociedade tá alerta
E vai cobrar.



Lá vai Joãozinho
Lá vai Maria
Felicidade é ter escola todo dia
Tem brincadeira, tem alegria
Aprendizado vira flor de poesia.

(Zé Pinto, 2012)⁴.

.....
⁴ Disponível em: <https://comitedeedu.blogspot.com/2012/03/fechar-escola-e-crime-cancao-quando-se.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.



A canção/poema em epígrafe, revela os sentimentos que indignam e instigam educadores e educadoras que lutam para combater o fechamento de Escolas do Campo no Brasil.

Conforme pautado por Oliveira⁵ (2019), em 2011, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou uma Campanha Nacional contra o fechamento de escolas, sob o seguinte tema: *Fechar escola é crime*, o qual tinha como objetivo discutir e denunciar a situação do fechamento das escolas, em especial no campo, bem como defender a educação pública como um direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

A continuidade do fechamento de escolas no campo impulsionou o MST a realizar, em 2014, uma ocupação no Ministério da Educação (MEC), pelas crianças Sem Terrinha. Durante a realização do VI Congresso Nacional do MST, em Brasília, cerca de 750 Sem Terrinha e educadores Sem Terra e de áreas rurais ocuparam a sede desse Ministério na quarta-feira, dia 12 de fevereiro de 2014, para denunciarem o ataque à educação dos sujeitos camponeses (MST, 2014).

O esvaziamento do campo é uma das causas do fechamento das escolas, consequência do avanço do agronegócio, mineração, que expandem monoculturas, concentração e exploração de terra e água, fragilizando a agricultura familiar camponesa.

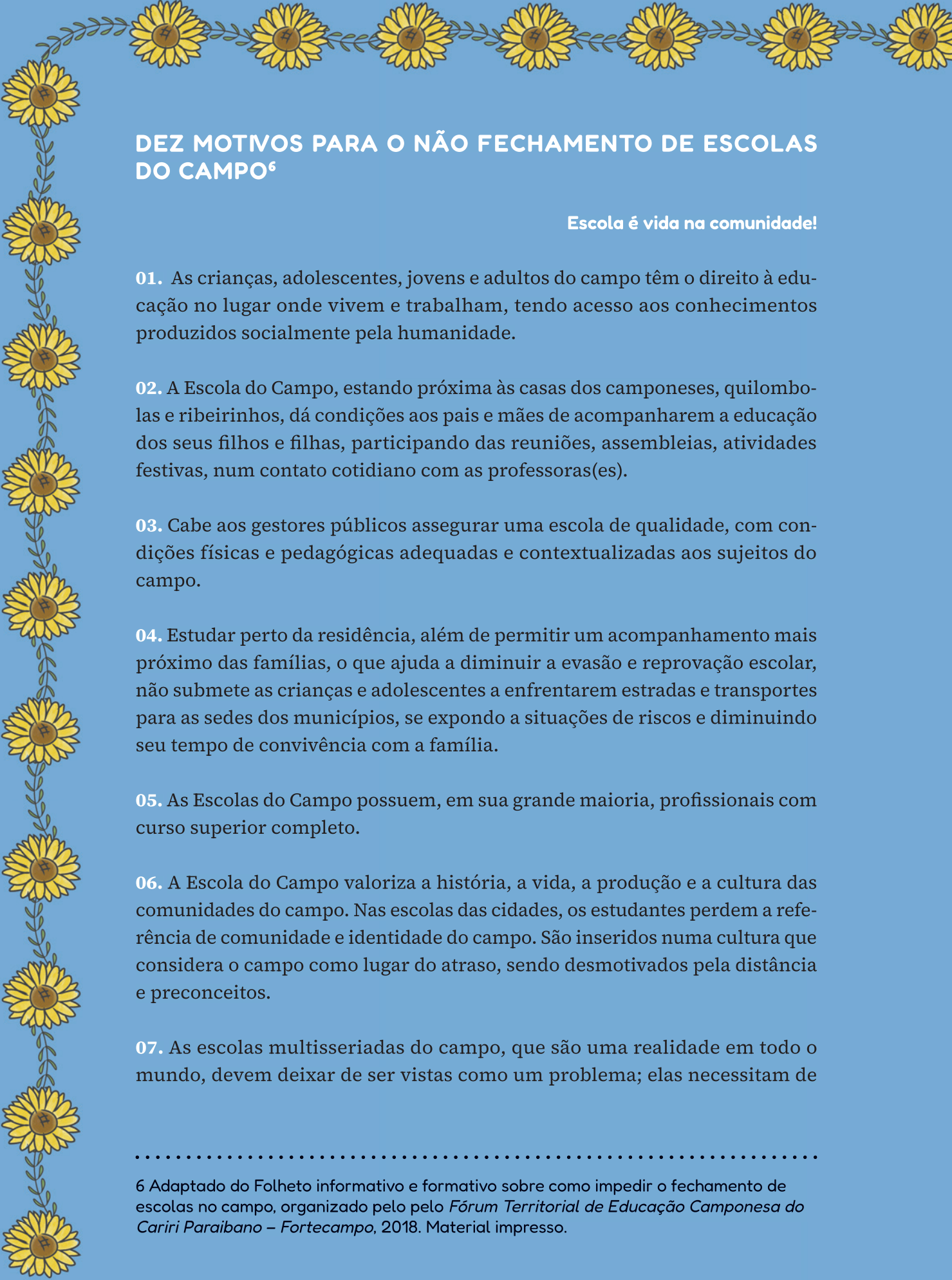
Nos últimos 22 anos foram fechadas 106.410 Escolas do Campo no Brasil, tendo sido fechadas, em Minas Gerais, 10.311 Escolas do Campo nesse mesmo período. Essa situação demonstra os desafios ainda vivenciados pelos povos do campo, a quem é negado o direito à educação no lugar onde vivem, sendo desconsideradas sua cultura e identidade.

As “justificativas” para o fechamento das Escolas do Campo, na perspectiva econômica (capitalista e neoliberal), compreendem a educação como gasto e não como investimento, utilizando tais discursos para conseguirem o aval da comunidade e respaldo político para executar o fechamento da escola.

Nesse sentido, a luta pela escola e pela Educação do Campo pública, gratuita e de qualidade deve ser um exercício constante, porque exige dedicação e apoio. As conquistas se materializam por meio de união e esforços coletivos.

.....

5 Texto da dissertação de Oliveira (2019), uma das organizadoras deste material.



DEZ MOTIVOS PARA O NÃO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO⁶

Escola é vida na comunidade!

- 01.** As crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo têm o direito à educação no lugar onde vivem e trabalham, tendo acesso aos conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade.
- 02.** A Escola do Campo, estando próxima às casas dos camponeses, quilombolas e ribeirinhos, dá condições aos pais e mães de acompanharem a educação dos seus filhos e filhas, participando das reuniões, assembleias, atividades festivas, num contato cotidiano com as professoras(es).
- 03.** Cabe aos gestores públicos assegurar uma escola de qualidade, com condições físicas e pedagógicas adequadas e contextualizadas aos sujeitos do campo.
- 04.** Estudar perto da residência, além de permitir um acompanhamento mais próximo das famílias, o que ajuda a diminuir a evasão e reprovação escolar, não submete as crianças e adolescentes a enfrentarem estradas e transportes para as sedes dos municípios, se expondo a situações de riscos e diminuindo seu tempo de convivência com a família.
- 05.** As Escolas do Campo possuem, em sua grande maioria, profissionais com curso superior completo.
- 06.** A Escola do Campo valoriza a história, a vida, a produção e a cultura das comunidades do campo. Nas escolas das cidades, os estudantes perdem a referência de comunidade e identidade do campo. São inseridos numa cultura que considera o campo como lugar do atraso, sendo desmotivados pela distância e preconceitos.
- 07.** As escolas multisseriadas do campo, que são uma realidade em todo o mundo, devem deixar de ser vistas como um problema; elas necessitam de

.....

⁶ Adaptado do Folheto informativo e formativo sobre como impedir o fechamento de escolas no campo, organizado pelo Fórum Territorial de Educação Camponesa do Cariri Paraibano – Fortecampo, 2018. Material impresso.

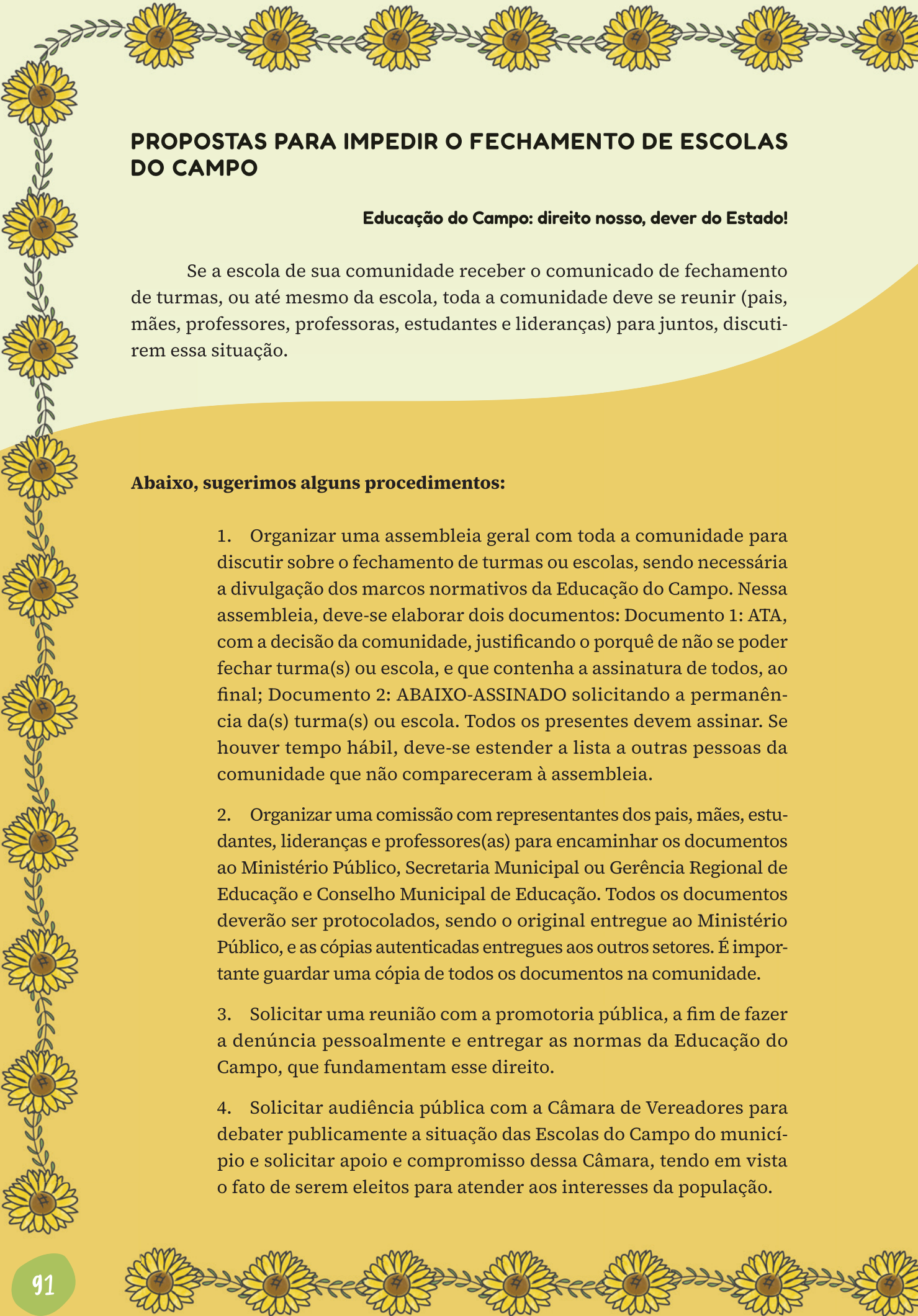
infraestrutura, materiais didáticos apropriados, formação específica dos professores(as), currículo contextualizado e supervisão pedagógica permanente.

08. A Escola do Campo faz parte da comunidade campesina, é o espaço de encontro, formação de gerações. Na maioria das comunidades torna-se o único espaço estatal.

09. A resolução complementar de 2008 reza, no Art. 3º, que: a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

10. Existem, em Minas Gerais, universidades/institutos públicos (UFMG, UFVJM, UFV, UFTM, IFSULDEMINAS) que realizam formação inicial e continuada para professores(as) do campo, o que desmitifica a ideia de que não existem profissionais competentes e com disposição para atuar no campo.





PROPOSTAS PARA IMPEDIR O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!

Se a escola de sua comunidade receber o comunicado de fechamento de turmas, ou até mesmo da escola, toda a comunidade deve se reunir (pais, mães, professores, professoras, estudantes e lideranças) para juntos, discutirem essa situação.

Abaixo, sugerimos alguns procedimentos:

1. Organizar uma assembleia geral com toda a comunidade para discutir sobre o fechamento de turmas ou escolas, sendo necessária a divulgação dos marcos normativos da Educação do Campo. Nessa assembleia, deve-se elaborar dois documentos: Documento 1: ATA, com a decisão da comunidade, justificando o porquê de não se poder fechar turma(s) ou escola, e que contenha a assinatura de todos, ao final; Documento 2: ABAIXO-ASSINADO solicitando a permanência da(s) turma(s) ou escola. Todos os presentes devem assinar. Se houver tempo hábil, deve-se estender a lista a outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.
2. Organizar uma comissão com representantes dos pais, mães, estudantes, lideranças e professores(as) para encaminhar os documentos ao Ministério Público, Secretaria Municipal ou Gerência Regional de Educação e Conselho Municipal de Educação. Todos os documentos deverão ser protocolados, sendo o original entregue ao Ministério Público, e as cópias autenticadas entregues aos outros setores. É importante guardar uma cópia de todos os documentos na comunidade.
3. Solicitar uma reunião com a promotoria pública, a fim de fazer a denúncia pessoalmente e entregar as normas da Educação do Campo, que fundamentam esse direito.
4. Solicitar audiência pública com a Câmara de Vereadores para debater publicamente a situação das Escolas do Campo do município e solicitar apoio e compromisso dessa Câmara, tendo em vista o fato de serem eleitos para atender aos interesses da população.

5. Solicitar reunião com o Conselho Municipal de Educação para debater e apresentar a situação das Escolas do Campo do município, buscando o apoio desse Conselho.

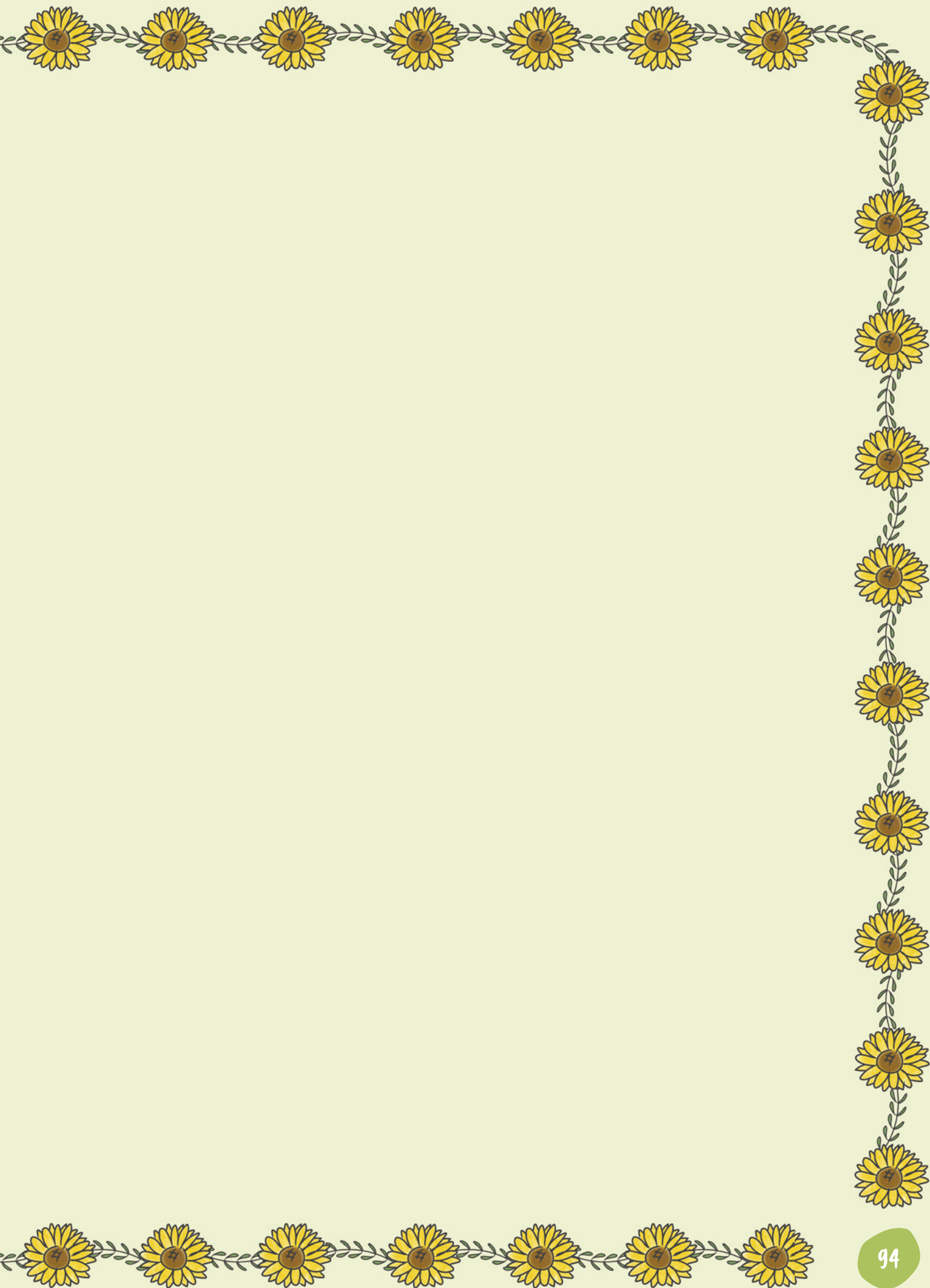
6. Fazer divulgação nos meios de comunicação local (jornais, rádios) e em outros ambientes, para que se possa ter o apoio amplo da sociedade: sindicatos, igrejas, feiras, comércio, entre outros.

7. Defender a **Lei nº 12.960/2014** (Anexo B):

Art. 28 da LDB, Parágrafo único: O fechamento de Escolas do Campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014).



DIALOGANDO COM O TEMA GERADOR:
O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO
CAMPO – DESAFIOS E LUTAS



Referências

ALVES, R. R. *Saber e fazer: os saberes populares de cura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ANAYA, F. C.; ESPÍRITO-SANTO, M. M. do. *De gentes, plantas e bichos: diversidade e conservação nas matas secas do Norte de Minas*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2014.

ARROYO, M. G. *Educação do Campo: diálogos e práticas*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Decreto nº. 7.352/2010. Diário Oficial da União de 04/11/2010. *Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*, Brasília DF: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Lei nº. 12.960, de 27/04/14. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de Escolas do Campo, indígenas e quilombolas*, Brasília, DF: Ministério da Educação 2014.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Brasília, DF: Ministério da Educação 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº. 1, de 16 de agosto de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de agosto de 2023, Seção 1, pp. 41-42. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/rcp001_23.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

CALDART, R. *Educação do Campo: possibilidades e desafios*. Brasília: MEC/SEB, 2004.

CALDART, R. S. *Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CUNHA, J. P. *Banhos de ervas: a cura e o bem-estar na tradição popular*. Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2010.

CURADO, A. *Agronegócio, o que é?* História, características, críticas, atividade no Brasil. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/agronegocio/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

DIAS, A. P. *et. al. Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 48. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GEHREN, S. *Povos tradicionais do Norte de Minas*. Dez. 2023. Disponível em: <https://revistausina.com/2023/12/30/povos-tradicionais-do-norte-de-minas-parte-2/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. de. Agronegócio. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LIMA, A. *Saberes populares e práticas educativas no campo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, R. A importância da agroecologia: uma alternativa à agricultura convencional. *EcoDebate*, 11 maio 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/05/11/a-importancia-da-agroecologia-uma-alternativa-a-agricultura-convencional/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. *Estudo do Meio: teoria e prática*. Revista do Departamento de Geografia. Londrina: UEL, vol. 18, nº 2, pp. 173- 191, 2009.

MACÊDO, M. M. *et. al.* (Org.) *Opará e Jequi: os vales e seus saberes*. Montes Claros: Editora Projeto Cultural, 2017.

MAGALHÃES, M. F. *Mãe terra: inspiração – reflexão*. Disponível em: <https://florescendodoconsciencia.com.br/2019/08/24/mae-terra/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº. 2.820, de 11 de dezembro de 2015. *Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MG, 2015. Disponível em: <https://srenovaera.educacao.mg.gov.br/47-divep/287-escola-do-campo#:~:text=Em%2011%20de%20dezembro%20de,os%20sujeitos%20que%20a%20caracterizam>. Acesso em: 12 maio 2025.

MOLINA, M.; JESÚS, J. *Pedagogia da Alternância: uma prática educativa em transformação*. São Paulo: Editora Paulinas, 2004.

MOLINA, M. C.; MOURÃO, L. S. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

NEVES, R. G. As plantas medicinais. In: *Livro Xacriabá de plantas medicinais*, set. de 2010. Disponível em: <https://boticasefarmacias.blogspot.com/2010/09/poesia-sobre-as-plantas-medicinais.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

OLIVEIRA, M. A. A. *Sentidos políticos sobre a água: discursos e práticas pedagógicas em uma Escola do Campo no assentamento Craúno Jequitinhonha-MG*. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 179p., 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SANTOS, B. de S.; CARVALHO, J. S. F. de. A pedagogia do território e os saberes do campo. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). *Por uma Educação do Campo: trilhas para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2006.

SANTOS, G. Canção Construtores do Futuro. In: *Cantares da Educação do Campo*. Disponível em: <https://piaucult.com.br/?p=album&id=335&procodigo=16>. 2022. Acesso em: 22 jul. 2025.

SANTOS, J. *O saber popular: práticas de cura e plantas medicinais*. São Paulo: Editora Senac, 2006.

SANTOS, L. da S.; SOUZA, L. F. de; COSTA, G. da S. *Agroecologia como perspectiva contra hegemônica: um estudo de caso no Assentamento João Batista II em Castanhal - PA*. In: Reunião Brasileira de Antropologia (32ª), Rio de Janeiro, 30 out. - 06 nov. 2020. Disponível em: <https://evento.abant.org.br/doc/trabalho.php?id=00004525>. Acesso em 12 nov. 2024.

SILVA, A. *Argila e saúde: uma prática popular de cura*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS. *Water Action Decade*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-action-decade/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

TV BRASIL. *Ciência é tudo. Agroecologia é destaque no Ciência é Tudo*. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FajlJZnnBJI&t=41s>. Acesso em: 12 nov. 2024.

UNIMONTES/LABÉDOCAMPO. *Projeto de Formação Continuada em Educação do Campo para Professores e Profissionais que atuam nas Escolas do Campo*. Buritizeiro, MG. 2022.

REALIZAÇÃO/PARCERIAS



Anexos

ANEXO A: DECRETO 7.352/2010

DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, DECRETA:

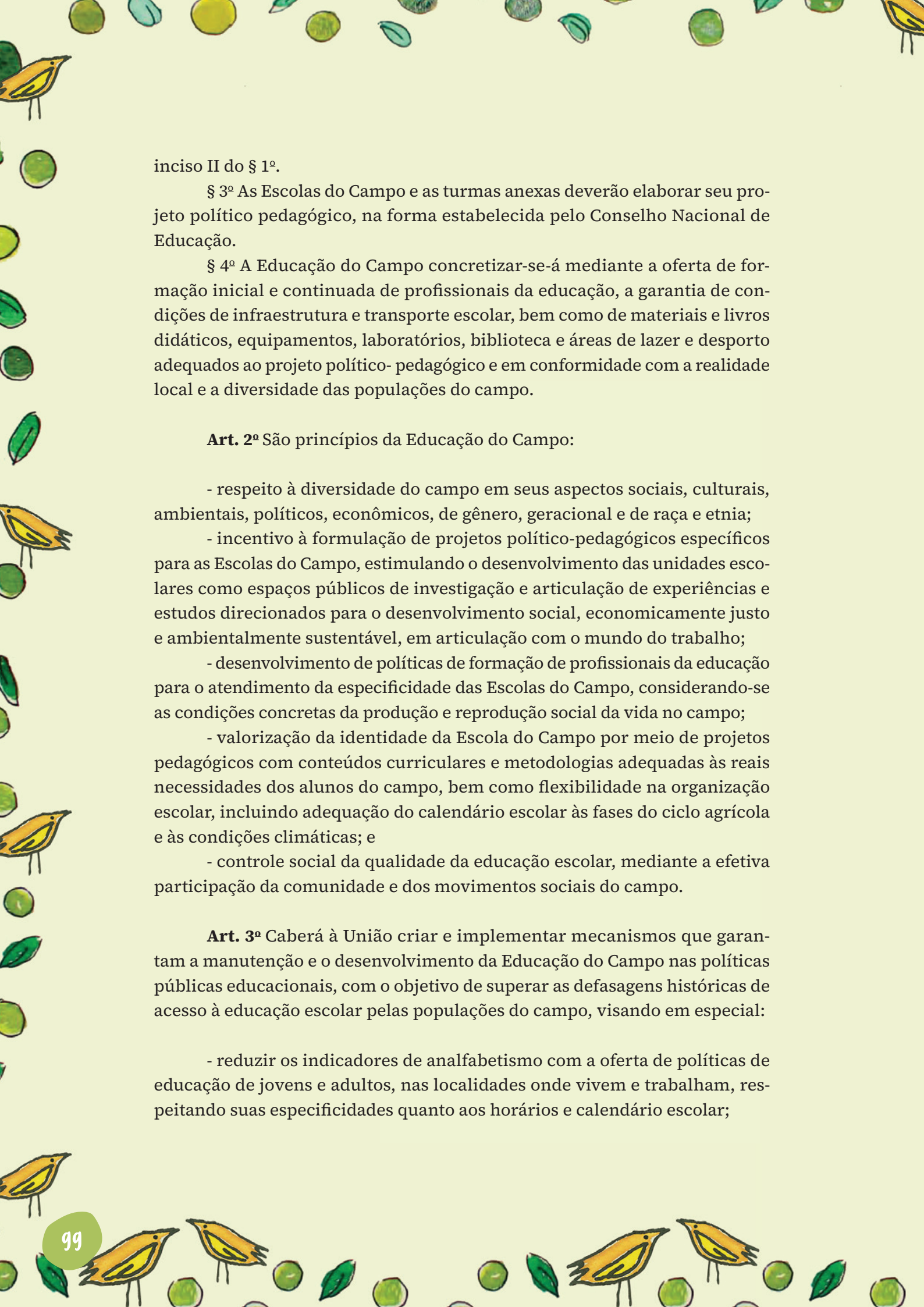
Art. 1º A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

- populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

- Escola do Campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no



inciso II do § 1º.

§ 3º As Escolas do Campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A Educação do Campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte adequados ao projeto político- pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Art. 2º São princípios da Educação do Campo:

- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as Escolas do Campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das Escolas do Campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- valorização da identidade da Escola do Campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Art. 3º Caberá à União criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial:

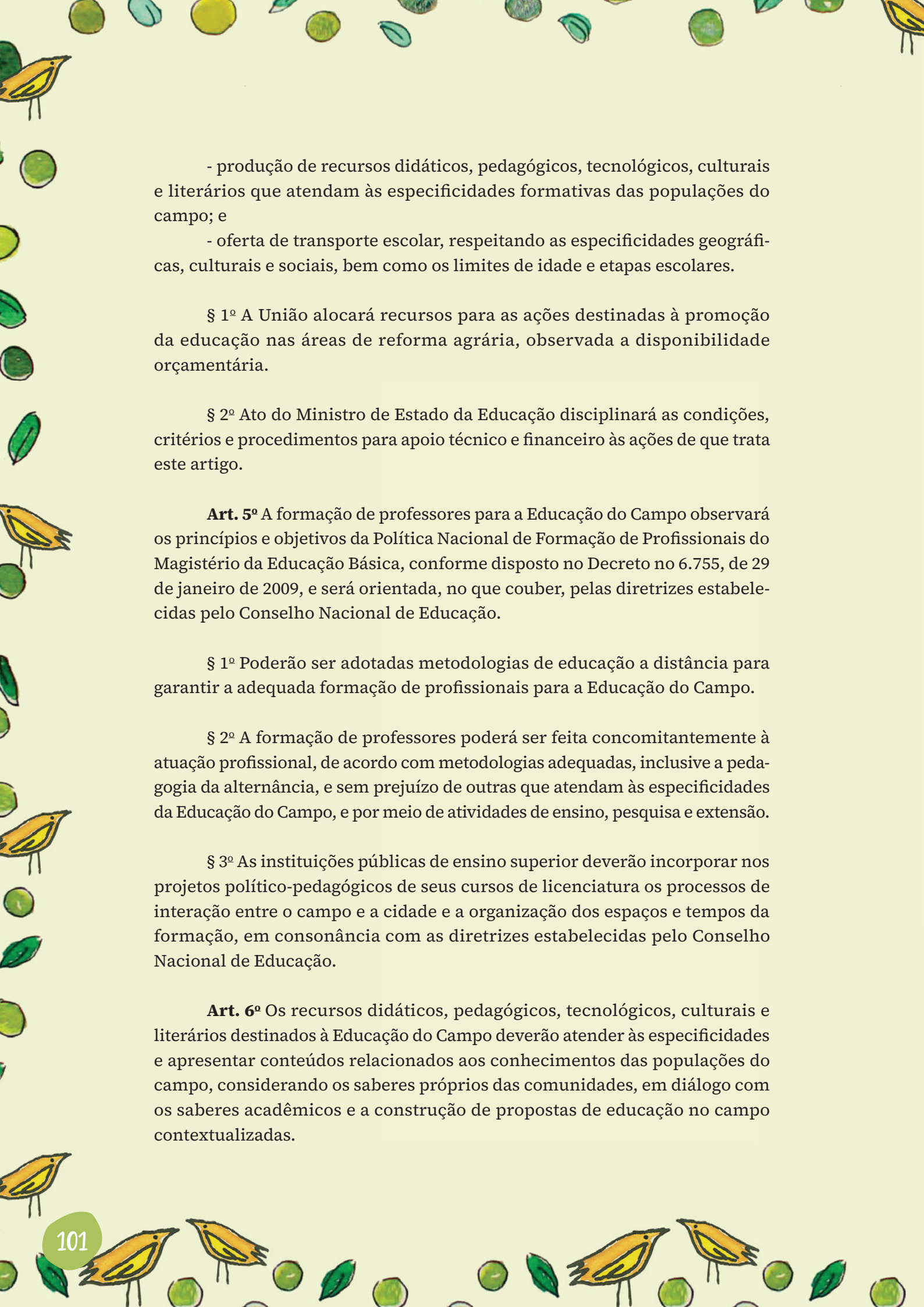
- reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar;

- fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;
- garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das Escolas do Campo; e
- contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às Escolas do Campo.

Parágrafo único. Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a Educação do Campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 4º A União, por meio do Ministério da Educação, prestará apoio técnico e financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na implantação das seguintes ações voltadas à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino, sem prejuízo de outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

- oferta da educação infantil como primeira etapa da educação básica em creches e pré-Escolas do Campo, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade;
- oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;
- acesso à educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao ensino médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada;
- acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo;
- construção, reforma, adequação e ampliação de Escolas do Campo, de acordo com critérios de sustentabilidade e acessibilidade, respeitando as diversidades regionais, as características das distintas faixas etárias e as necessidades do processo educativo;
- formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da Escola do Campo;
- formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da Escola do Campo;



- produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo; e

- oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares.

§ 1º A União alocará recursos para as ações destinadas à promoção da educação nas áreas de reforma agrária, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará as condições, critérios e procedimentos para apoio técnico e financeiro às ações de que trata este artigo.

Art. 5º A formação de professores para a Educação do Campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Poderão ser adotadas metodologias de educação a distância para garantir a adequada formação de profissionais para a Educação do Campo.

§ 2º A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à Educação do Campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas.



Art. 7º No desenvolvimento e manutenção da política de Educação do Campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:

- organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;

- oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e

- organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.

Art. 8º Em cumprimento ao art. 12 da Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, os entes federados garantirão alimentação escolar dos alunos de acordo com os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional predominante em que a escola está inserida.

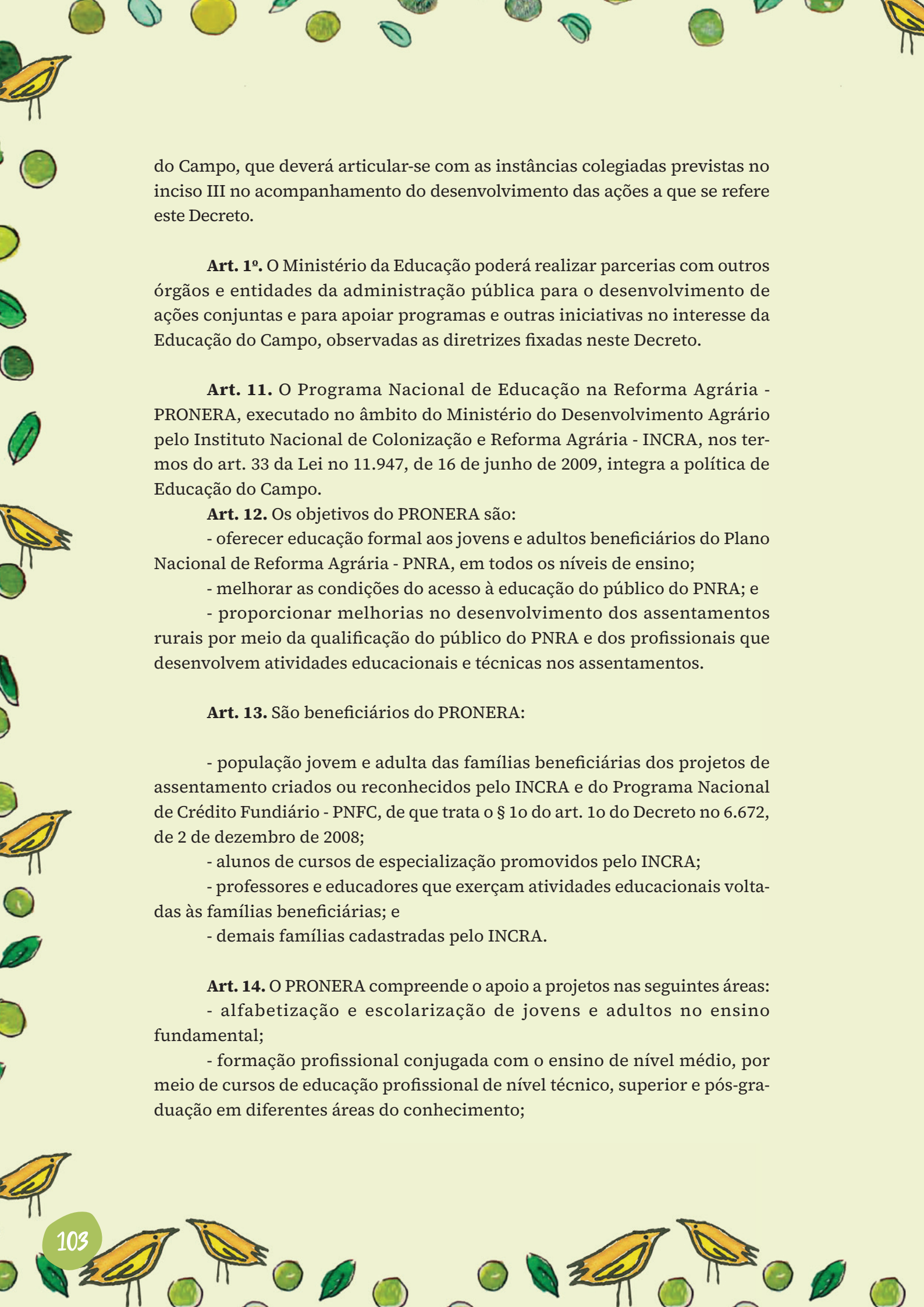
Art. 9º O Ministério da Educação disciplinará os requisitos e os procedimentos para apresentação, por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal, de demandas de apoio técnico e financeiro suplementares para atendimento educacional das populações do campo, atendidas no mínimo as seguintes condições:

- o ente federado, no âmbito de suas responsabilidades, deverá prever no respectivo plano de educação, diretrizes e metas para o desenvolvimento e a manutenção da Educação do Campo;

- os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas Secretarias de Educação, deverão contar com equipes técnico-pedagógicas específicas, com vistas à efetivação de políticas públicas de Educação do Campo; e

- os Estados e o Distrito Federal deverão constituir instâncias colegiadas, com participação de representantes municipais, das organizações sociais do campo, das universidades públicas e outras instituições afins, com vistas a colaborar com a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de Educação do Campo.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre a instalação, a composição e o funcionamento de comissão nacional de Educação



do Campo, que deverá articular-se com as instâncias colegiadas previstas no inciso III no acompanhamento do desenvolvimento das ações a que se refere este Decreto.

Art. 1º. O Ministério da Educação poderá realizar parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública para o desenvolvimento de ações conjuntas e para apoiar programas e outras iniciativas no interesse da Educação do Campo, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

Art. 11. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos do art. 33 da Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, integra a política de Educação do Campo.

Art. 12. Os objetivos do PRONERA são:

- oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;
- melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e
- proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Art. 13. São beneficiários do PRONERA:

- população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, de que trata o § 1º do art. 1º do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
- alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA;
- professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e
- demais famílias cadastradas pelo INCRA.

Art. 14. O PRONERA compreende o apoio a projetos nas seguintes áreas:

- alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental;
- formação profissional conjugada com o ensino de nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;

- capacitação e escolaridade de educadores;
- formação continuada e escolarização de professores de nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação;
- produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos necessários à execução do PRONERA; e

- realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do PRONERA.

Parágrafo único. O INCRA celebrará contratos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos e demais órgãos e entidades públicas para execução de projetos no âmbito do PRONERA.

Art. 15. Os projetos desenvolvidos no âmbito do PRONERA poderão prever a aplicação de recursos para o custeio das atividades necessárias à sua execução, conforme norma a ser expedida pelo INCRA, nos termos da legislação vigente.

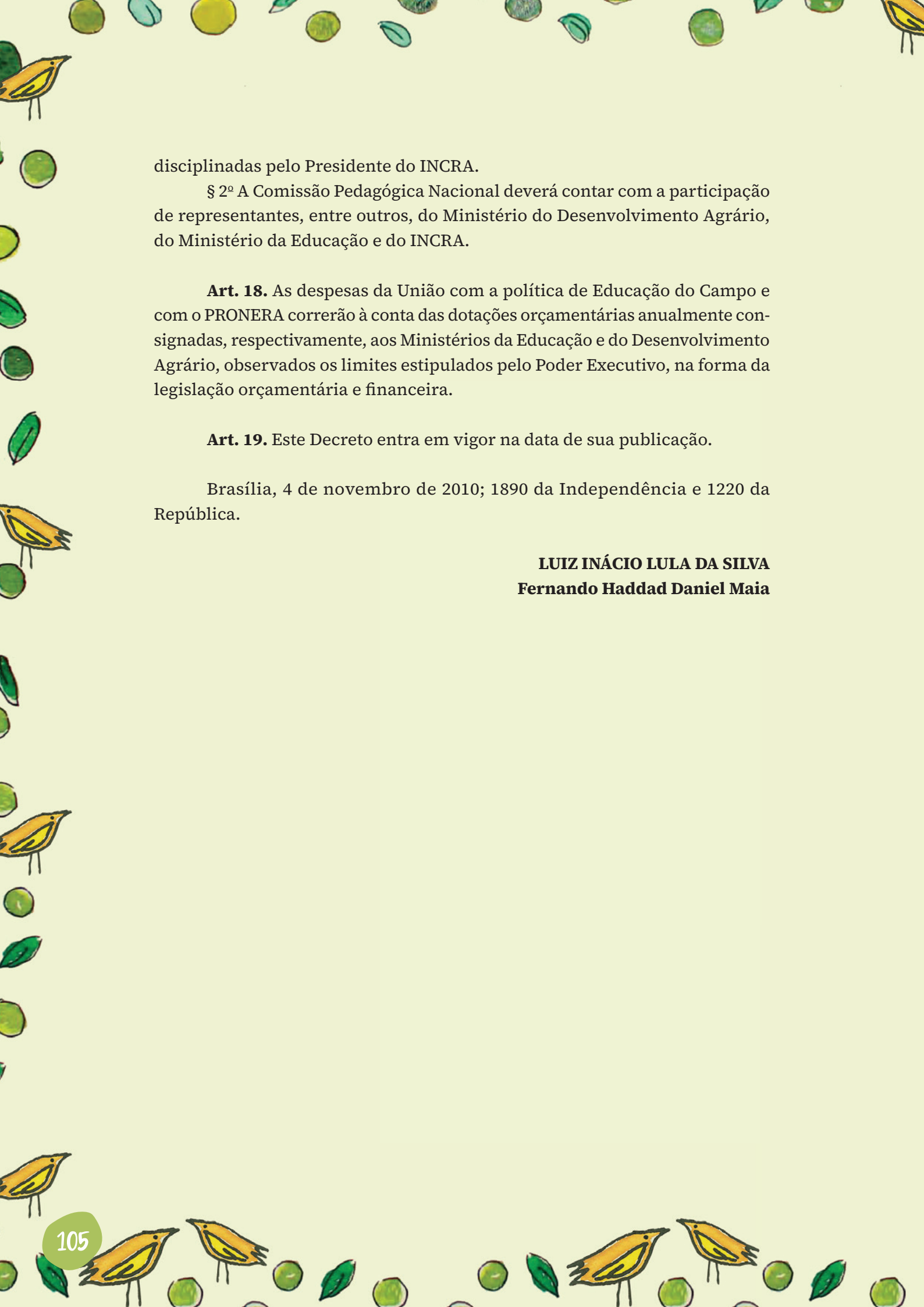
Art. 16. A gestão nacional do PRONERA cabe ao INCRA, que tem as seguintes atribuições:

- coordenar e supervisionar os projetos executados no âmbito do Programa;
- definir procedimentos e produzir manuais técnicos para as atividades relacionadas ao Programa, aprovando-os em atos próprios no âmbito de sua competência ou propondo atos normativos da competência do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e
- coordenar a Comissão Pedagógica Nacional de que trata o art. 17.

Art. 17. O PRONERA contará com uma Comissão Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal, com as seguintes finalidades:

- orientar e definir as ações político-pedagógicas;
- emitir parecer técnico e pedagógico sobre propostas de trabalho e projetos; e
- acompanhar e avaliar os cursos implementados no âmbito do Programa.

§ 1º A composição e atribuições da Comissão Pedagógica Nacional serão



disciplinadas pelo Presidente do INCRA.

§ 2º A Comissão Pedagógica Nacional deverá contar com a participação de representantes, entre outros, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Educação e do INCRA.

Art. 18. As despesas da União com a política de Educação do Campo e com o PRONERA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas, respectivamente, aos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário, observados os limites estipulados pelo Poder Executivo, na forma da legislação orçamentária e financeira.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de novembro de 2010; 1890 da Independência e 1220 da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad Daniel Maia

ANEXO B: LEI 12.960/2014

LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de Escolas do Campo, indígenas e quilombolas.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 28.

Parágrafo único. O fechamento de Escolas do Campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

José Henrique Paim Fernandes Sergio Braune Solon de Pontes Miguel

Rossetto

Luiza Helena de Bairros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.3.2014 e retificado em 31.3.2014.

ANEXO C: RESOLUÇÃO SEE/MG Nº 2.820/2015

RESOLUÇÃO SEE Nº 2.20, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 93, § 1º, inciso II da constituição do Estado de Minas Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais, que deverão ser observadas no desenvolvimento dos programas e projetos e na atuação das instituições educacionais que integram o sistema estadual de ensino de Minas Gerais.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I- populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros, pescadores artesanais, integrantes do movimento dos atingidos por barragens, apanhadores de sempre viva, faiscadores e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

II- Escola do Campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou aquela situada em área urbana, desde que atenda, predominantemente, às populações do campo.

§ 1º Serão consideradas do campo as turmas anexas e/ou localizadas nos segundos endereços vinculados às escolas com sede em área urbana (sede de município) que funcionem nas condições especificadas no inciso II, do art. 2º.

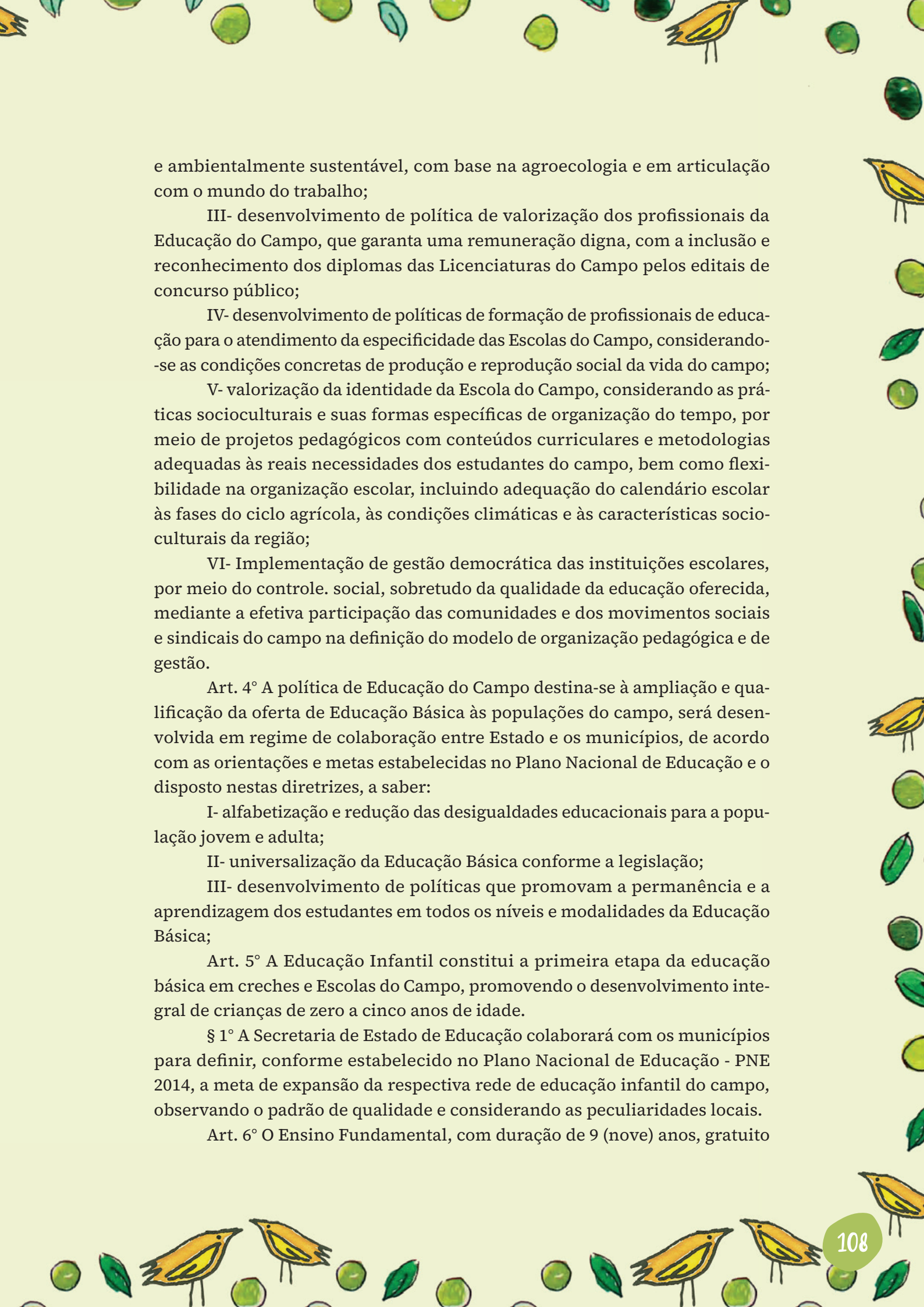
§ 2º As Escolas do Campo, as turmas anexas e/ou localizadas nos segundos endereços de escolas com sede em área urbana (sede do município), deverão elaborar seu projeto político pedagógico na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, especificada nas resoluções instituídas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Art. 3º São princípios da Educação do Campo:

I- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais,

políticos, econômicos, de gênero, geracional e de etnias;

II- incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as Escolas do Campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo



e ambientalmente sustentável, com base na agroecologia e em articulação com o mundo do trabalho;

III- desenvolvimento de política de valorização dos profissionais da Educação do Campo, que garanta uma remuneração digna, com a inclusão e reconhecimento dos diplomas das Licenciaturas do Campo pelos editais de concurso público;

IV- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação para o atendimento da especificidade das Escolas do Campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida do campo;

V- valorização da identidade da Escola do Campo, considerando as práticas socioculturais e suas formas específicas de organização do tempo, por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e às características socioculturais da região;

VI- Implementação de gestão democrática das instituições escolares, por meio do controle social, sobretudo da qualidade da educação oferecida, mediante a efetiva participação das comunidades e dos movimentos sociais e sindicais do campo na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão.

Art. 4º A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de Educação Básica às populações do campo, será desenvolvida em regime de colaboração entre Estado e os municípios, de acordo com as orientações e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto nestas diretrizes, a saber:

I- alfabetização e redução das desigualdades educacionais para a população jovem e adulta;

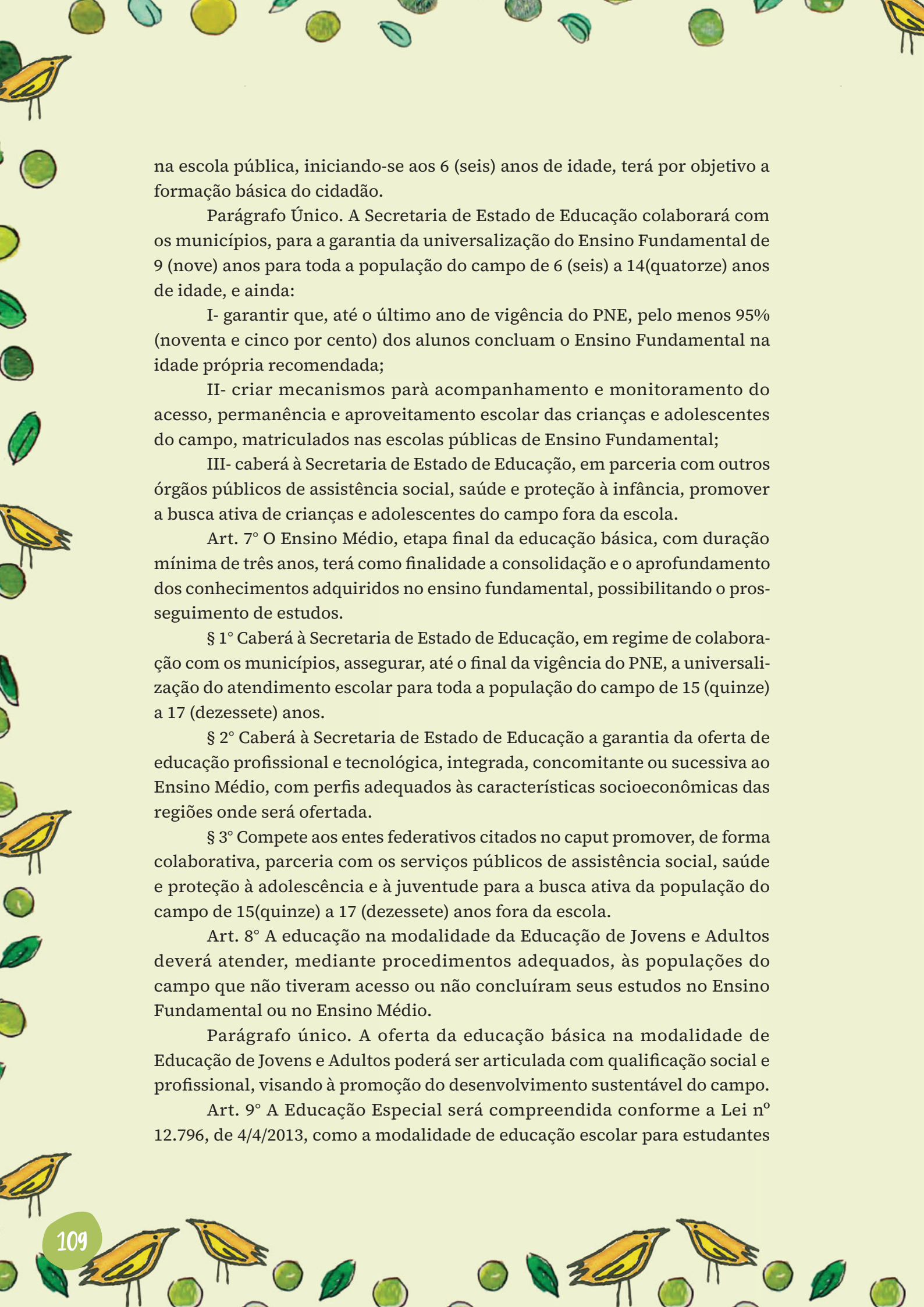
II- universalização da Educação Básica conforme a legislação;

III- desenvolvimento de políticas que promovam a permanência e a aprendizagem dos estudantes em todos os níveis e modalidades da Educação Básica;

Art. 5º A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica em creches e Escolas do Campo, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade.

§ 1º A Secretaria de Estado de Educação colaborará com os municípios para definir, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação - PNE 2014, a meta de expansão da respectiva rede de educação infantil do campo, observando o padrão de qualidade e considerando as peculiaridades locais.

Art. 6º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, gratuito



na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado de Educação colaborará com os municípios, para a garantia da universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população do campo de 6 (seis) a 14(quatorze) anos de idade, e ainda:

I- garantir que, até o último ano de vigência do PNE, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua o Ensino Fundamental na idade própria recomendada;

II- criar mecanismos para acompanhamento e monitoramento do acesso, permanência e aproveitamento escolar das crianças e adolescentes do campo, matriculados nas escolas públicas de Ensino Fundamental;

III- caberá à Secretaria de Estado de Educação, em parceria com outros órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, promover a busca ativa de crianças e adolescentes do campo fora da escola.

Art. 7º O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

§ 1º Caberá à Secretaria de Estado de Educação, em regime de colaboração com os municípios, assegurar, até o final da vigência do PNE, a universalização do atendimento escolar para toda a população do campo de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado de Educação a garantia da oferta de educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao Ensino Médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada.

§ 3º Compete aos entes federativos citados no caput promover, de forma colaborativa, parceria com os serviços públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude para a busca ativa da população do campo de 15(quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola.

Art. 8º A educação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos deverá atender, mediante procedimentos adequados, às populações do campo que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

Parágrafo único. A oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos poderá ser articulada com qualificação social e profissional, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do campo.

Art. 9º A Educação Especial será compreendida conforme a Lei nº 12.796, de 4/4/2013, como a modalidade de educação escolar para estudantes

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, residentes no campo, tenham acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado em escolas da rede de ensino regular.

Art. 10 Anualmente, no período do cadastro escolar, deverá ser feita a avaliação da demanda escolar da população do campo de cada município, relacionando-a com os dados da população do campo por faixa etária, com a finalidade de verificar as taxas de frequência líquida, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental e Médio.

Art. 11 Caberá à Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os entes federados - União e os municípios mineiros -, nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, sempre que o cumprimento do direito à educação assim o exigir, o desenvolvimento e manutenção da política de Educação do Campo, em seus respectivos sistemas de ensino:

I- organização e funcionamento de turmas formadas por estudantes de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II- oferta de educação básica, em suas diversas modalidades e considerando, quando necessário, os princípios da pedagogia da alternância nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;

III- organização do calendário escolar, de acordo com as fases do ciclo produtivo, das condições climáticas e das características socioculturais de cada região.

Art.12 A Educação Básica do Campo será preferencialmente ofertada nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento de estudantes para fora de sua comunidade de pertencimento.

§ 1º Para garantir o atendimento mais próximo às comunidades de pertencimento, as escolas poderão adotar estratégias de oferta multisseriada, classes unidocentes ou ciclos por idade de formação.

§ 2º Deve-se evitar que sejam agrupadas, em uma mesma turma, crianças da Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

§ 3º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser ofertados nas próprias comunidades das crianças, o processo de nucleação rural (intracampo) deverá garantir a participação das comunidades, especialmente as famílias das crianças, na definição do local, bem como na avaliação das possibilidades de percurso a pé pelos alunos, na menor distância a ser percorrida.

§ 4º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, o processo de nucleação intracampo poderá constituir-se, desde que salvguarde o diálogo, o respeito, os valores e a cultura das comunidades atendidas.

§ 5º A oferta da Educação de Jovens e Adultos também deve considerar que os deslocamentos sejam feitos nas menores distâncias possíveis, preservado o princípio intracampo.

§ 6º A Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os municípios buscará estabelecer o tempo máximo de deslocamento intracampo dos alunos do Ensino Fundamental e Médio a partir de sua realidade.

Art. 13 Caberá à Secretaria de Estado de Educação por meio do Programa Estadual de Transporte Escolar - PTE-MG, Lei nº 21777 de 29 de setembro de 2015, transferir recursos financeiros, de forma direta, aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino, residentes em zona rural.

§ 1º Deverá ser criado procedimento de controle e monitoramento do transporte escolar em cada município, em consonância com as Superintendências Regionais de Ensino SRE e comunidades, com vistas ao melhor atendimento aos estudantes e considerando o tempo de deslocamento, a melhoria das condições do transporte, das vias de acesso e das rotas utilizadas.

§ 2º O transporte escolar, quando necessário, deverá ser ofertado de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito.

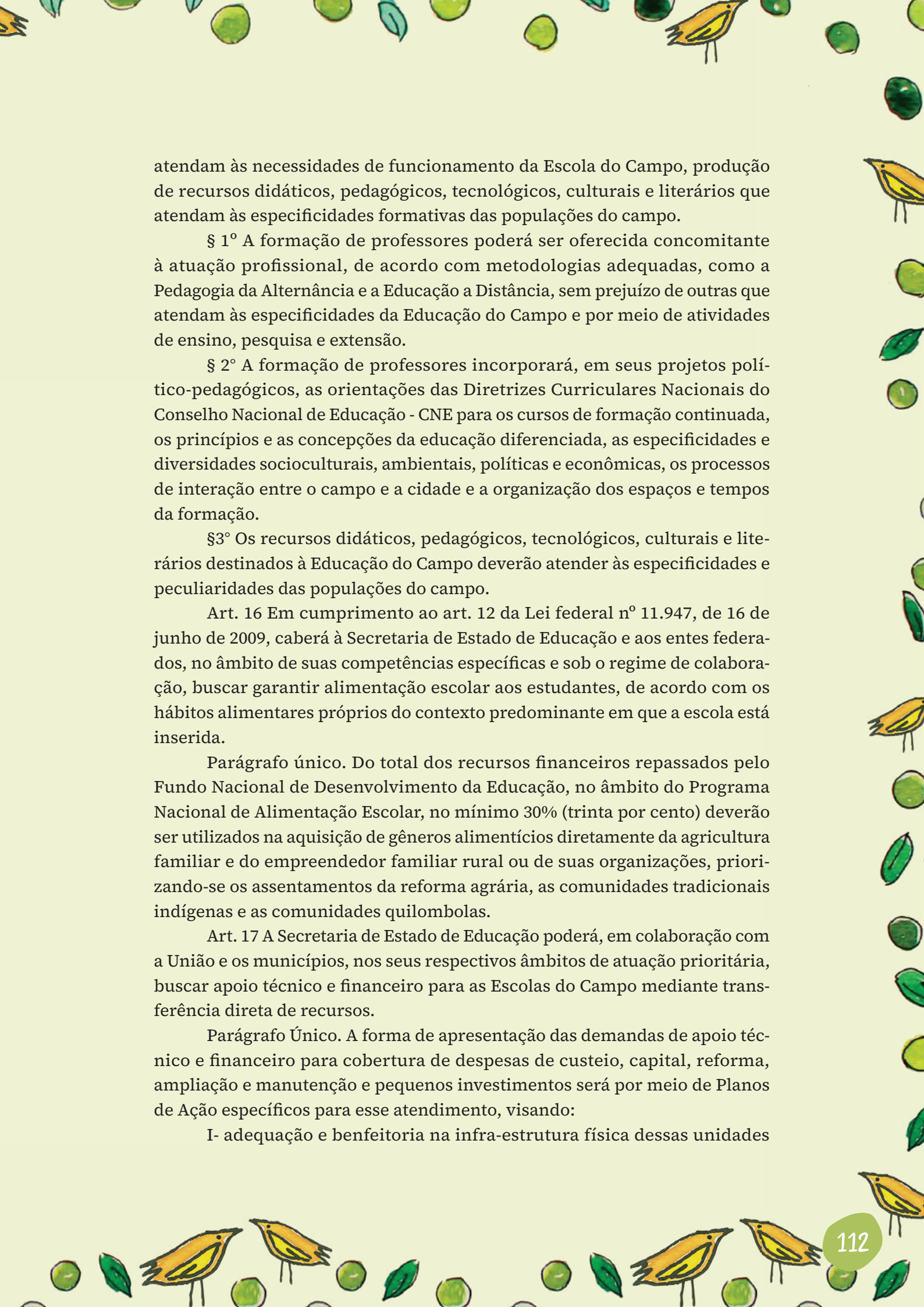
Art. 14 Para o atendimento dos objetivos previstos nas diretrizes propostas, a condição do trabalho docente bem como a formação de professores para a Educação do Campo observarão os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto Federal nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 15 A Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os municípios nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, e com a devida participação da União, buscará garantir:

I- remuneração digna, melhoria nos planos de carreira e concursos públicos para os professores e demais profissionais;

II- institucionalização de programas de formação inicial e continuada para os profissionais da Educação do Campo que atendam às necessidades de funcionamento da Escola do Campo e propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB; e

III- formação específica de gestores e profissionais da educação que



atendam às necessidades de funcionamento da Escola do Campo, produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo.

§ 1º A formação de professores poderá ser oferecida concomitante à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, como a Pedagogia da Alternância e a Educação a Distância, sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da Educação do Campo e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º A formação de professores incorporará, em seus projetos político-pedagógicos, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação - CNE para os cursos de formação continuada, os princípios e as concepções da educação diferenciada, as especificidades e diversidades socioculturais, ambientais, políticas e econômicas, os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação.

§ 3º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à Educação do Campo deverão atender às especificidades e peculiaridades das populações do campo.

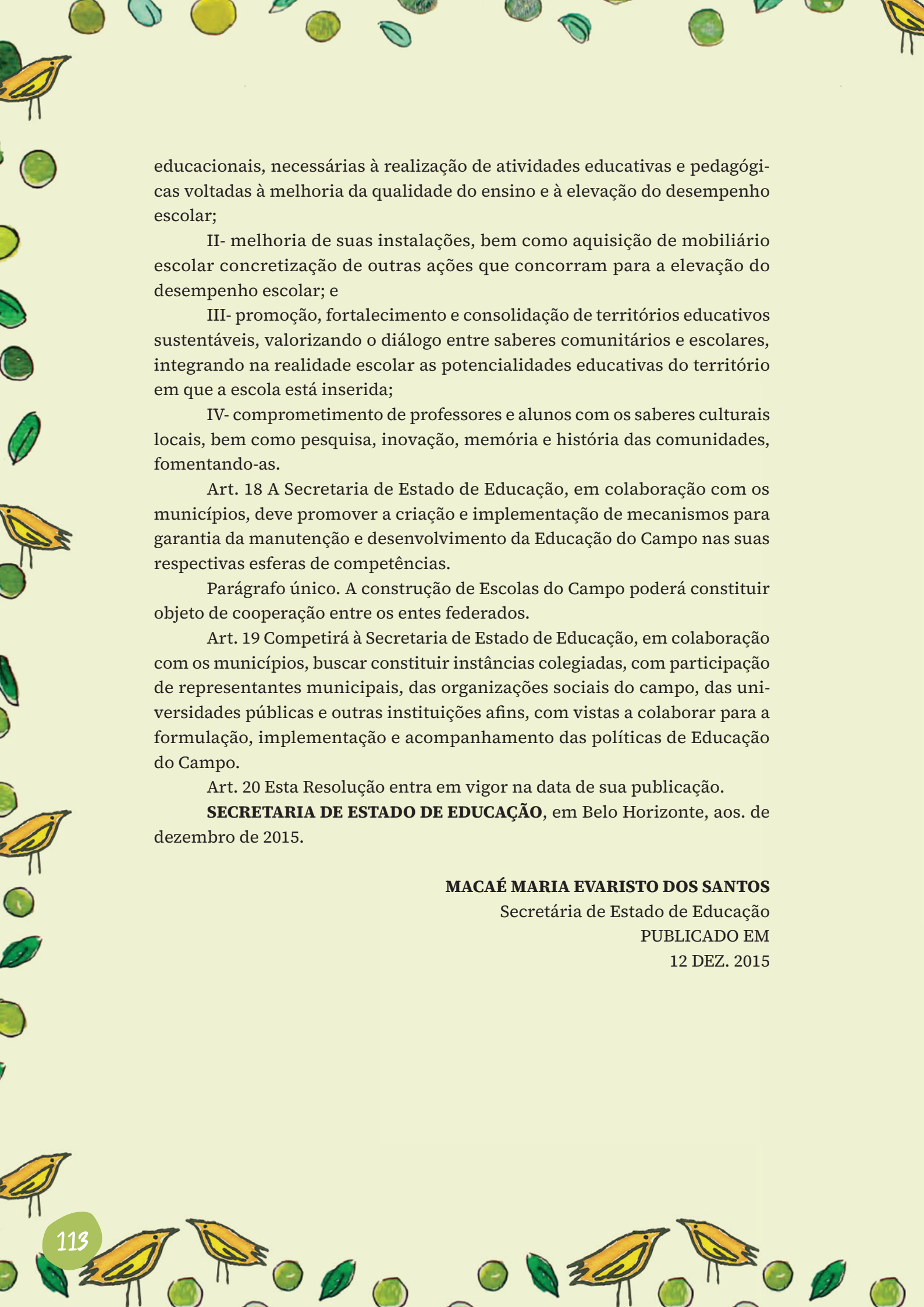
Art. 16 Em cumprimento ao art. 12 da Lei federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, caberá à Secretaria de Estado de Educação e aos entes federados, no âmbito de suas competências específicas e sob o regime de colaboração, buscar garantir alimentação escolar aos estudantes, de acordo com os hábitos alimentares próprios do contexto predominante em que a escola está inserida.

Parágrafo único. Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

Art. 17 A Secretaria de Estado de Educação poderá, em colaboração com a União e os municípios, nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, buscar apoio técnico e financeiro para as Escolas do Campo mediante transferência direta de recursos.

Parágrafo Único. A forma de apresentação das demandas de apoio técnico e financeiro para cobertura de despesas de custeio, capital, reforma, ampliação e manutenção e pequenos investimentos será por meio de Planos de Ação específicos para esse atendimento, visando:

I- adequação e benfeitoria na infra-estrutura física dessas unidades



educacionais, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino e à elevação do desempenho escolar;

II- melhoria de suas instalações, bem como aquisição de mobiliário escolar concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar; e

III- promoção, fortalecimento e consolidação de territórios educativos sustentáveis, valorizando o diálogo entre saberes comunitários e escolares, integrando na realidade escolar as potencialidades educativas do território em que a escola está inserida;

IV- comprometimento de professores e alunos com os saberes culturais locais, bem como pesquisa, inovação, memória e história das comunidades, fomentando-as.

Art. 18 A Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os municípios, deve promover a criação e implementação de mecanismos para garantia da manutenção e desenvolvimento da Educação do Campo nas suas respectivas esferas de competências.

Parágrafo único. A construção de Escolas do Campo poderá constituir objeto de cooperação entre os entes federados.

Art. 19 Competirá à Secretaria de Estado de Educação, em colaboração com os municípios, buscar constituir instâncias colegiadas, com participação de representantes municipais, das organizações sociais do campo, das universidades públicas e outras instituições afins, com vistas a colaborar para a formulação, implementação e acompanhamento das políticas de Educação do Campo.

Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos. de dezembro de 2015.

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS

Secretária de Estado de Educação

PUBLICADO EM

12 DEZ. 2015

ANEXO D: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 (*)

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 22/2020, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 16 de agosto de 2023, Seção 1, página 22, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Resolução define princípios e valores para o ensino e aprendizagem, formação docente (inicial e continuada), referenciais pedagógicos e metodológicos para a execução da Pedagogia da Alternância nas modalidades da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A Pedagogia da Alternância é uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas.

§ 2º A Pedagogia da Alternância aplica-se aos estudantes da Educação Básica, Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, e aos estudantes da Educação Superior.

§ 3º Esta Resolução objetiva a formação de estudantes do campo, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais em contextos intraculturais.

Art. 2º A organização e o funcionamento das escolas e universidades que se utilizarem da Pedagogia da Alternância devem respeitar as singularidades das comunidades atendidas quanto às especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade.

Parágrafo único. A aplicação das mediações didáticas e metodológicas da Pedagogia da Alternância no âmbito da Educação Escolar Indígena e da Educação Quilombola deve considerar a autonomia dessas comunidades, conforme dispõem leis e normas específicas para essas modalidades de ensino.

Art. 3º Cabe aos sistemas de ensino regulamentar a Pedagogia da Alternância, observando os seus princípios e valores conforme disposto nestas Diretrizes.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Art. 4º A Pedagogia da Alternância compreende:

- Plano de Formação e organização curricular que articula conteúdos vivenciais em temas contextualizados geradores e conteúdos de formação geral e específica;
- formação, educação e orientação objetivam o desenvolvimento integral do estudante considerando as dimensões cognitiva, afetiva, estética, ética, física, cultural, ecológica e social;
- a organização e integração dos componentes das mediações didáticas devem enunciar as finalidades do projeto educativo, objetivos e etapas, articulando tempos, atividades e conteúdos em Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade tendo em vista ensino, pesquisa e extensão;
- mediações pedagógicas são atividades que efetivam a Pedagogia da Alternância e as articulam aos espaços, tempos e processos da Escola/Universidade e Comunidade; e
- uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas práticas pedagógicas com ênfase na relação dialógica entre docentes e discentes.

Art. 5º São Princípios e Valores:

- ensino e aprendizagem interligando conhecimento científico e tecnológico a saberes populares e tradicionais;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando o trabalho, a história e a cultura das comunidades envolvidas como princípios e fins da educação;
- o processo formativo deve considerar o contexto sócio-cultural-educacional dos estudantes e seus territórios;
- o compartilhamento da gestão administrativa e pedagógica entre estudantes, famílias, docentes e comunidades envolvidas;
- alternância de tempos, espaços e saberes entre a escola e universidade, família e comunidade, com vistas ao desenvolvimento crítico da teoria e da prática;

– a consideração dos conhecimentos das comunidades e suas experiências de vida enquanto fonte de saber para o processo de ensino-aprendizagem; e

– a pesquisa como princípio metodológico do processo formativo tendo em vista a produção de conhecimento por meio da interação entre teoria e prática.

Art. 6º A Pedagogia da Alternância se caracteriza por dinâmicas pedagógicas que envolvem períodos de estudos letivos alternados entre Tempo Escola e Tempo Comunidade na Educação Básica, e Tempo Universidade na Educação Superior, conforme segue:

– o Tempo Escola e o Tempo Universidade podem ser desenvolvidos na escola, na universidade e em outros espaços sociais;

– o Tempo Comunidade deve ser integrado ao Projeto Pedagógico, Currículo e Calendário, desenvolvido no território onde habitam os estudantes, abrangendo atividades e processos de pesquisa, experimentação e extensão, práticas sociais e laborais; e

– a organização do Tempo Escola e do Tempo Universidade devem ser previstas nos projetos pedagógicos e calendários das escolas e instituições de educação superior.

Parágrafo único. As atividades do Tempo Comunidade devem possuir vínculo com o tema gerador, integrador, contextual ou eixo temático por meio de estudos e da vivência cotidiana na família, na comunidade e no trabalho.

CAPÍTULO III

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 7º São elementos estruturantes do projeto pedagógico na perspectiva da Pedagogia da Alternância:

– Mediações pedagógicas para garantir a integração dos espaços e tempos formativos;

– Tema Gerador, Integrador ou Contextual;

– Plano de Estudo, Caderno da realidade, Caderno de Acompanhamento;

– Intervenção Externa (palestras, cursos e oficinas);

– Visita, viagem de Estudo. Experiências Agroecológicas;

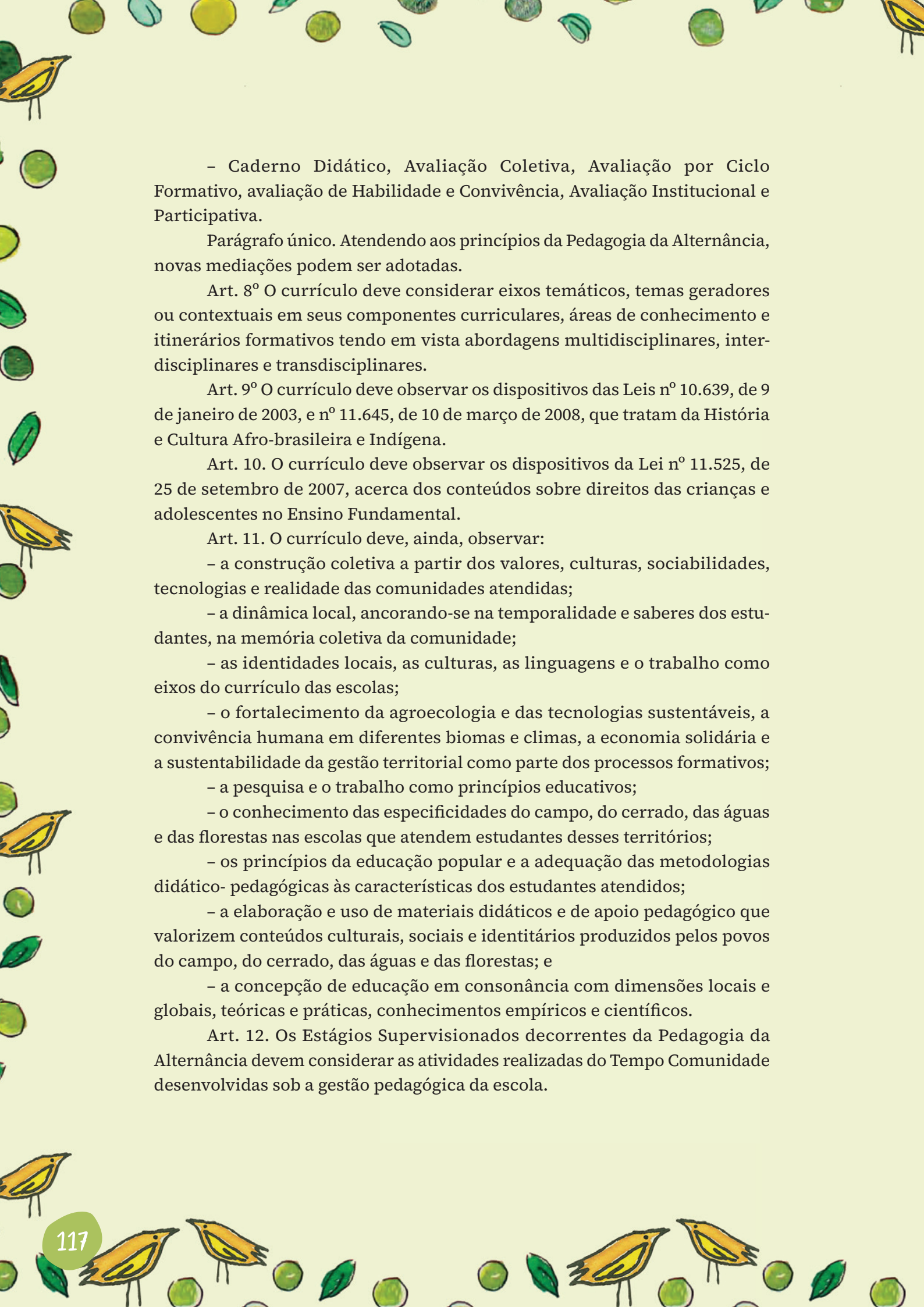
– Atividades de Retorno;

– Estágio, Projeto Profissional;

– Relatórios de Pesquisa, Trabalhos Interdisciplinares, Trabalho de Conclusão de Curso;

– Práticas de Ensino, Tutoria, Auto-organização;

– Encontros de Tempo Comunidade, Visita às Famílias; e



- Caderno Didático, Avaliação Coletiva, Avaliação por Ciclo Formativo, avaliação de Habilidade e Convivência, Avaliação Institucional e Participativa.

Parágrafo único. Atendendo aos princípios da Pedagogia da Alternância, novas mediações podem ser adotadas.

Art. 8º O currículo deve considerar eixos temáticos, temas geradores ou contextuais em seus componentes curriculares, áreas de conhecimento e itinerários formativos tendo em vista abordagens multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

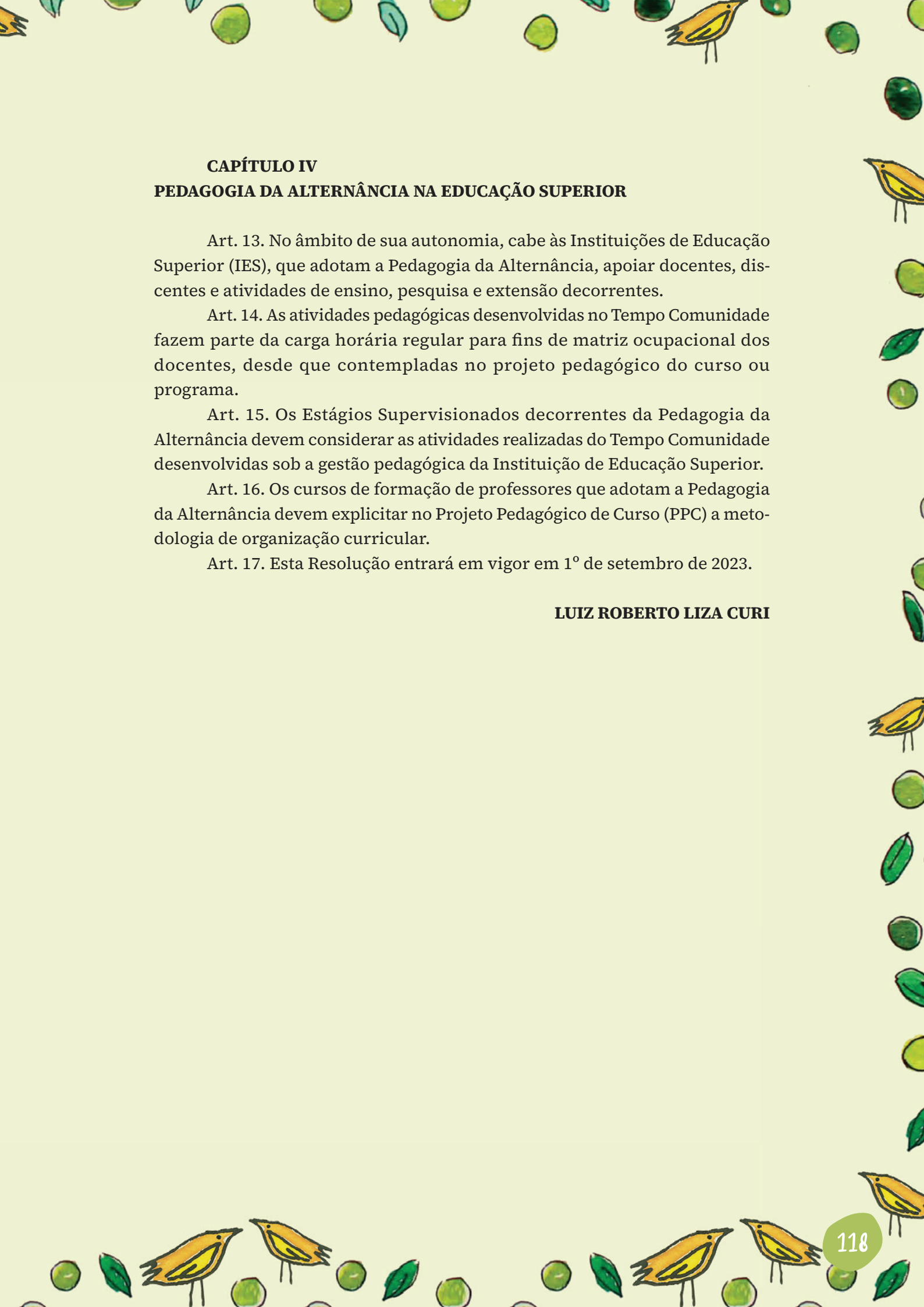
Art. 9º O currículo deve observar os dispositivos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tratam da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Art. 10. O currículo deve observar os dispositivos da Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, acerca dos conteúdos sobre direitos das crianças e adolescentes no Ensino Fundamental.

Art. 11. O currículo deve, ainda, observar:

- a construção coletiva a partir dos valores, culturas, sociabilidades, tecnologias e realidade das comunidades atendidas;
- a dinâmica local, ancorando-se na temporalidade e saberes dos estudantes, na memória coletiva da comunidade;
- as identidades locais, as culturas, as linguagens e o trabalho como eixos do currículo das escolas;
- o fortalecimento da agroecologia e das tecnologias sustentáveis, a convivência humana em diferentes biomas e climas, a economia solidária e a sustentabilidade da gestão territorial como parte dos processos formativos;
- a pesquisa e o trabalho como princípios educativos;
- o conhecimento das especificidades do campo, do cerrado, das águas e das florestas nas escolas que atendem estudantes desses territórios;
- os princípios da educação popular e a adequação das metodologias didático- pedagógicas às características dos estudantes atendidos;
- a elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico que valorizem conteúdos culturais, sociais e identitários produzidos pelos povos do campo, do cerrado, das águas e das florestas; e
- a concepção de educação em consonância com dimensões locais e globais, teóricas e práticas, conhecimentos empíricos e científicos.

Art. 12. Os Estágios Supervisionados decorrentes da Pedagogia da Alternância devem considerar as atividades realizadas do Tempo Comunidade desenvolvidas sob a gestão pedagógica da escola.



CAPÍTULO IV

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 13. No âmbito de sua autonomia, cabe às Instituições de Educação Superior (IES), que adotam a Pedagogia da Alternância, apoiar docentes, discentes e atividades de ensino, pesquisa e extensão decorrentes.

Art. 14. As atividades pedagógicas desenvolvidas no Tempo Comunidade fazem parte da carga horária regular para fins de matriz ocupacional dos docentes, desde que contempladas no projeto pedagógico do curso ou programa.

Art. 15. Os Estágios Supervisionados decorrentes da Pedagogia da Alternância devem considerar as atividades realizadas do Tempo Comunidade desenvolvidas sob a gestão pedagógica da Instituição de Educação Superior.

Art. 16. Os cursos de formação de professores que adotam a Pedagogia da Alternância devem explicitar no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a metodologia de organização curricular.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor em 1º de setembro de 2023.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

Sobre as autoras e os autores



Adriana Carvalho Soares: Pedagoga/Unimontes. Pós-Graduanda em Alfabetização, Letramento e Linguagem Matemática/Unimontes. Integrante do Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território, Agroecologia (LabÉdoCampo). E-mail: aaccss1235@gmail.com.



Éryka Jovânia Pereira: Mestra em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Bacharel em Nutrição pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas. Especialista em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Montes Claros. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga e em Educação Especial e Educação do Campo pela Faculdade Prominas. Graduanda em Letras e Formação Docente para a Cultura Digital. Professora do departamento de Educação na UNIMONTES e do curso de Nutrição da FASI/FUNORTE. E-mail: eryka.pereira@unimontes.br.



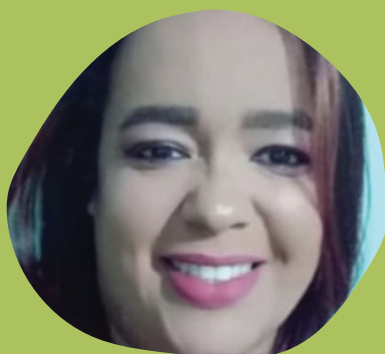
Filomena Luciene Cordeiro Reis: Dedico-me ao estudo na área de História, abrangendo temas referentes à cidade, patrimônio cultural/documental e memórias desde a graduação até o doutorado. De 2015 até o momento, invisto em pesquisas de gênero e relações étnico-raciais. Integra o Grupos de Pesquisa “Gênero e Violência”/Unimontes e “Direitos humanos, violência de Gênero e Identidades”/Funorte, que me levou ao pós-doutorado em Educação. Professora do Departamento de História e PPGH da Unimontes e Direito na Funorte. E-mail: Filomena.reis@unimontes.br.



Flaviane Alves dos Santos: Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-Unimontes), Bolsista CAPES. Graduada em Pedagogia pela Unimontes. Graduada em Direito pela Funorte. Pós-Graduada em Supervisão Escolar, Gestão de Processos Educacionais, Inspeção Escolar e Legislação escolar pelo Instituto Superior em Educação Ibituruna. Integrante do (LabÉdoCampo). Integrante do grupo de pesquisa e Ação (GDECO-ETNOPO). Integrante do Projeto de Alfabetização dos Catadores Montesul. Integrante do projeto Ressocialização de Adolescentes em Privação da Liberdade. E-mail: flavialvesss@yahoo.com.br.



Héllen Fernandes Santos: Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Unimontes. Graduada em Licenciatura em Educação do Campo - UFVJM. Pós-graduada em Supervisão e Inspeção Escolar - Faculeste. Integrante do grupo de pesquisa e Ação (GDECO-ETNOPO) e do Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território, Agroecologia (LabÉdoCampo). E-mail: hellenfs17@gmail.com.



Júnea Tatiane Damasceno Oliveira: Docente/Unimontes - Departamento de Educação. Professora formadora IFNMG. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Evangélica do Paraguai, reconhecido pela UDESC. Mestra em Administração pela FNH. Pós-Graduada em Educação Especial pela FANAN. Pós-Graduada em Educação Matemática pelo ISEIB. Integrante do Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território, Agroecologia. E-mail: junea.oliveira@unimontes.br.



Magda Martins Macêdo: Educadora Popular. Pedagoga na Unimontes. Mestra no PPGDS/Unimontes e Doutoranda do Dinter Unb/Unimontes. Docente no Curso de Pedagogia, na disciplina Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. Criação e Coordenação do LabÉdoCampo Semiárido Mineiro desde 2014, Departamento de Educação, CCH, Unimontes. Pesquisadora e Militante na Educação Popular, Educação do Campo, Indígena, Quilombola e em defesa das Escolas do/no Campo, da Reforma Agrária, da Agroecologia e da Pedagogia da Alternância na Educação Pública. E-mail: magda.macedo@unimontes.br.



Maria Aparecida Afonso Oliveira: Docente designada Unimontes. Mestra em Educação e Docência/Linha Educação do Campo/FaE UFMG. Pedagoga/Unimontes. Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior/Unimontes. Pós-graduada em Educação do Campo/IFNMG. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva/FACEO. Integra a Articulação por uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas no Semiárido Mineiro; o Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território, Agroecologia; a Rede Mineira de Educação do Campo. E-mail: mariahafonso@yahoo.com.br.



Maria Auxiliadora Amaral Silveira Gomes:

Pedagoga (Unimontes). Doutora em Educação (UFMG). Professora da Unimontes. Integrante do LabÉdoCampo Semiárido Mineiro/Unimontes.



Mary Aparecida de Alencar Durães:

Mestra em História Social (UFU), Graduada em História e Pedagogia (UNIMONTES). Professora do Departamento de Educação (UNIMONTES). Possui experiência nas áreas de Ensino de História, Estágio Curricular Supervisionado, Didática, Ensino e Aprendizagem, Metodologia do Ensino Superior, História da Educação, História do Brasil, História do Norte de Minas, História e Música, Cultura Popular. E-mail: duraes.apa@gmail.com.



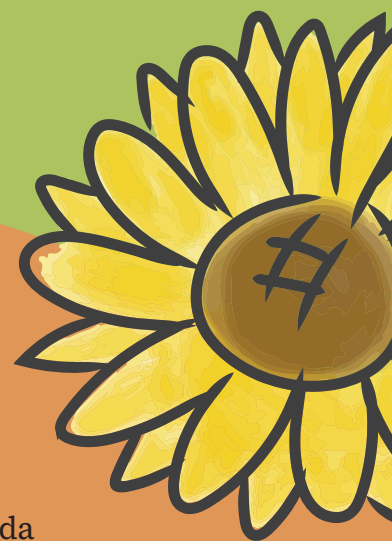
Pietra Costa Seuaciuc:

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista do Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro. E-mail: pietrac-seuaciuc@gmail.com.



Victor Alexandre de Oliveira Freitas:

Bacharel em Ciências Humanas (UFJF). Graduando do curso de Pedagogia na Unimontes. Integrante do Laboratório de Educação do Campo do Semiárido Mineiro: Diversidade, Território e Agroecologia (LabÉdoCampo/Unimontes). E-mail: victor.oli-freitas@hotmail.com.



Esta obra paradidática intenciona o fortalecimento da implementação de políticas públicas educacionais para os territórios dos povos e comunidades campesinas. Abarca informações das legislações acerca da educação do campo, e os sujeitos envolvidos em sua elaboração contribuem não apenas com seus conhecimentos teóricos, mas também com suas vivências na educação do campo e educação popular. É um material relevante, já que não há materiais didáticos contextualizados para as Escolas do Campo. Propõe práticas pedagógicas e fortalece a luta pelo direito e acesso a uma educação de qualidade e contextualizada aos povos campesinos.

